

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	10
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	24
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	25
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
---	----

Notas Explicativas	83
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	147
---	-----

Proposta de Orçamento de Capital	148
----------------------------------	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	149
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	153

Índice

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	154
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	157
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	160
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	162

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.253
Preferenciais	0
Total	380.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.072
Preferenciais	0
Total	1.072

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	13.175.980	12.696.792	11.762.554
1.01	Ativo Circulante	2.407.557	2.520.951	1.974.493
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.091.080	1.279.469	786.377
1.01.03	Contas a Receber	1.040.394	989.272	1.034.710
1.01.03.01	Clientes	1.040.394	989.272	1.034.710
1.01.04	Estoques	112.118	83.322	62.603
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.325	100.568	18.381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.325	100.568	18.381
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	90.325	100.568	18.381
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.640	68.320	72.422
1.01.08.03	Outros	73.640	68.320	72.422
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	15.506	13.615	13.152
1.01.08.03.02	Diversos	16.173	13.161	10.334
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	30.170	38.271	16.152
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	11.791	3.273	24.452
1.01.08.03.05	Caução em Garantia de Financiamentos	0	0	8.332
1.02	Ativo Não Circulante	10.768.423	10.175.841	9.788.061
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.558.252	2.910.514	2.236.206
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	71.706	77.228	75.715
1.02.01.04	Contas a Receber	146.183	162.032	258.404
1.02.01.04.01	Clientes	34.678	37.092	0
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	61.033	65.853	191.642
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	50.472	59.087	66.762
1.02.01.07	Tributos Diferidos	312.483	409.039	293.349
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	312.483	409.039	293.349
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	2.125
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	0	0	2.125
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.027.880	2.262.215	1.606.613
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	872.921	733.328	685.561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	620	26.153	76.603
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	94.275	72.699	61.716
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	2.057.435	1.424.870	756.545
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	2.629	5.165	26.188
1.02.02	Investimentos	245.457	202.441	165.392
1.02.02.01	Participações Societárias	245.457	202.441	165.392
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	245.197	202.181	165.132
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.467.396	1.470.124	1.518.979
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.467.396	1.470.124	1.518.979
1.02.04	Intangível	5.497.318	5.592.762	5.867.484
1.02.04.01	Intangíveis	5.497.318	5.592.762	5.867.484
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.497.318	5.592.762	5.867.484

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	13.175.980	12.696.792	11.762.554
2.01	Passivo Circulante	1.924.251	1.886.439	1.378.860
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	135.235	119.302	125.194
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	135.235	119.302	125.194
2.01.02	Fornecedores	289.620	287.977	206.177
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	289.620	287.977	206.177
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.125	75.100	79.680
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.374	72.130	78.101
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	95.374	72.130	78.101
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.751	2.970	1.579
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	940.871	800.137	595.756
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.328	190.315	201.851
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.511	120.221	129.799
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	61.817	70.094	72.052
2.01.04.02	Debêntures	790.543	609.822	393.905
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	790.543	609.822	393.905
2.01.05	Outras Obrigações	405.163	472.122	280.717
2.01.05.02	Outros	405.163	472.122	280.717
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	231.653	265	72.270
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.627	16.614	21.998
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	7.978	1.214	3.547
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	36.792	52.331	47.975
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	84.001	375.390	102.304
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	35.112	26.308	32.623
2.01.06	Provisões	55.237	131.801	91.336
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	55.237	131.801	91.336
2.01.06.01.05	Outras Obrigações Fiscais	0	6.623	0
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	55.237	125.178	91.336
2.02	Passivo Não Circulante	3.997.215	4.050.395	3.927.082

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.199.049	3.185.207	3.185.385
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	826.609	878.079	1.072.146
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	691.766	713.812	803.147
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	134.843	164.267	268.999
2.02.01.02	Debêntures	2.372.440	2.307.128	2.113.239
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	2.372.440	2.307.128	2.113.239
2.02.02	Outras Obrigações	401.418	487.825	607.695
2.02.02.02	Outros	401.418	487.825	607.695
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	44.296	112.764	223.892
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	55.429	60.814	79.851
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	206.811	208.654	258.251
2.02.02.02.07	Diversos	24.085	54.285	14.189
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	70.797	49.331	31.512
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	0	1.977	0
2.02.04	Provisões	396.748	377.363	134.002
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	396.748	377.363	134.002
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	396.748	377.363	134.002
2.03	Patrimônio Líquido	7.254.514	6.759.958	6.456.612
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.856.580	3.402.583	3.147.591
2.03.04.01	Reserva Legal	457.608	415.440	388.560
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.317.250	2.926.101	2.710.828
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.722	61.042	48.203
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.125	-36.434	-84.788

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.112.523	5.830.194	5.288.943
3.01.01	Serviços de Água	3.561.727	3.355.225	3.193.744
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.807.663	1.824.296	1.819.243
3.01.03	Receita de Construção	741.034	648.408	273.866
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	2.099	2.265	2.090
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.791.492	-3.677.378	-2.880.907
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.050.458	-3.028.970	-2.607.041
3.02.02	Custo de Construção	-741.034	-648.408	-273.866
3.03	Resultado Bruto	2.321.031	2.152.816	2.408.036
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.063.518	-1.303.785	-1.126.788
3.04.01	Despesas com Vendas	-462.686	-449.629	-592.810
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-260.751	-228.213	-222.930
3.04.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	-201.935	-221.416	-369.880
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-573.374	-622.214	-495.472
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	135.017	177.380	171.341
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-151.312	-396.631	-197.260
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-151.312	-396.631	-197.260
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.163	-12.691	-12.587
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.257.513	849.031	1.281.248
3.06	Resultado Financeiro	-211.559	-194.582	-175.973
3.06.01	Receitas Financeiras	272.601	285.167	145.962
3.06.02	Despesas Financeiras	-484.160	-479.749	-321.935
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.045.954	654.449	1.105.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-202.592	-116.862	-288.798
3.08.01	Corrente	-126.952	-257.505	-349.635
3.08.02	Diferido	-75.640	140.643	60.837
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	843.362	537.587	816.477
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	843.362	537.587	816.477

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	843.362	537.587	816.477
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.603	48.439	-55.527
4.02.01	Ganho (Perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	43.476	81.735	-56.536
4.02.04	Mudança no Ativo Financeiro a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-2.873	-33.296	1.009
4.03	Resultado Abrangente do Período	883.965	586.026	760.950

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.130.787	1.668.057	1.739.630
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.085.592	1.884.697	2.109.161
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	843.362	537.587	816.477
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	201.935	221.416	369.880
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	33.317	94.035	129.778
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros Líquidos	231.542	294.323	108.243
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	75.640	-140.643	-60.837
6.01.01.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	11.163	12.691	12.587
6.01.01.08	(Ganho) Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	13.215	11.505	129.751
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	721.131	741.457	641.791
6.01.01.10	Constituição de (Reversões) Provisões	-39.751	151.130	-62.857
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	54.945	63.961	60.247
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-55.924	-101.836	-36.406
6.01.01.13	Outros	-4.581	-1.182	-316
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	-402	253	823
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-393.689	309.172	181.087
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-200.809	-165.122	-189.923
6.01.02.02	Estoques	-28.774	-20.940	-6.259
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	10.243	-82.187	11.792
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	7.471	6.318	-19.812
6.01.02.09	Outros	11.217	1.370	4.000
6.01.02.10	Fornecedores	1.643	81.800	17.601
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais e Trabalhistas	203.039	288.147	362.119
6.01.02.12	Provisões para Férias	15.933	-5.892	9.223
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	-69.941	33.842	45.312
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	15.424	-1.452	-9.222
6.01.02.15	Contingências	2.145	-8.178	4.411
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-64.527	-56.632	-77.056
6.01.02.17	Outros	-37.184	45.229	28.901

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.18	Salários a Pagar - Acordo Coletivo	-178.835	106.164	0
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-80.734	86.705	0
6.01.03	Outros	-561.116	-525.812	-550.618
6.01.03.01	Juros Pagos	-341.871	-212.325	-171.107
6.01.03.02	Juros Pagos da Parceria Público Privada	-15.655	-6.194	-8.859
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-203.590	-307.293	-370.652
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.253.252	-906.093	-694.329
6.02.08	Pagamento a Parceria Público Privada	-25.464	-54.028	-56.665
6.02.09	Aumento de Capital de Subsidiária (COPANOR)	-54.179	-49.740	-43.736
6.02.10	Aquisição de Ativo de Contrato	-949.336	-794.724	-455.637
6.02.11	Aquisição de Ativo Intangível	-203.056	-147.956	-139.385
6.02.12	Aquisição de Ativo Imobilizado	-75.131	-28.897	-12.559
6.02.13	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	3.476	5.006	2.782
6.02.14	Caução em Garantia de Financiamentos	37.776	143.067	15.133
6.02.15	Bancos e Aplicações de Convênios	-8.518	21.179	-4.262
6.02.16	Recebimento de Ativos Financeiros	21.180	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.924	-268.872	-780.228
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	876.002	895.164	564.772
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-762.550	-779.594	-251.750
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-136.141	-282.747	-225.064
6.03.10	Dividendos Pagos	0	-57.373	-819.918
6.03.12	Custo de Captação	-3.443	-11.659	-5.280
6.03.13	Pagamento do Passivo de Arrendamento Mercantil	-39.792	-32.663	-42.988
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-188.389	493.092	265.073
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.279.469	786.377	521.304
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.091.080	1.279.469	786.377

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	843.362	40.603	883.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	843.362	0	843.362
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.603	40.603
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	43.476	43.476
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.873	-2.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	453.997	-843.362	-44	-389.409
5.06.04	Reserva Legal	0	0	42.168	-42.168	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	20.680	-18.984	0	1.696
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	391.149	-391.149	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-391.105	0	-391.105
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	66	-66	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-22	22	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	453.997	3.402.583	4.125	7.254.514

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.587	48.439	586.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.587	0	537.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.439	48.439
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	123.841	123.841
5.05.02.07	IR e CS s/ Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-42.106	-42.106
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	0	0	0	0	-33.296	-33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	254.992	-537.587	-85	-282.680
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26.880	-26.880	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	12.839	-12.839	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	215.273	-215.273	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-225.300	0	-225.300
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-57.380	0	-57.380
5.06.10	Amortização CM sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	129	-129	0
5.06.11	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-44	44	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.402.583	0	-36.434	6.759.958

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.477	-55.527	760.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.477	0	816.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.527	-55.527
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-56.536	-56.536
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.009	1.009
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231.348	-816.477	-226	-1.048.051
5.06.04	Reserva Legal	0	0	40.824	-40.824	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	316	-316	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	547.512	-547.512	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-228.027	0	-228.027
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-820.000	0	0	-820.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	306	-306	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-104	104	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	-24	-24
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.593.674	6.314.631	5.602.166
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.919.558	5.710.259	5.526.839
7.01.02	Outras Receitas	135.017	177.380	171.341
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	92.219	112.752	118.331
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	42.798	64.628	53.010
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	741.034	648.408	273.866
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-201.935	-221.416	-369.880
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.496.857	-2.506.432	-1.712.452
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.192.982	-1.978.075	-1.412.793
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-222.265	-182.359	-148.434
7.02.04	Outros	-81.610	-345.998	-151.225
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.096.817	3.808.199	3.889.714
7.04	Retenções	-721.131	-741.456	-641.791
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-721.131	-741.456	-641.791
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.375.686	3.066.743	3.247.923
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	269.047	281.961	139.124
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.163	-12.691	-12.586
7.06.02	Receitas Financeiras	280.210	294.652	151.710
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.644.733	3.348.704	3.387.047
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.644.733	3.348.704	3.387.047
7.08.01	Pessoal	1.340.001	1.475.076	1.256.142
7.08.01.01	Remuneração Direta	872.887	1.011.588	811.487
7.08.01.02	Benefícios	363.241	365.052	330.402
7.08.01.03	F.G.T.S.	65.869	65.141	62.228
7.08.01.04	Outros	38.004	33.295	52.025
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	38.004	33.295	52.025
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	890.372	794.875	948.617
7.08.02.01	Federais	828.135	744.507	903.160
7.08.02.02	Estaduais	59.228	47.533	43.605

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02.03	Municipais	3.009	2.835	1.852
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	570.998	541.166	365.811
7.08.03.01	Juros	561.523	522.842	359.885
7.08.03.02	Aluguéis	9.475	18.324	5.926
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	843.362	537.587	816.477
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	391.105	225.300	228.027
7.08.04.02	Dividendos	0	57.380	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	452.257	254.907	588.450

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	13.189.607	12.721.650	11.772.457
1.01	Ativo Circulante	2.449.939	2.563.011	2.004.368
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.122.299	1.309.721	805.619
1.01.03	Contas a Receber	1.051.607	1.000.456	1.045.441
1.01.03.01	Clientes	1.051.607	1.000.456	1.045.441
1.01.04	Estoques	116.395	87.349	64.921
1.01.06	Tributos a Recuperar	90.989	100.882	18.509
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	90.989	100.882	18.509
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	90.989	100.882	18.509
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	68.649	64.603	69.878
1.01.08.03	Outros	68.649	64.603	69.878
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	15.791	13.900	13.357
1.01.08.03.02	Diversos	10.831	9.094	7.519
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	30.185	38.289	16.170
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	11.842	3.320	24.500
1.01.08.03.05	Caução em Garantia de Financiamentos	0	0	8.332
1.02	Ativo Não Circulante	10.739.668	10.158.639	9.768.089
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.641.958	2.993.579	2.288.263
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	71.706	77.228	75.715
1.02.01.04	Contas a Receber	146.518	162.043	258.404
1.02.01.04.01	Clientes	34.963	37.092	0
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	61.033	65.853	191.642
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	50.522	59.098	66.762
1.02.01.07	Tributos Diferidos	312.483	409.039	293.349
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	312.483	409.039	293.349
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.111.251	2.345.269	1.660.795
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	889.897	752.253	709.052
1.02.01.10.04	Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	620	26.153	76.603
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	94.284	72.703	61.719

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	2.123.821	1.488.995	787.233
1.02.01.10.07	Convênio de Cooperação Técnica	2.629	5.165	26.188
1.02.02	Investimentos	260	260	260
1.02.02.01	Participações Societárias	260	260	260
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	260	260	260
1.02.03	Imobilizado	1.473.823	1.473.533	1.520.652
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.473.823	1.473.533	1.520.652
1.02.04	Intangível	5.623.627	5.691.267	5.958.914
1.02.04.01	Intangíveis	5.623.627	5.691.267	5.958.914
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.623.627	5.691.267	5.958.914

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	13.189.607	12.721.650	11.772.457
2.01	Passivo Circulante	1.937.386	1.910.539	1.388.231
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	136.614	120.472	126.354
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	136.614	120.472	126.354
2.01.02	Fornecedores	298.595	307.967	213.289
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	298.595	307.967	213.289
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.976	77.078	80.230
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	96.225	74.107	78.651
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	96.225	74.107	78.651
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.751	2.971	1.579
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	940.871	800.137	595.756
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	150.328	190.315	201.851
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.511	120.221	129.799
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	61.817	70.094	72.052
2.01.04.02	Debêntures	790.543	609.822	393.905
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	790.543	609.822	393.905
2.01.05	Outras Obrigações	405.517	473.084	281.266
2.01.05.02	Outros	405.517	473.084	281.266
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	231.653	265	72.270
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.627	16.614	21.998
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	7.978	1.214	3.547
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	36.792	52.331	47.975
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	84.348	376.349	102.850
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	35.119	26.311	32.626
2.01.06	Provisões	56.813	131.801	91.336
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	56.813	131.801	91.336
2.01.06.01.05	Outras Obrigações Fiscais	1.576	6.623	0
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	55.237	125.178	91.336
2.02	Passivo Não Circulante	3.997.707	4.051.153	3.927.614

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.199.049	3.185.207	3.185.385
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	826.609	878.079	1.072.146
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	691.766	713.812	803.147
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	134.843	164.267	268.999
2.02.01.02	Debêntures	2.372.440	2.307.128	2.113.239
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	2.372.440	2.307.128	2.113.239
2.02.02	Outras Obrigações	401.418	487.825	607.695
2.02.02.02	Outros	401.418	487.825	607.695
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	44.296	112.764	223.892
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	55.429	60.814	79.851
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	206.811	208.654	258.251
2.02.02.02.07	Diversos	24.085	54.285	14.189
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	70.797	49.331	31.512
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	0	1.977	0
2.02.04	Provisões	397.240	378.121	134.534
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	397.240	378.121	134.534
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	397.240	378.121	134.534
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.254.514	6.759.958	6.456.612
2.03.01	Capital Social Realizado	3.402.385	3.402.385	3.402.385
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.856.580	3.402.583	3.147.591
2.03.04.01	Reserva Legal	457.608	415.440	388.560
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	3.317.250	2.926.101	2.710.828
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	81.722	61.042	48.203
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.125	-36.434	-84.788

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.176.855	5.894.710	5.343.338
3.01.01	Serviços de Água	3.597.633	3.386.850	3.221.778
3.01.02	Serviços de Esgoto	1.819.049	1.834.053	1.827.058
3.01.03	Receita de Construção	758.074	671.542	292.412
3.01.04	Receita de Resíduo Sólido	2.099	2.265	2.090
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.861.339	-3.745.491	-2.939.233
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.103.265	-3.073.949	-2.646.821
3.02.02	Custo de Construção	-758.074	-671.542	-292.412
3.03	Resultado Bruto	2.315.516	2.149.219	2.404.105
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.063.180	-1.302.463	-1.123.755
3.04.01	Despesas com Vendas	-468.943	-456.123	-598.314
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-262.728	-229.970	-223.832
3.04.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	-206.215	-226.153	-374.482
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-576.962	-625.802	-499.427
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	136.868	179.185	177.833
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-154.143	-399.723	-203.847
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-154.143	-399.723	-203.847
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.252.336	846.756	1.280.350
3.06	Resultado Financeiro	-206.382	-192.307	-175.075
3.06.01	Receitas Financeiras	277.875	287.553	147.037
3.06.02	Despesas Financeiras	-484.257	-479.860	-322.112
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.045.954	654.449	1.105.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-202.592	-116.862	-288.798
3.08.01	Corrente	-126.952	-257.505	-349.635
3.08.02	Diferido	-75.640	140.643	60.837
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	843.362	537.587	816.477
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	843.362	537.587	816.477
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	843.362	537.587	816.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,22	1,42	2,15
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,22	1,42	2,15

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	843.362	537.587	816.477
4.02	Outros Resultados Abrangentes	40.603	48.439	-55.527
4.02.01	Ganho (perda) Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	43.476	81.735	-56.536
4.02.04	Mudança no Ativo Financeiro a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	-2.873	-33.296	1.009
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	883.965	586.026	760.950
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	883.965	586.026	760.950

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.117.315	1.674.905	1.739.882
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.088.028	1.884.217	2.108.306
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	843.362	537.587	816.477
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	206.215	226.153	374.482
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	33.317	94.035	129.778
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros Líquidos	230.852	293.676	107.745
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	75.640	-140.643	-60.837
6.01.01.08	(Ganho) Perda na Baixa de Intangível e Imobilizado	13.250	12.585	132.634
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	730.133	748.651	646.216
6.01.01.10	Constituição de (Reversões) Provisões	-38.400	151.361	-62.843
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	54.945	63.961	60.247
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-56.336	-102.187	-36.614
6.01.01.13	Outros	-4.601	-1.182	-317
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	-349	220	1.338
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-409.594	316.501	182.195
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-204.710	-169.665	-193.979
6.01.02.02	Estoques	-29.077	-22.645	-6.758
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	9.893	-82.373	11.817
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	7.471	6.318	-19.812
6.01.02.09	Outros	12.490	419	7.793
6.01.02.10	Fornecedores	-9.373	94.679	19.195
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais e Trabalhistas	201.911	289.575	362.036
6.01.02.12	Provisões para Férias	16.142	-5.882	9.220
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	-69.941	33.842	45.312
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	15.427	-1.452	-9.219
6.01.02.15	Contingências	2.065	-8.196	4.667
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	-64.527	-56.632	-77.056
6.01.02.17	Outros	-37.796	45.644	28.979
6.01.02.18	Salários a Pagar - Acordo Coletivo	-178.835	106.164	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-80.734	86.705	0
6.01.03	Outros	-561.119	-525.813	-550.619
6.01.03.01	Juros Pagos	-341.874	-212.326	-171.108
6.01.03.02	Juros Pagos da Parceria Público Privada	-15.655	-6.194	-8.859
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-203.590	-307.293	-370.652
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.238.749	-901.896	-678.147
6.02.08	Pagamento a Parceria Público Privada	-25.464	-54.028	-56.665
6.02.10	Aquisição de Ativo de Contrato	-976.920	-829.787	-477.488
6.02.11	Aquisição de Ativo Intangível	-211.393	-156.151	-144.052
6.02.12	Aquisição de Ativo Imobilizado	-78.882	-31.183	-13.580
6.02.13	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	3.476	5.006	2.782
6.02.14	Caução em Garantia de Financiamentos	37.776	143.067	15.133
6.02.15	Bancos e Aplicações de Convênio	-8.522	21.180	-4.277
6.02.17	Recebimento de Ativos Financeiros	21.180	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.988	-268.907	-780.263
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	876.002	895.164	564.772
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-762.550	-779.594	-251.750
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-136.141	-282.747	-225.064
6.03.10	Dividendos Pagos	0	-57.373	-819.918
6.03.12	Custo de Captação	-3.443	-11.659	-5.280
6.03.13	Pagamento do Passivo de Arrendamento Mercantil	-39.856	-32.698	-43.023
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-187.422	504.102	281.472
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.309.721	805.619	524.147
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.122.299	1.309.721	805.619

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958	0	6.759.958
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	0	3.402.583	-36.434	6.759.958	0	6.759.958
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	843.362	40.603	883.965	0	883.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	843.362	0	843.362	0	843.362
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	40.603	40.603	0	40.603
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	43.476	43.476	0	43.476
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.873	-2.873	0	-2.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	453.997	-843.362	-44	-389.409	0	-389.409
5.06.04	Reserva Legal	0	0	42.168	-42.168	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	20.680	-18.984	0	1.696	0	1.696
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	391.149	-391.149	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-391.105	0	-391.105	0	-391.105
5.06.10	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	66	-66	0	0	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-22	22	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	453.997	3.402.583	4.125	7.254.514	0	7.254.514

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.587	48.439	586.026	0	586.026
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.587	0	537.587	0	537.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	48.439	48.439	0	48.439
5.05.02.06	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	123.841	123.841	0	123.841
5.05.02.07	IR e CS s/ Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-42.106	-42.106	0	-42.106
5.05.02.08	Ativos Financeiros mensurados ao Valor justo por meio de outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-33.296	-33.296	0	-33.296
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	254.992	-537.587	-85	-282.680	0	-282.680
5.06.04	Reserva Legal	0	0	26.880	-26.880	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Incentivos Fiscais	0	0	12.839	-12.839	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	215.273	-215.273	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	0	-225.300	0	-225.300	0	-225.300
5.06.08	Dividendos Declarados	0	0	0	-57.380	0	-57.380	0	-57.380
5.06.10	Amortização CM sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	129	-129	0	0	0
5.06.11	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-44	44	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.402.583	0	-36.434	6.759.958	0	6.759.958

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713	0	6.743.713
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.402.385	-8.576	3.378.939	0	-29.035	6.743.713	0	6.743.713
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	816.477	-55.527	760.950	0	760.950
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	816.477	0	816.477	0	816.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-55.527	-55.527	0	-55.527
5.05.02.09	Perda Atuarial com Benefícios de Aposentadoria	0	0	0	0	-56.536	-56.536	0	-56.536
5.05.02.10	Valor Justo - Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.009	1.009	0	1.009
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-231.348	-816.477	-226	-1.048.051	0	-1.048.051
5.06.04	Reserva Legal	0	0	40.824	-40.824	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	316	-316	0	0	0	0
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	547.512	-547.512	0	0	0	0
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-228.027	0	-228.027	0	-228.027
5.06.08	Dividendos Extraordinários	0	0	-820.000	0	0	-820.000	0	-820.000
5.06.09	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	306	-306	0	0	0
5.06.10	IR e CS Diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-104	104	0	0	0
5.06.11	Outros	0	0	0	0	-24	-24	0	-24
5.07	Saldos Finais	3.402.385	-8.576	3.147.591	0	-84.788	6.456.612	0	6.456.612

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	6.660.397	6.380.433	5.662.104
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.971.670	5.755.859	5.566.341
7.01.02	Outras Receitas	136.868	179.185	177.833
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	92.286	113.331	124.320
7.01.02.02	Recuperação de Contas Baixadas	44.582	65.854	53.513
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	758.074	671.542	292.412
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-206.215	-226.153	-374.482
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.544.515	-2.556.118	-1.753.430
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.235.222	-2.022.592	-1.449.553
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-226.147	-186.285	-151.490
7.02.04	Outros	-83.146	-347.241	-152.387
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.115.882	3.824.315	3.908.674
7.04	Retenções	-730.133	-748.652	-646.216
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-730.133	-748.652	-646.216
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.385.749	3.075.663	3.262.458
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	285.721	297.149	147.638
7.06.02	Receitas Financeiras	285.721	297.149	152.838
7.06.03	Outros	0	0	-5.200
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.671.470	3.372.812	3.410.096
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.671.470	3.372.812	3.410.096
7.08.01	Pessoal	1.357.814	1.490.654	1.272.227
7.08.01.01	Remuneração Direta	885.118	1.023.127	822.976
7.08.01.02	Benefícios	367.989	368.258	334.192
7.08.01.03	F.G.T.S.	66.703	65.974	63.034
7.08.01.04	Outros	38.004	33.295	52.025
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	38.004	33.295	52.025
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	899.194	803.284	955.411
7.08.02.01	Federais	835.836	752.048	909.197
7.08.02.02	Estaduais	60.344	48.393	44.359

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.02.03	Municipais	3.014	2.843	1.855
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	571.100	541.287	365.981
7.08.03.01	Juros	561.597	522.843	359.941
7.08.03.02	Aluguéis	9.503	18.444	6.040
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	843.362	537.587	816.477
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	391.105	225.300	228.027
7.08.04.02	Dividendos	0	57.380	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	452.257	254.907	588.450

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2022 foi de resultados positivos para a COPASA MG, que encerrou o exercício com receita líquida de água e esgoto na ordem de R\$5,4 bilhões, 3,7% superior à de 2021, lucro líquido de R\$843 milhões (56,9% acima do apurado no ano anterior) e EBITDA de R\$2,0 bilhões (2,2% superior ao EBITDA Ajustado de 2021).

Contribuiu favoravelmente para esses resultados a resiliência do modelo de negócios da Companhia, por trazer impactos positivos em suas receitas. Adicionalmente, a COPASA MG implementou algumas ações que ocasionaram, dentre outros benefícios, maior eficiência na gestão dos custos e despesas, que evoluíram, em 2022, em índice inferior à inflação do período.

Dentre essas medidas, merece menção o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI implementado em 2021 e que contou com a adesão de cerca de 1,1 mil empregados, visando à adequação da curva de custos da Companhia e de melhoria de sua eficiência operacional.

Destacam-se, ainda, as ações comerciais focadas na retomada e intensificação de cobranças e as campanhas de renegociação de débitos, como a Campanha Dias Azuis, na qual foram oferecidas condições especiais para os clientes da categoria Residencial Social. Dessas ações comerciais e campanhas, resultou a redução do índice de inadimplência da Companhia para 3,22% em dezembro de 2022, o menor valor verificado nos últimos 6 (seis) anos.

Outra frente em que a COPASA MG logrou êxitos em 2022 foi na gestão de perdas, tendo apresentado no ano uma redução de 2%, considerando o índice de perdas em litros/ligação.dia. Isso se deu em função de medidas tais como a implementação do Contrato de Performance para recuperação do volume micromedido em áreas de vulnerabilidade social e a aquisição e aplicação de cerca de 840 mil novos hidrômetros na micromedição, levando à redução na idade média do parque de hidrômetros.

Quer seja com o objetivo de redução de custos, quer seja para alinhamento com seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, a Companhia está implementando, ainda, algumas iniciativas para a gestão de seu consumo de energia elétrica, quais sejam a contratação de energia no mercado livre, com o que se espera uma redução nos custos de energia elétrica da ordem de R\$228 milhões nos próximos 60 meses e a implantação de usinas solares fotovoltaicas para compensação remota de energia das unidades atendidas em baixa tensão, além da substituição de equipamentos obsoletos por outros de maior eficiência.

A COPASA MG, reafirmando seu comprometimento com a qualidade de seus serviços prestados e com o atendimento das metas de universalização previstas no Novo Marco do Saneamento, investiu, em 2022, conjuntamente com sua subsidiária COPANOR, R\$1,35 bilhão, montante 28,5% superior ao realizado em 2021. Para o período de 2023 a 2027, a Companhia planeja investimentos da ordem de R\$9,5 bilhões.

No âmbito de sua Agenda ESG e em observância aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, a Companhia, dentre outras iniciativas, deu continuidade, em 2022, aos seus investimentos em ações de proteção e recuperação de micro bacias hidrográficas, através do seu premiado Programa Pró-Mananciais. Ainda nesse sentido, cabe destaque ao fato de que, desde que iniciou o reporte de suas informações na plataforma mundial Carbon Disclosure Project – CDP, em 2013, a COPASA MG evoluiu da pontuação “E”, a mais baixa à época, para “B”, em 2022, estando à frente da média regional para a América Latina e da média do setor das empresas de utilities não produtoras de energia elétrica, que atingiram a marca “C”, em ambos os casos.

A atuação da Companhia é marcada pelo engajamento social e, nessa direção, a COPASA MG aderiu ao Movimento Mais Água, iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global para aceleração da universalização do saneamento e segurança hídrica do Brasil.

O Programa Engajar para Transformar, principal iniciativa da Companhia no plano social, foi finalista da Categoria Inovação da Gestão em Saneamento Ambiental – IGS do Prêmio Nacional de Qualidade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

em Saneamento – PNQS 2022 e, através dele, foram conquistadas 12,9 mil novas adesões aos serviços da COPASA MG pelas comunidades locais.

Ainda na dimensão social, a COPASA MG investe no cuidado com o povo mineiro, com iniciativas como o fomento a projetos culturais, artísticos, esportivos e sociais e a concessão de um desconto tarifário especial de 50% a prefeituras adimplentes, possibilitando que elas economizem recursos para investimentos em obras e outros projetos de interesse social. A tarifa residencial social, que oferece redução de até 50% no valor da conta de água e de esgoto das famílias de baixa renda, para consumos inferiores a 20 m³, atingiu 686,9 mil economias para os serviços de abastecimento de água e 405,5 mil economias para os serviços de esgotamento sanitário, considerando a COPASA MG e a COPANOR, conjuntamente.

A Companhia age intensamente no sentido de fortalecer sua cultura de segurança, sendo que apresentou, em 2022, uma redução de 10,1% nos acidentes com afastamento, comparativamente ao ano anterior. Ainda buscando garantir um ambiente de trabalho cada vez mais seguro, promissor e acolhedor, a COPASA MG empreende ações que buscam a equidade de gênero, a diversidade e a inclusão. Fazem parte desse esforço o Programa de Mentoria Feminina, que em 2022, encontrou-se em sua 2ª (segunda) edição e a adesão ao Movimento Elas Lideram 2030, iniciativa do Pacto Global com o escopo de aumentar a participação de mulheres em cargos de liderança.

No que diz respeito à governança corporativa, a Companhia busca sempre equiparar-se às melhores práticas de mercado e estar aderente às exigências regulatórias e aos requisitos do Novo Mercado. Nesse sentido, ao longo de 2022, foram adotadas algumas ações, tais como a instituição da Política de Remuneração, a revisão das principais políticas e dos regimentos dos órgãos estatutários, a definição do apetite a riscos e a elaboração do Mapa de Riscos Corporativos.

Diante dessas realizações, gostaríamos de agradecer a nossos colaboradores, acionistas e clientes, pelo apoio e confiança a nós dedicados. Sua contribuição foi essencial para tudo que logramos em 2022.

A seguir apresentamos em detalhes os principais resultados alcançados nesse exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****1. Perfil da Companhia**

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG é uma sociedade de economia mista, controlada pelo Estado de Minas Gerais, sendo que suas ações são negociadas, desde fevereiro de 2006, no Novo Mercado, segmento máximo de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código CSMG3. A COPASA MG tem como atividade planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, envolvendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos.

A Companhia possui, em conjunto com a sua subsidiária COPANOR, concessões em 75% dos municípios do Estado de Minas Gerais, atendendo a uma população aproximada de 11,8 milhões de habitantes com serviços de abastecimento de água, dos quais 8,5 milhões de habitantes possuem, também, os serviços de esgotamento sanitário.

Em dezembro de 2022, a COPASA MG (consolidado) possuía 640 concessões para prestação de serviços de água e 309 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, conforme quadro a seguir:

Concessões ^(1,2)	12/2022			12/2021		
	Total	Controladora	Copanor	Total	Controladora	Copanor
Água						
Concessões	640	591	49	640	591	49
Em Operação	632	584	48	631	583	48
Esgoto						
Concessões ⁽³⁾	309	253	56	310	254	56
Em Operação	269	228	41	266	225	41

(1) Considera-se apenas 1 (uma) concessão/operação por município, independentemente de haver mais de um contrato, nos casos de atendimento de COPASA e COPANOR no mesmo município, ou de se tratar de um contrato que abranja somente distritos e localidades.

(2) Inclui as concessões vencidas com 19 municípios e as concessões com 2 (dois) municípios cujos contratos foram declarados judicialmente nulos.

(3) A redução observada é decorrente do distrato da concessão de esgoto no município de Datas, cuja população é inferior a 4 mil habitantes. A concessão não era operada.

As 10 principais concessões vigentes, em 31.12.2022, que representavam, em conjunto, cerca de 50% da receita líquida de água e esgoto da Companhia, bem como os respectivos vencimentos, encontram-se elencadas a seguir:

Município com Concessão Vigente	Vencimento
Belo Horizonte	11/2032
Contagem	02/2073
Betim	12/2042
Montes Claros	07/2048
Ribeirão das Neves	05/2034
Divinópolis	06/2041
Patos de Minas	12/2038
Santa Luzia	02/2050
Pouso Alegre	08/2046
Varginha	06/2047

Em dezembro de 2022, 83% das receitas de água e esgoto da Companhia eram provenientes de concessões cujos prazos de vencimentos ocorrem após dezembro de 2031. Encontram-se vencidas as concessões referentes a 19 municípios e judicialmente nulos os contratos de 2 (dois) municípios que representam, em conjunto, cerca de 3,8% das receitas de água e esgoto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais, os serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, tanto nos municípios com concessões vencidas quanto nos municípios em que foi decretada a nulidade contratual.

2. As inovações regulatórias no setor de saneamento básico no Brasil

Em 15 de julho de 2020, foi publicada a Lei nº 14.026/2020 que altera o marco do saneamento básico no país (Lei nº 11.445/2007). Essa Lei traz, como pontos principais, dentre outros, a atribuição à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA como órgão regulador dos serviços em nível nacional, podendo editar regras gerais para os serviços; a exigência de universalização do acesso aos serviços, com metas de 99% de cobertura para água e 90% para esgoto coletado e tratado, até o ano de 2033; novas condições para a prestação dos serviços; metas para redução de perdas; obrigatoriedade de indenização prévia de investimentos não amortizados na transferência de um prestador dos serviços para outro; obrigação de licitação para todos os novos contratos; instrumentos facilitadores para a desestatização; dentre outros pontos.

Com a nova atribuição regulatória da ANA a partir da Lei 14.026/2020 de editar normas de referência, contendo diretrizes para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, busca-se a uniformização das normas do setor para atrair mais investimentos para o saneamento.

A ANA aprovou, em novembro de 2021, mais uma norma de referência para o setor de saneamento básico, que diz respeito à padronização dos aditivos aos contratos de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos. O documento contém indicadores para o monitoramento da universalização desses serviços públicos. A medida busca contribuir para a harmonização e o fortalecimento da governança regulatória do setor, permitindo um ambiente de negócios mais transparente e atrativo para novos investimentos. A Resolução ANA nº 106/2021, contendo a Norma de Referência – NR que estabelece parâmetros para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos, entrou em vigor a partir do dia 5 de novembro de 2021. Essa norma prevê os indicadores por meio dos quais as cláusulas relativas às metas de universalização previstas no Art. 11-B da Lei 11.445/2007 deverão ser aferidas.

Durante o exercício de 2022 foi atualizado o calendário de edição de Normas de Referência da Agenda Regulatória, sendo que, para os próximos anos, está prevista a elaboração de novas normas de referência para o setor de saneamento, o que inclui o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto, a drenagem de águas pluviais urbanas e o manejo de resíduos sólidos.

A norma de referência sobre a metodologia para indenização de ativos para água e esgoto foi disponibilizada para consulta pública em novembro de 2022, com prazo para contribuições até janeiro de 2023.

A norma sobre revisão tarifária de água e esgotos será desmembrada em 2 (duas), já que a discussão sobre modelos tarifários foi separada devido à complexidade do tema, que terão normas específicas, ambas previstas para 2023. No caso da norma de referência sobre conteúdo mínimo dos contratos de programa e de concessão, ela também será dividida em 2 (duas): a 1ª (primeira) sobre os aditivos aos contratos devido à necessidade de inclusão das metas de universalização do artigo 11-B da Lei 11.445/2007 e a 2ª (segunda) sobre a padronização dos contratos de concessão (prevista para 2023).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.1. Capacidade Econômico-Financeira da COPASA MG e seus Índices de Universalização de Água e Esgoto

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 17.03.2022, foi publicada, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, naquela data, a ata com a deliberação da Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG sobre o procedimento de comprovação da capacidade econômico-financeira da COPASA MG, conforme previsto na Lei Federal nº 14.026/2020 e no Decreto Federal nº 10.710/2021.

Os pareceres técnicos da Arsae-MG atestaram a capacidade da COPASA MG quanto ao atendimento aos requisitos preconizados pela referida legislação, tanto na 1ª (primeira) etapa (indicadores econômico-financeiros), quanto na 2ª (segunda) etapa do processo (estudos de viabilidade e o plano de captação de recursos).

A decisão da Diretoria Colegiada da Arsae-MG foi de aprovação por unanimidade pela comprovação da capacidade econômico-financeira da Companhia, considerando a apresentação, pela COPASA MG, do termo de anuência ao aditivo ou termo aditivo a contratos para inserção das metas de universalização, para 396 municípios que assinaram os documentos. Foi apontada a ressalva para os 183 municípios que, até a data final do parecer decisório da Arsae-MG, não haviam formalizado aditivos aos respectivos contratos de concessão. Cumpre destacar que, em dezembro de 2022, 141 municípios com contratos regulares não assinaram o Termo de Atualização ao Novo Marco.

A Companhia segue trabalhando em várias frentes para garantir o cumprimento do estabelecido no Novo Marco do Saneamento. Ao mesmo tempo em que a nova legislação traz desafios, ela representa também oportunidades e uma delas refere-se ao posicionamento da COPASA MG no setor de saneamento básico brasileiro, com indicadores financeiros, operacionais e de atendimento muito superiores à média nacional.

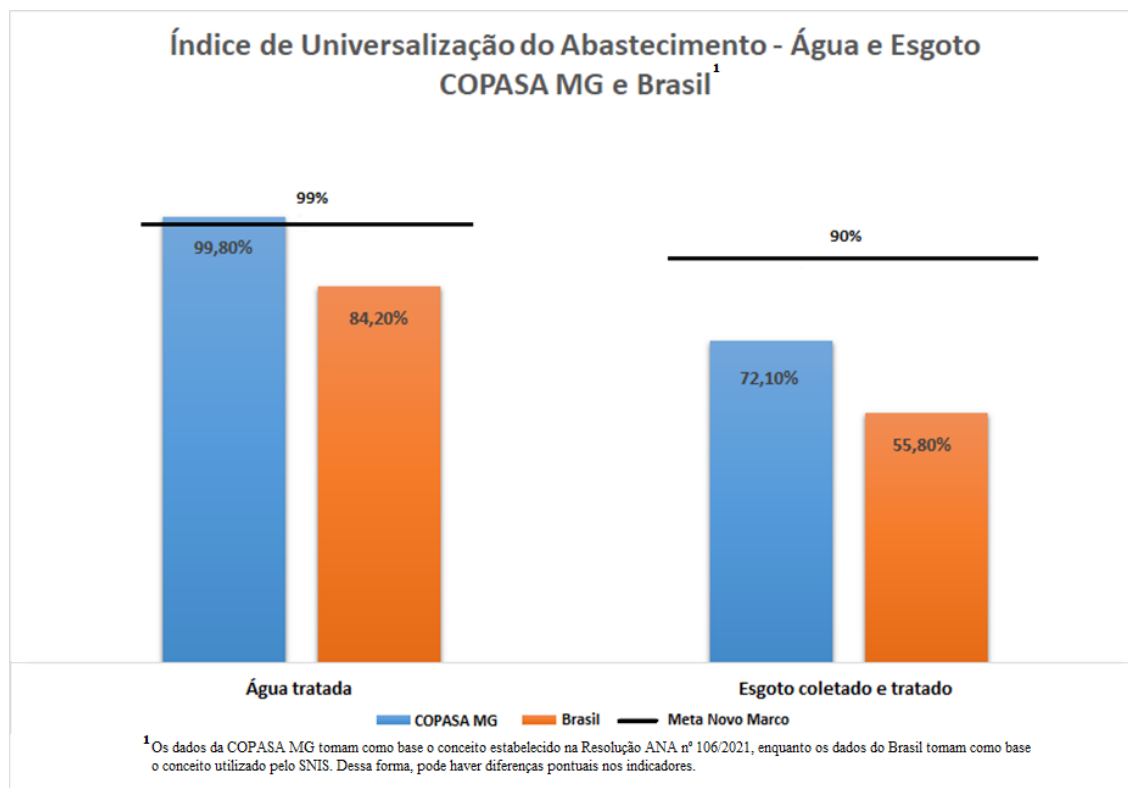
Em 2022, o índice de universalização do abastecimento de água da COPASA MG, medido pelo percentual de imóveis com disponibilidade de rede de distribuição de água tratada foi de 99,8% em sua área de abrangência. No referido período, o índice de universalização da coleta de esgoto atingiu 90,8% dos imóveis em sua área de atuação, e 72,1% dos imóveis com disponibilidade de infraestrutura completa para tratamento do esgoto coletado. Os índices de universalização do abastecimento, coleta de esgoto e tratamento de esgoto citados, foram calculados de acordo com a regra prevista na Resolução ANA nº 106/2021, que estabelece parâmetros para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos.

Em dezembro de 2022, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS divulgou o “Diagnóstico Temático – Serviços de Água e Esgoto”, cujo ano de referência é 2021. De acordo com o relatório, em 2021, o índice de abastecimento total com redes públicas de água era de 84,2% no Brasil. Em relação ao esgotamento sanitário, apenas 55,8% da população é atendida com rede de esgoto. Considerando-se apenas o esgoto coletado, o índice de atendimento eleva-se para 80,84%.

Embora haja defasagem de 1 (um) ano na comparação entre os indicadores da COPASA MG (2022) e os disponibilizados pelo SNIS para a população brasileira (2021), pode-se perceber que os índices de universalização da Companhia, tanto para água, quanto para esgoto coletado e tratado, são muito superiores à média nacional, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Adicionalmente, nota-se que o índice de universalização do abastecimento de água apresentado pela COPASA MG em 2022 em sua região de abrangência manteve-se superior à meta prevista pelo Novo Marco Regulatório, o que evidencia que a Companhia atingiu a universalização antes do prazo previsto de 2033. No que diz respeito ao esgoto coletado e tratado, a COPASA MG, cujo índice de universalização também é

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

superior à média nacional, embora abaixo da meta de 90% para 2033 estabelecida pelo Novo Marco, tem envidado intensivos esforços com o objetivo de atingir a universalização nos prazos definidos e, nesse sentido, aprovou robusto Programa de Investimentos para o período 2023-2027, conforme detalhado no item 5.2 abaixo.



Os investimentos previstos para os próximos anos visam a atender ao crescimento orgânico das localidades na área de abrangência das concessões da COPASA MG, além de investimentos em infraestrutura para garantir a continuidade do abastecimento de água com qualidade para a requerida demanda. No esgoto, além de atender ao crescimento dos municípios, a COPASA MG necessitará ampliar a implantação de unidades de tratamento, interceptores e elevatórias, para elevação no índice de esgoto tratado, conforme previsto no Novo Marco do Saneamento. O Programa de Investimento da Companhia está alinhado ao atingimento dessas metas.

3. Ambiente Regulatório

Os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pela Companhia são regulados e fiscalizados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae-MG). Entre outras competências, cabe à Arsae-MG a definição das tarifas, sendo essa a forma de remuneração pelos serviços prestados pela Companhia.

A tarifa é calculada tendo-se como parâmetro os custos globais incorridos pela Companhia, as quais devem garantir um nível eficiente de gastos pela concessionária, que lhe assegure o equilíbrio econômico-financeiro e a preservação dos aspectos sociais dos serviços, conforme previsto pela Lei Federal nº 11.445/2007.

Essas tarifas são revisadas a cada 4 (quatro) anos e reajustadas 1 (uma) vez ao ano.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Revisão Tarifária Periódica busca assegurar que a receita faturada pelo prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação dos serviços, gerar recursos para investimentos e garantir a adequada remuneração e amortização do capital investido, bem como definir os parâmetros dos incentivos tarifários relacionados à eficiência dos custos operacionais e à expansão e qualidade dos serviços a vigorar durante o Ciclo Tarifário. O cálculo desses incentivos é feito por meio do componente denominado Fator X.

A 1ª (primeira) revisão tarifária foi realizada em 2017.

A 2ª (segunda) revisão periódica foi concluída em junho de 2021, sendo que o efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes foi de -1,52% (um inteiro e cinquenta e dois centésimos por cento negativo), cuja aplicação se deu a partir de 01.08.2021, quando se iniciou um novo ciclo de 4 (quatro) anos.

O reajuste tarifário, cuja metodologia é definida por meio da Nota Técnica CRE nº 15/2021, tem por objetivo a correção inflacionária incidente nos custos da Companhia, a aplicação dos incentivos tarifários (Fator X) e a compensação referentes aos componentes financeiros.

A data base do reajuste tarifário anual era 1º de agosto. Em 2022, houve alteração da data de aplicação dos reajustes tarifários, que passou para 1º de janeiro de cada ano.

Em 23 de novembro 2022, a Arsae-MG divulgou o reajuste tarifário para ser aplicado pela COPASA MG a partir de 1º de janeiro de 2023. O Efeito Tarifário Médio (ETM) foi de 15,7% (quinze inteiros e sete centésimos por cento). Vale ressaltar que as perdas financeiras decorrentes do adiamento de aplicação do reajuste tarifário foram compensadas nesse reajuste tarifário.

4. Estratégia Corporativa e Centralidade do Cliente

4.1. Declaração Estratégica

Em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Planejamento Estratégico da COPASA MG para o ciclo 2022-2026, expressando-o na sua Declaração Estratégica e no Mapa Estratégico.

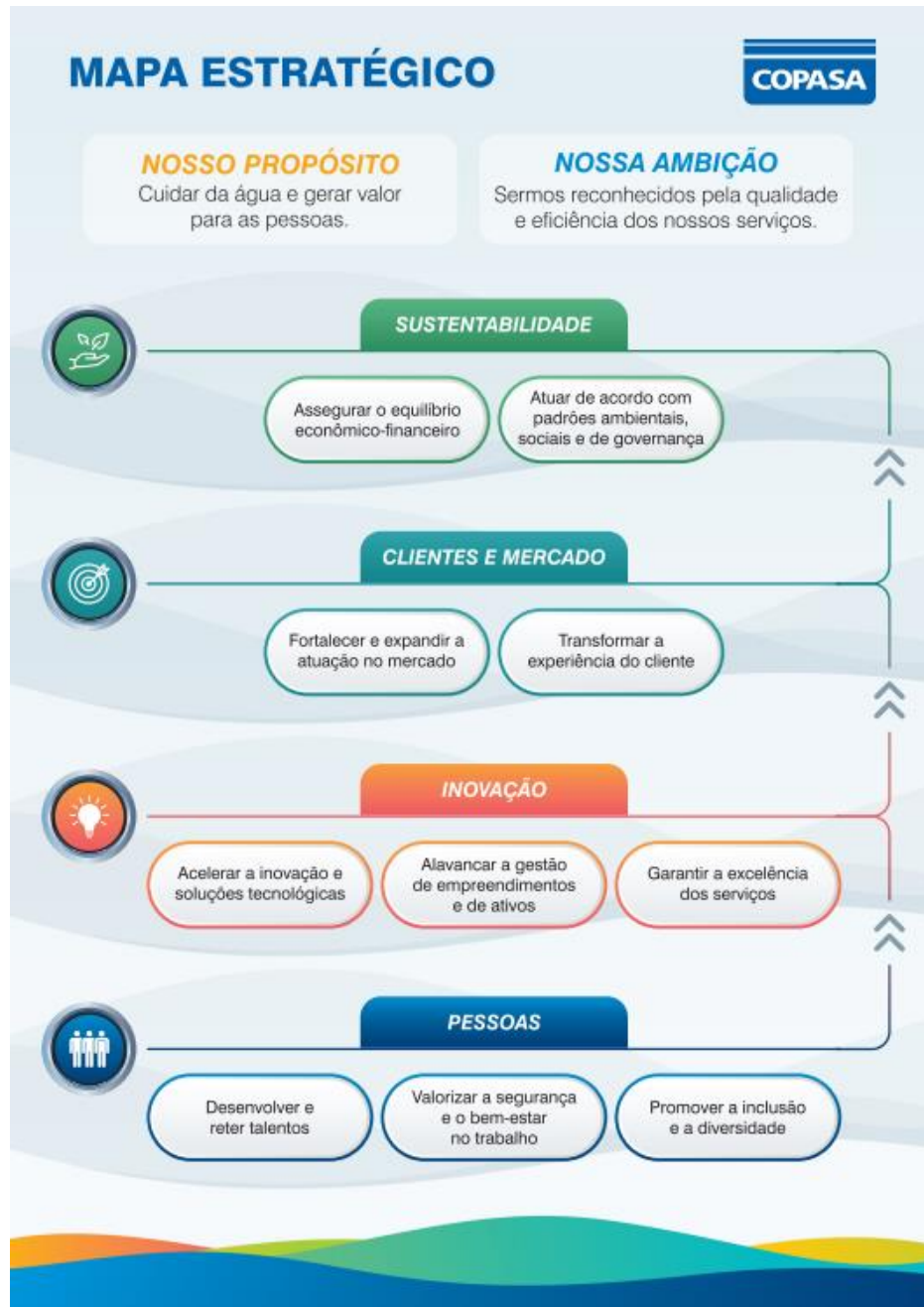
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Declaração Estratégica, delineada considerando os desafios impostos pelo novo cenário que se afigura no setor de saneamento no Brasil, incorpora uma visão inovadora a guiar a gestão da Companhia e se destaca por posicionar o cliente como seu valor central. A Declaração Estratégica da COPASA MG, que congrega declarações para o Propósito, o Compromisso, o Jeito, os Processos e a Ambição da Companhia, pode ser visualizada a seguir:



Por seu turno, o Mapa Estratégico, enunciado na figura abaixo, desdobra a Declaração Estratégica da Companhia em diretrizes, consolidadas conforme as perspectivas de Sustentabilidade, Clientes e Mercado, Inovação e Pessoas, tendo em vista a integração dos compromissos da Agenda ESG (*Environmental, Social and Governance*) da COPASA MG ao seu Planejamento Estratégico e os 10 objetivos estratégicos definidos pela Companhia, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global da ONU:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No exercício de 2022, teve curso a implementação e o monitoramento da performance do Planejamento Estratégico. As principais lideranças da Companhia apresentaram à Diretoria Executiva o desempenho do Acordo de Gestão por Resultados, que consiste no desdobramento do Plano de Negócio e Estratégia de Longo Prazo, o qual contempla compromissos com metas de indicadores estratégicos para o negócio. Foi construído um painel eletrônico contendo as iniciativas estratégicas, vinculadas aos objetivos estratégicos, bem como os indicadores e os respectivos planos de ação, com seus prazos e responsáveis, o que possibilita o acompanhamento do que foi planejado ao longo do ciclo 2022-2026. A partir de 2023, a performance dos gestores será apresentada trimestralmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Modelo de Excelência da Gestão – MEG¹

O Programa Estratégico Resgate da Excelência foi instituído em janeiro de 2021, com o objetivo de implementar ações para aplicação do Modelo de Excelência da Gestão – MEG® em toda a COPASA MG. Cabe ressaltar que a aplicação do MEG propicia avaliar o grau de maturidade da gestão, melhorar a compreensão das necessidades dos *stakeholders* e elevar os resultados do negócio, impactando positivamente na sustentabilidade da Companhia.

O Programa completou 2 (dois) anos de execução em 2022 e alcançou resultados significativos na busca pela excelência, comprovados pelo reconhecimento externo. Em 2022, todas as Unidades de Negócio regionais da Companhia² foram reconhecidas no Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS e 17 *cases* de sucesso foram selecionados para apresentação no Seminário de Benchmarking do PNQS, sendo que 4 (quatro) deles foram certificados como finalistas.

Tendo em vista a evolução da maturidade dos processos gerenciais da Companhia, à luz do MEG, a identidade do Programa foi revisada para “Programa Estratégico Excelência da Gestão” e a sua continuidade para o biênio 2023/2024 foi aprovada pela Diretoria Executiva em janeiro de 2023.

4.2. A centralidade do Cliente

O cliente está no centro da Declaração Estratégica da COPASA MG. Isso significa que todos os processos da Companhia, todas as suas Unidades de Negócio e todos os seus colaboradores precisam estar alinhados e focados em oferecer uma experiência que surpreenda positivamente o usuário, que não se limite a suprir suas necessidades, mas sim que antecipe suas expectativas e gere excelência no seu atendimento e maximize sua satisfação.

Nesse sentido, a Companhia tem, em sua Declaração Estratégica, o propósito de “cuidar da água e gerar valor para as pessoas” e estabeleceu como um de seus compromissos a motivação de atender bem o cliente e, com essas diretrizes em perspectiva, adota continuamente ações, visando a incrementar o relacionamento com os seus clientes, dando-lhes atenção especial e facilitando o atendimento de suas demandas. A COPASA MG entende que esse cuidado e dedicação são o único caminho para a construção diuturna e o fortalecimento de sua imagem.

4.2.1. Compromisso em Gerar Valor para os Clientes

Os serviços de abastecimento de água de qualidade e a coleta e tratamento de esgotos exercem forte impacto na promoção da qualidade de vida das pessoas, sendo que a efetiva prestação dos serviços demanda a construção de uma relação de confiança e credibilidade, devendo estar sempre alinhada às necessidades e expectativas de nossos clientes. Com um olhar humanizado e mais próximo das necessidades dos usuários, a COPASA MG e a COPANOR visam a estreitar cada vez mais o relacionamento com seus clientes, incorporando ações que objetivam a manutenção dos serviços de saneamento de qualidade e a preservação do meio ambiente.

A COPASA MG e a COPANOR possuem no total 688 pontos de atendimento, além dos canais digitais de atendimento 24 horas, como sítio eletrônico e WhatsApp. O atendimento móvel com vans que ficam estacionadas em diferentes localidades torna-se mais uma iniciativa de estreitamento desse laço com

¹ O MEG é um modelo de referência em gestão organizacional, sendo a principal publicação da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, um dos mais importantes centros de excelência para a melhoria da produtividade e da competitividade das organizações brasileiras e tem como principal característica ser um modelo integrador e de auto avaliação para obter um diagnóstico da maturidade da gestão.

² A área de atuação da COPASA MG é dividida em 6 (seis) Unidades de Negócios, delimitadas em função de sua abrangência territorial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

os clientes, facilitando e oferecendo atendimento humanizado, sanando dúvidas e orientando sobre as campanhas e direitos dos usuários.

No final do ano de 2021 foi contratada, por meio de processo licitatório, empresa reconhecida no mercado e com expertise para realização de Pesquisas de Satisfação com os clientes. Com abordagens relacional e transacional, em 2022, foram instituídas as pesquisas mensais qualitativas realizadas com a base de clientes ativos da Companhia. Essas pesquisas têm como objetivos identificar necessidades e expectativas do cliente e a imagem da COPASA MG e avaliar o nível de conhecimento dos produtos e serviços, bem como as percepções sobre as ações operacionais. Além disso, as pesquisas permitirão mensurar as dimensões do saneamento básico, a partir da perspectiva do cliente, tornando-se uma importante ferramenta de análise e divulgação dos dados.

Dessa forma, a partir dos resultados verificados mensalmente, que irão compor o indicador anual de Satisfação do Clientes, a pesquisa quantitativa constitui insumo para o Planejamento Estratégico da Empresa, permitindo maior agilidade na identificação de possíveis pontos de atenção e uma atuação mais assertiva para propor soluções. O referido indicador teve sua meta anual aprovada pela alta gestão da Companhia e é acompanhado, considerando cada unidade de negócio e suas particularidades regionais e avaliando as dimensões água, esgoto, serviços, atendimento e obras. É possível avaliar, ainda, a percepção dos clientes em relação aos atributos da imagem da COPASA MG.

4.2.2.Objetivo estratégico: Melhorar a experiência do cliente

A Companhia decidiu-se pela implementação de uma Solução Integrada e Inteligente para o Relacionamento com os Clientes. Essa Solução visa a promover a transformação digital do atendimento ao cliente, com novas soluções integradas, que promoverá sinergias de tecnologias, por meio de plataformas multicanais de atendimento e sistemas com inteligência artificial de modo a melhorar a experiência do cliente COPASA MG, a gestão da reputação da marca, agregar valor ao negócio e a seus acionistas, otimizar os custos operacionais e mitigar riscos regulatórios e judiciais.

Ainda referente à centralidade do cliente no Planejamento Estratégico da Companhia, em abril de 2022, foi instituído grupo de trabalho multidisciplinar e transversal, com o objetivo de realizar estudos, para construir novos conhecimentos e multiplicadores, bem como rever e criar novos processos relacionados à experiência do cliente na Companhia.

Ao longo do ano, foram realizadas por referido grupo diversas ações para conhecer os principais motivos das reclamações e insatisfações dos clientes, diagnosticar as principais causas dos processos judiciais e identificar seus custos, com a construção do mapa de calor com a distribuição geográfica e por valores e revisitar a comunicação e os processos entre as áreas comerciais, operacionais e de relacionamento com o cliente, com foco na prestação de um serviço de qualidade, transformando a experiência dos clientes.

Cabe, ainda, destacar a instituição da Semana de Atenção ao Cliente, realizada anualmente na semana do dia 15 de setembro (dia do cliente), com eventos internos e externos visando à promoção de boas práticas para a excelência no relacionamento com o cliente COPASA MG. Em 2022, referida Semana foi marcada pelo bate-papo entre os canais de atendimento, que contou com a participação dos gestores e empregados de diversas áreas envolvidas. Assim, foram realizados encontros de acordo com temas e canais escolhidos para apresentação e debate dos processos relacionados. A Semana foi encerrada com um encontro presencial, no qual foram apresentados os 8 (oito) pilares do Atendimento de Excelência ao Cliente da COPASA MG: acolhimento, agilidade, atitude, confiança, cuidado, empatia, humildade e transparência.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2.3. Ações comerciais no ano de 2022

Ao longo de 2022, a Companhia promoveu ações comerciais voltadas à aproximação com seus clientes, concedendo benefícios para que estes pudessem regularizar seus débitos e fortalecendo o diálogo por meio da orientação. Dentre elas destacam-se:

- **Campanha Dias Azuis**

A Campanha Dias Azuis ocorreu no período de 21 de novembro a 30 de dezembro de 2022 e consistiu na disponibilização de condições melhores para os clientes, principalmente da Categoria Residencial Social, negociarem seus débitos.

A Companhia investiu na ampla divulgação da campanha através de envios de SMS, utilização das mídias sociais (televisão, rádio, site, WhatsApp, etc.) e ampliação dos dias de atendimento nas agências físicas, para que as informações chegassem aos seus clientes.

A campanha proporcionou a negociação dos débitos em aberto, há mais de 90 dias, de mais de 41 mil usuários da COPASA MG e COPANOR, correspondendo a um valor total negociado de aproximadamente R\$63 milhões.

Essa ação concentrou-se no aumento da arrecadação, na redução da inadimplência e na recuperação de débitos, principalmente, como já explicitado, de clientes da categoria Residencial Social; visando, ainda, à criação da cultura de pagamento por meio do PIX.

- **Alerta de Corte e Tamponamento**

Visando a aprimorar a sistemática de cobrança dos débitos vencidos, houve, em 2022, aperfeiçoamento do processo de Corte e Tamponamento, com a instituição, em abril, do Alerta de Corte e Tamponamento, que objetiva orientar e alertar os clientes sobre ações a serem realizadas, caso os débitos existentes não sejam negociados/regularizados. Como padrão para todas as unidades de negócio, foi estabelecida a régua de corte de R\$50,00 para o alerta de débito e tamponamento. Tal medida objetiva, precipuamente, a redução da inadimplência e a recuperação de débitos.

- **Revisão de Normas de Parcelamento**

A Revisão de Normas de Parcelamento, implementada em agosto de 2022, visa à adequação da Norma de Padronização – NP à estrutura organizacional, à padronização de reparcelamentos, à desburocratização do processo de negociação do parcelamento e à alteração do valor da alçada de aprovação.

A nova Norma de Parcelamento, em 2022, traz, além da recuperação de créditos, referentes às negociações realizadas com Prefeituras, hospitais e entidades sem fins lucrativos, outros benefícios esperados, como:

- ✓ redução de processos judiciais, inadimplência e reparcelamento;
- ✓ melhoria no relacionamento com os clientes em débito com a COPASA MG e a COPANOR;
- ✓ adequação da negociação ao normativo específico da Arsae-MG aplicável às condições especiais para a categoria social;
- ✓ garantia de mais facilidades na negociação aos clientes em geral – alinhamento à Lei nº 14.181/2021 (Lei do Endividamento); e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ melhoria nas formas de negociação para órgãos públicos - Prefeituras, Entidades Filantrópicas, Hospitais Públicos e Particulares.

- **Vilas e Aglomerados**

O projeto Vilas e Aglomerados busca a redução de perdas aparentes de água em áreas de vulnerabilidade social e a realização de ações sociais nas áreas beneficiadas, com o compartilhamento da cultura do saneamento e a promoção de atividades adequadas às realidades das localidades abrangidas no projeto.

Esse projeto está contemplado no Contrato de Performance³, cujos benefícios esperados são:

- ✓ proporcionar maior abrangência do acesso ao saneamento nas regiões envolvidas, com redução de perdas aparentes de água;
- ✓ reduzir a disseminação de doenças de veiculação hídrica, contribuindo para aumentar a qualidade de vida e as condições socioambientais das regiões;
- ✓ preservar o meio ambiente por meio do uso adequado da rede de abastecimento de água;
- ✓ informar, orientar e sensibilizar a população sobre a importância da interligação das residências à rede de abastecimento de água;
- ✓ diminuir as irregularidades na rede de abastecimento de água;
- ✓ fechar parcerias para aumentar a rede de alcance das adesões para interligação à rede de abastecimento de água; e
- ✓ realizar adesões para interligar as residências à rede pública de abastecimento de água.

Referente ao Contrato de Performance, foram recuperados 146,6 mil m³ no ano de 2022 (volume micromedido recuperado). Dos resultados acumulados, foram 38 bairros visitados, 908 vistorias realizadas, 8.131 visitas realizadas e 5.399 obras realizadas.

Outros resultados alcançados foram:

- ✓ Mulheres no saneamento: 55 mulheres residentes em áreas de vulnerabilidade social que atuam em ações de mobilização já foram contratadas e 192 pessoas foram beneficiadas indiretamente pela contratação dessas mulheres;
- ✓ Mais de 7 mil famílias realizaram adesões para regularização da ligação de água e 22,8 mil pessoas foram beneficiadas indiretamente, por meio da adesão; e
- ✓ Comunicação, percepção e tomada de decisão: 412 pessoas participaram dos plantões sociais nas regiões de atuação, com 190,4 mil pessoas beneficiadas indiretamente, por meio desses plantões.

- **Período de chuvas 2022**

Em atendimento aos critérios estabelecidos em normativos da Arsae-MG, a COPASA MG e a COPANOR concederam a isenção ou descontos no valor das faturas de clientes atingidos pelas chuvas ocorridas em dezembro de 2021 e janeiro de 2022.

³ Contrato com remuneração variável baseada no desempenho do prestador de serviço, cujo objeto é a recuperação de volumes micromedidos em áreas de vulnerabilidade social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Foram 28,5 mil o total de economias da COPASA MG e da COPANOR beneficiadas com a medida, correspondendo ao valor total de benefícios de quase R\$5 milhões.

As isenções e descontos concedidos, correspondentes ao período de janeiro a abril de 2022, tiveram o reconhecimento no reajuste tarifário definido pela Arsae-MG em novembro de 2022.

4.2.4. Ações comerciais com implantação prevista para 2023

A Companhia desenvolve ações visando à melhoria da relação com o cliente, bem como o atingimento das metas regulatórias. Nesse sentido, algumas das ações que tiveram início em 2022 e estão em fase de implantação em 2023 são:

- **Vem pra Rede de Água**

O Vem pra Rede de Água é um projeto em fase de implantação que visa a incentivar os imóveis factíveis de água, com possibilidade técnica de adesão, a se conectar ao serviço de abastecimento de água da COPASA MG e da COPANOR. Como incentivo, é oferecido aos clientes das categorias Residenciais e Residenciais Sociais a gratuidade na solicitação da ligação desse serviço.

Espera-se, como benefício, o aumento do número de economias operadas, além do incremento da cobertura desse serviço, sendo que a meta de adesão para o ano de 2023 é de cerca de 25 mil novas economias de água.

- **Enriquecimento do cadastro de novos usuários**

Está prevista a contratação de empresa para enriquecimento do cadastro comercial da COPASA MG e da COPANOR nas solicitações de ligação nova de água, mudança de titularidade, etc.

Os benefícios previstos com essa ação contemplam a diminuição do tempo médio de atendimento, a inclusão de dados completos e corretos dos clientes e a validação do CPF/CNPJ, antes de ser incluído no cadastro da COPASA MG e da COPANOR, ocasionando, consequentemente, incremento no faturamento.

- **Contratação de Recuperação de Receita com entrega de segunda via**

A Contratação de Recuperação de Receita com entrega de 2ª (segunda) via tem por objetivo melhorias no processo de recebimento e cobrança das faturas, ao reemitir as segundas vias das faturas bloqueadas, extraviadas e retificadas da COPASA MG e da COPANOR. Em 2022, a ação já foi realizada no âmbito de 1 (uma) Unidade de Negócio específica, resultando na recuperação de débitos vencidos, além da diminuição de custo com execução de alerta de débito e tamponamento e redução de processos de negativação, protesto e cobrança judicial. A Companhia planeja a extensão dessa contratação para as outras Unidades de Negócio da Companhia em 2023.

- **Padronização da Régua de Cobrança**

A Padronização da Régua de Cobrança está prevista para implantação no 1º (primeiro) trimestre de 2023 e apresenta como melhorias a realização de ajustes na régua de corte com prazos para envio de SMS aos clientes em D-1 e de SMS/e-mail em D+5, de aviso de débito e de alerta de corte e de tamponamento e a implantação da sistemática de protesto do nome do cliente em débito, de negativação e de cobrança judicial.

Como benefícios, a padronização visa a:

- ✓ reduzir perdas por prescrição;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ reduzir a inadimplência e recuperar débitos, principalmente os acima de R\$50,0 mil e vencidos há mais de 6 (seis) meses;
- ✓ evitar despesas com ações de corte, com o envio de avisos sobre a existência do débito próximo ao vencimento e após o vencimento; e
- ✓ evitar despesas com ações de tamponamento mediante Alerta de Corte, sendo que o próprio cliente pode retirar a fita adesiva após o pagamento do débito.

A Padronização da Régua de Cobrança é um instrumento da Companhia na busca pela continuidade da redução da inadimplência.

- **Contratação da Negativação**

A negativação é uma etapa da Padronização da Régua de Cobrança. A contratação de empresa especializada em negativação de clientes em débito há mais de 36 meses, cuja prestação dos serviços está prevista para o 1º (primeiro) trimestre de 2023, traz como benefícios esperados a redução da inadimplência, a higienização do cadastro comercial dos clientes sem CPF/CNPJ, a melhoria da arrecadação da Companhia e a expectativa de redução no custo de alerta de débitos e tamponamentos da ordem de 35%.

- **Adequação das categorias de uso, conforme especificação da Arsae-MG**

Normativo específico da Arsae-MG prevê a classificação, na categoria Comercial, de vários ramos de atividades que antes eram cadastrados como Público. Com essa ação, a COPASA MG e a COPANOR esperam um incremento no faturamento da Companhia. A implementação da adequação das categorias de uso teve início a partir de dezembro de 2022.

4.2.5. Ações com os clientes internos

Na cadeia de valor da Companhia, os usuários dos serviços de água e esgoto são os principais clientes, mas, para além deles, há também que se considerar as pessoas que fazem parte da estrutura da organização e que devem ser reconhecidas e valorizadas. Dentro desse espírito, a Companhia espera implementar, em 2023, um modelo de gestão matricial em suas Unidades de Negócio e disseminar a utilização de Fóruns e Oficinas do Saber, que contribuem para a geração de valor e busca do desenvolvimento de talentos internos.

Gestão Matricial nas Unidades de Negócio

A COPASA MG e a COPANOR esperam, com a implementação, até o final de 2023, de uma gestão matricial nos processos pertinentes a suas atividades comerciais, otimizar a força de trabalho, padronizar as práticas comerciais, revisar normativos e normas de procedimentos, bem como alinhar a informação, valorizando talentos e realizando a gestão por processo.

Fóruns relativos às atividades de faturamento e arrecadação e Oficinas do Saber

Citados Fóruns e Oficinas foram implementados em março de 2022 e visam ao alinhamento de informações, padronização de práticas e construção de espaços para planejamento, discussões de casos, compartilhamento de resultados, trocas de experiência e integração das equipes. Os recursos utilizados foram salas de reuniões e o *Microsoft Teams*, sendo previstos encontros semanais com a equipe.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esses Fóruns e Oficinas contribuíram para a criação de valor para a equipe, para o compartilhamento de informações, minimizando falhas no processo de comunicação e para a disseminação da informação para um maior número de pessoas, de forma mais rápida e assertiva.

Para 2023, a Companhia tem como meta disseminar a padronização das práticas comerciais, implantando a gestão matricial em todas as unidades de negócio, alinhada ao Modelo de Excelência de Gestão – MEG.

5. Plano de Investimentos

5.1. Programa de Investimentos - 2022

Conforme demonstrado na tabela a seguir, os valores investidos em 2022 no âmbito da Controladora totalizaram R\$1.305,6 milhões, representando um incremento de 30,2% em relação a 2021. Vale mencionar que, em setembro de 2022, a Companhia aprimorou os critérios de divulgação dos investimentos realizados, visando à convergência aos conceitos contábeis e regulatórios, com a inclusão dos valores referentes à capitalização de juros, gastos de pessoal, materiais e outros, relacionados às obras realizadas e ao desenvolvimento empresarial e operacional. Para a comparabilidade, estão sendo divulgados também os valores das capitalizações dos anos de 2021 e 2020.

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2022	2021	2020
Água	579,4	537,1	147,1
Esgoto	449,3	317,5	213,3
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	100,8	52,3	99
Subtotal	1.129,5	906,9	459,4
Capitalizações	176,1	95,8	111,4
Total - Controladora	1.305,6	1.002,7	570,8
COPANOR (incluindo capitalizações)	39,6	44,5	24,2
Total - COPASA MG e COPANOR	1.345,2	1.047,2	595,1

Sistemas de Abastecimento de Água

- implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água dos municípios de Arcos, Belo Horizonte, Belo Oriente, Capelinha, Contagem, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Fronteira, Guaraciama, Montes Claros, Nova Lima, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Poté, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santo Antônio do Monte, Timóteo, dentre outros;
- obras emergenciais para recuperação de adutoras na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), principalmente a Adutora do Sistema Paraopeba – ETA Serra Azul;
- ações para redução de perdas, com destaque para aquisição de macro e micromedidores de vazão, visando à efficientização da hidrometração e à redução de perdas;
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de abastecimento de água em diversos municípios operados; e
- execução de obras para implantação de 14 Unidades de Tratamento de Resíduos - UTRs em Estações de Tratamento de Água – ETA com vazão superior a 100 litros por segundo e de 133 UTRs com vazão entre 20 e 100 litros por segundo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sistemas de Esgotamento Sanitário

- implantação, ampliação e melhorias de esgotamento sanitário dos municípios de Abaeté, Belo Horizonte, Betim, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Divinópolis, Ibité, Inhapim, Januária, Minas Novas, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Santana do Paraíso, São Gotardo, São João Nepomuceno, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Timóteo, Três Marias, Ubá, dentre outros;
- obras emergenciais para recuperação de interceptores, danificados em função das fortes chuvas ocorridas no início do ano, nos municípios de Belo Horizonte, Betim, Bom Despacho, Ibité, Janaúba, Mirabela, Montes Claros, Porteirinha, Salinas, Santa Luzia, Timóteo, dentre outros; e
- aquisição de equipamentos operacionais para modernização e otimização do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios operados.

Desenvolvimento Empresarial e Operacional

- modernização da infraestrutura de informática, com a implantação (em andamento) do sistema SAP S/4HANA, buscando melhorias e agilização no atendimento a clientes e nos processos internos;
- investimentos em programas para modernização de unidades operacionais e efficientização energética; e
- investimentos em programas para pesquisa, monitoramento e proteção de recursos hídricos.

Esse aumento de 30,2% nos investimentos realizados pela Controladora, comparando-se o ano de 2022 a 2021, deveu-se a algumas diretrizes e estratégias adotadas pela Companhia, destacando-se dentre elas a estruturação de seu Escritório de Projetos – PMO (sigla em inglês para *Project Management Office*), em consonância com as melhores práticas de gestão adotadas pelo mercado e buscando o gerenciamento de seus projetos de maneira estratégica.

O PMO é um método eficaz para atender à necessidade de acompanhamento sistemático de todas as etapas de um projeto, programa ou portfólio, não se limitando ao projeto técnico de engenharia, mas sim abrangendo todas as fases para que um empreendimento possa ser implantado em sua plenitude, resultando em crescente capacidade de execução dos projetos, observadas a eficiência e a prudência dos investimentos, bem como a gestão eficiente do caixa.

5.2. Programa de Investimentos - 2023 a 2027

O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em reunião realizada em 15.12.2022, o Programa Plurianual de Investimentos projetado, referente à Controladora, para o período de 2023 a 2027, conforme detalhado na tabela abaixo:

Valor Projetado (R\$ milhões)	2023	2024	2025	2026	2027
Água, Esgoto e Desenvolvimento Empresarial	1.597	1.650	1.628	1.628	1.628
Capitalizações	160	185	294	371	382
Total	1.757	1.835	1.922	1.999	2.010

O patamar de aportes previstos no Programa de Investimentos visa à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, extensão de redes, segurança hídrica, combate a perdas, desenvolvimento empresarial, atendimento de metas regulatórias e de eficiência, compromissos de concessão assumidos, reposição de ativos depreciados, bem como à consecução do objeto social e da missão da Companhia, garantindo a sustentabilidade e perenidade da Empresa. Com isso, a Companhia procura atender às demandas dos clientes e do poder concedente, em busca da ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e de esgoto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.3. Captação de Recursos

Visando a suportar o Programa de Investimentos, a Companhia pretende utilizar recursos oriundos de sua geração de caixa, bem como recursos oriundos de empréstimos de terceiros.

No encerramento do exercício de 2022, a Companhia possuía um saldo de R\$1,39 bilhão em recursos contratados e ainda não liberados, sendo R\$17,8 milhões junto ao BNDES, R\$254,5 milhões junto ao FGTS, €65,3 milhões (equivalente a R\$363,9 milhões) contratados com o KfW e €135,0 milhões (equivalente a R\$751,8 milhões) junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI. O registro contábil da dívida será realizado quando da efetiva entrada desses recursos na Companhia.

Vale ressaltar que em dezembro de 2022 foi concluída a contratação de operação de crédito de longo prazo, por meio da 17ª Emissão de debêntures, no montante de R\$750,0 milhões. Os recursos dessa operação serão destinados à execução de parte do Programa de Investimentos da Companhia.

6. Desempenho Operacional

6.1. Água

A COPASA MG e a COPANOR encerraram o ano de 2022 com 5,6 milhões de economias de água, crescimento de 1,0% em relação a 2021, servindo a aproximadamente 11,8 milhões de pessoas.

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais e a evolução nos períodos comparativos:

Especificação COPASA+COPANOR	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Água					
Ligações (1.000 unidades)	4.636	4.591	1,0%	4.529	1,4%
Economias (1.000 unidades)	5.589	5.532	1,0%	5.458	1,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.849	11.833	0,1%	11.804	0,2%
Volume Distribuído (1.000 m³)	1.067.482	1.056.135	1,1%	1.034.704	2,1%
Volume Medido (1.000 m³)	642.673	628.709	2,2%	611.118	2,9%
Extensão de Rede (km) ⁽¹⁾	64.736	63.316	2,2%	56.859	11,4%

(1) O CopaGIS, plataforma de informação geográfica - GIS corporativa desenvolvida sob medida para a gestão operacional da Companhia, passou a contemplar, a partir de 2021, 100% da malha de rede de distribuição de água e coletora de esgoto da Companhia, o que resultou em dados mais precisos da extensão de rede.

6.2. Esgoto

Com relação aos serviços de esgotamento sanitário, a COPASA MG e a COPANOR possuíam, conjuntamente, ao final de 2022, 4,0 milhões de economias de esgoto, o que representa um crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior, atendendo uma população de aproximadamente 8,5 milhões de habitantes, conforme tabela a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Especificação COPASA+COPANOR ⁽¹⁾	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Esgoto					
Ligações (1.000 unidades)	3.122	3.064	1,9	2.992	2,4%
Economias (1.000 unidades)	3.963	3.888	1,9	3.764	3,3%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.539	8.447	1,1	8.332	1,4%
Volume Medido (1.000 m³)	441.383	428.813	2,9	414.326	3,5%
Volume Tratado (1.000 m³)	310.984	339.981	-	314.169	8,2%
Extensão de Rede (km) ⁽²⁾	33.440	32.376	3,3	29.189	10,9

(1) Os dados se referem à COPASA MG e à COPANOR conjuntamente, exceto o volume tratado, cuja informação é da Controladora.

(2) O CopaGIS, plataforma de informação geográfica - GIS corporativa desenvolvida sob medida para a gestão operacional da Companhia, passou a contemplar, a partir de 2021, 100% da malha de rede de distribuição de água e coletora de esgoto da Companhia, o que resultou em dados mais precisos da extensão de rede.

6.3. Outras métricas referentes ao desempenho comercial e operacional

A tabela a seguir apresenta indicadores de desempenho comercial e operacional:

Especificação COPASA	Unidades	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Empregados/Ligações ⁽¹⁾	emp./mil ligações	1,33	1,42	-5,9%	1,55	-8,3%
Índice de Hidrometração	%	99,9	99,9	-	99,8	-
Índice de Perdas na Distribuição ⁽²⁾	%	39,4	40,1	-0,7p.p	40,5	-0,4p.p
Índice de Perdas na Distribuição ⁽³⁾	(L/ligxdia)	251,34	256,37	-2,0%	257,82	-0,6%
Inadimplência ⁽⁴⁾	%	3,22	3,50	-0,3p.p	4,52	-1,0p.p

(1) Número de Empregados / 1.000 Ligações de água e esgoto.

(2) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo volume distribuído, dos últimos 12 meses.

(3) Diferença entre o volume distribuído e o volume medido, dividida pelo número de ligações atendidas e pelo número de dias do período.

(4) Corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses.

O indicador empregados/ligações, que mostra a quantidade de empregados próprios para cada mil ligações atendidas, apresentou queda de 5,9% em 2022 comparativamente a 2021, reflexo, principalmente, do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, implantado no ano de 2021, com desligamentos em 2021 e 2022. O índice de hidrometração, que mostra o percentual de ligações da Companhia cujo consumo é hidrometrado, ficou em linha nos períodos comparativos. Já o índice de perdas na distribuição mostra a relação entre o volume de água medido e o volume de água distribuído, tendo sido observada uma queda de 0,7 pontos percentuais em 2022. O índice de perdas em litros/ligaçãoxdia apresentou queda de 2%, comparando-se 2022 com o ano anterior.

A Companhia tem adotado uma série de medidas visando à redução de perdas, bem como à adequação ao contexto atual de regulação e ao alinhamento à legislação pertinente. Nesse sentido, várias ações estão sendo desenvolvidas, com destaque para a instalação e substituição de micromedidores e macromedidores e investimentos em equipamentos para identificação de vazamentos não visíveis e para redução da pressão nas redes de distribuição. As ações adotadas pela Companhia que possibilitaram a redução nas perdas verificada no ano de 2022 encontram-se detalhadas no item 6.4.1.

O índice de inadimplência, que corresponde à relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses, que era de 3,50% em dezembro de 2021, atingiu 3,22% em dezembro de 2022, com a retomada e intensificação de ações de cobrança, bem como campanhas de renegociação de débitos. As várias ações comerciais adotadas ao longo de 2022 que proporcionaram essa queda no índice de inadimplência podem ser verificadas em maiores detalhes no item 4.2.3. Cabe destacar que o índice de 3,22%, ao final de 2022, foi o menor dos últimos 6 (seis) anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6.4. Ações adicionais visando à eficiência operacional, sustentabilidade e inovação

6.4.1.Reduzindo perdas

Como visto no item 6.3, o índice de perdas na distribuição da COPASA MG apresentou uma redução de 0,7 pontos percentuais em 2022 e de 2%, se considerado o índice de perdas em litros/ligação.dia. Tal resultado deveu-se a um conjunto de medidas adotadas ao longo do ano de 2022, dentre as quais podemos salientar:

- ✓ Contrato de Performance para recuperação de volume micromedido em áreas de vulnerabilidade social (vilas e aglomerados), com o intuito de reduzir perdas aparentes. Os trabalhos tiveram início em dezembro de 2021, sendo o prazo de duração do contrato de 5 (cinco) anos;
- ✓ aquisição de equipamentos e medidores de água para aplicação na macromedição;
- ✓ aquisição e aplicação de cerca de 841 mil novos hidrômetros na micromedição, trazendo como resultado, além do incremento de 1.134 mil m³ no volume medido, uma diminuição da idade média do parque de hidrômetros, que passou de 5,00 anos em dezembro de 2020 para 4,18 anos em dezembro de 2022; e
- ✓ aquisição de equipamentos, como geofones, hastes e câmeras, contratação de obras e serviços e de pesquisa de vazamentos não visíveis, inclusive com a utilização de inteligência artificial, para a redução das perdas físicas.

Em 2022, a Companhia investiu R\$96 milhões em ações e melhorias operacionais, visando à diminuição de perdas.

6.4.2.Automação e Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Projeto de Automação

A COPASA MG está implementando, desde 2021, projeto de expansão da automação de suas unidades operacionais. Em 2022, a Companhia deu andamento à implantação da 1ª (primeira) etapa desse projeto, contemplando no ano 81 sistemas com medições de variáveis operacionais relevantes, como nível de reservatórios, status de bombas, vazão, pressão e qualidade de água, disponibilizando os dados remotos para um Scada⁴ central e para os smartphones dos operadores dos sistemas envolvidos. A expectativa é implantar, até 2023, o sistema em 25 localidades operadas pela Companhia.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Relativamente à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I, a Companhia está conduzindo um conjunto de iniciativas de desenvolvimento tecnológico e inovação, merecendo destaque especial:

- ✓ o programa COPENATHON, destinado a estimular a inventividade e ideiação dos empregados da empresa;
- ✓ a formalização de uma aliança estratégica entre a COPASA MG, a UFMG e a *spin-off* Centro de Referência em Estações Sustentáveis de Tratamento de Esgoto (CR ETEs), criada por engenheiros sanitaristas egressos da UFMG, para desenvolvimento de soluções inovadoras para os sistemas de tratamento de esgotos;

⁴ Scada é o acrônimo para *Supervisory Control and Data Acquisition*, que na tradução para o português significa Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados. O Scada é um sistema que utiliza um *software* para monitorar, supervisionar e controlar as variáveis e os dispositivos de um processo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ pesquisa em andamento para a produção de composto orgânico, a partir do lodo de Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs, visando à aplicação na agricultura; e
- ✓ a formalização de parceria em andamento para aproveitamento de efluentes tratados para uso industrial, no resfriamento de alto fornos.

Além disso, será estruturado em 2023 o programa COPAPARTNER, com a prospecção de *startups*, objetivando a proposição de soluções para os desafios do negócio, nas linhas temáticas de energia, perdas, eficiência operacional, melhoria da experiência do cliente, dentre outras.

Adicionalmente, importante mencionar que a Companhia desenvolveu seu Plano Plurianual de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para o biênio 2023-2024, como um instrumento estratégico para a gestão dos projetos e investimentos em PD&I, sendo também parte dos compromissos estabelecidos pela Arsae-MG em seu Programa Regulatório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Nesse Plano Plurianual, a COPASA MG caracteriza seus temas de interesse e os projetos de PD&I que poderão ser desenvolvidos ao longo dos próximos 4 (quatro) anos, identificando as tecnologias promissoras a serem testadas em escala piloto, para posterior replicação, após a avaliação de sua viabilidade técnica e econômica.

6.4.3. Núcleo de Inteligência Operacional

Partindo da necessidade de consolidar em uma visão estratégica e célere as informações originárias dos Centros de Controles Operacionais de suas várias Unidades de Negócios, a COPASA MG implantou o Núcleo de Inteligência Operacional – NIO, uma área multidisciplinar, com foco na integração de diferentes setores estratégicos para o bom andamento das áreas operacionais. Essa integração torna mais ágeis as respostas às demandas, trazendo a Companhia de um patamar até então mais reativo, para uma situação de proatividade.

O NIO congrega, em um único ambiente integrado às áreas operacionais, as funções de comunicação, gestão de serviços, vigilância operacional e patrimonial, perdas de água e controle operacional, para acompanhamento das principais ocorrências e nivelamento das informações operacionais.

6.4.4. Gestão da energia elétrica

A COPASA MG está implementando algumas iniciativas relativas à gestão de seu consumo de energia elétrica, quer seja com o objetivo de redução de custos, quer seja para o alinhamento com o seu compromisso com a sustentabilidade e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS do Pacto Global da ONU. Dentre essas iniciativas, podemos destacar:

- ✓ contratação de energia no mercado livre: aquisição de energia elétrica no mercado livre para as unidades de alta e média tensão, em um montante de 46 MWm, com valor contratado de R\$378 milhões, para início de fornecimento a partir de janeiro de 2023. Essa energia corresponde a aproximadamente 43% da energia total consumida pela Companhia. Com essa medida, é esperada uma redução dos custos de energia elétrica de aproximadamente R\$228 milhões nos próximos 60 meses;
- ✓ energia fotovoltaica: implantação de usinas solares fotovoltaicas para compensação remota de energia das unidades atendidas em baixa tensão, com uma geração de energia de aproximadamente 76 MWp, objetivando redução dos custos de energia elétrica do parque de unidades atendidas em baixa tensão e redução das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEEs; e
- ✓ eficiência energética: redução do consumo de energia elétrica por meio da substituição de equipamentos obsoletos por outros de maior eficiência e pelo emprego de novas tecnologias que

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

racionalizem o uso da energia nas instalações. O projeto está em andamento, com 2 (duas) unidades implantadas, 3 (três) em implantação e 11 em licitação e, em sua totalidade, permitindo a economia de energia nas instalações beneficiadas.

6.4.5. Inovação nas modalidades de contratação: Contratações Semi-Integradas e Contratos por Performance

Iniciando-se em 2021 e ao longo do ano de 2022, a Companhia adotou algumas inovações, visando à modernização de suas atividades de licitação de obras e serviços, introduzindo, dentre outras ações, novas modalidades de contratações, sempre considerando as disposições da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais). Dentre essas inovações, podemos destacar:

- ✓ A instituição do regime de contratação semi-integrada, cujo objeto são obras e serviços de engenharia, em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

A lógica das contratações semi-integradas é que a Administração receba um empreendimento complexo pronto para funcionamento. Busca-se, assim, uma redução na variedade de contratos, substituindo a situação em que a Administração, para obter um objeto complexo, teria que efetuar diversas contratações, com objetos distintos, perante contratados variados. Dessa forma, tem-se uma maior eficiência, com a racionalização das relações contratuais ao centralizar objetos distintos dentro de um único contrato complexo.

- ✓ Desenvolvimento de modelo de contratação de obras e serviços de natureza continuada pela modalidade de performance: nessa modalidade de contratação, é prevista uma remuneração base a ser paga mensalmente ao contratado para realização das obras/serviços objeto do contrato. Sobre a remuneração base é aplicado o Índice de Desempenho Geral – IDG, que representa o resultado final da apuração mensal de indicadores de desempenho específicos do contrato, caracterizando, assim, a remuneração variável por desempenho.

6.4.6. Ações na área de logística e suprimentos: vetor para modernização e redução de custos

No decurso de 2022, Companhia implementou medidas, visando a incrementar sua eficiência na gestão logística e de suprimentos, com consequente redução de custos e maior disponibilidade de produtos e insumos.

Em 2022, a COPASA MG procedeu à revisão do seu Regulamento de Contratações e posterior revisão da correspondente Norma de Procedimento de Contratações, trazendo maior agilidade e modernidade aos processos de licitações e contratações promovidos pela Companhia e o alinhamento desses processos com oportunidades trazidas pela legislação e pela jurisprudência.

Outra medida adotada diz respeito à contratação de consultoria, em 2022, objetivando a melhoria da governança do processo de suprimentos, a otimização dos custos com aquisição de materiais e o aprimoramento da logística de armazenamento e distribuição de materiais da Companhia, conforme a metodologia de *Strategic Sourcing*. Com referida ação, a Companhia espera modernizar e obter melhorias contínuas nos seus processos de suprimentos, propiciando ganhos com redução nas despesas de aquisições e otimização de processos de armazenamento e distribuição de materiais.

Ainda em 2022, foi implantado o Sistema de Gestão da Aquisição, com introdução de fluxo eletrônico do processo de aquisição via licitação, de ponta a ponta. Tal ação proporcionou celeridade,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

eficiência e transparência em todo o curso das aquisições, com estruturação e tramitação totalmente eletrônica das demandas, reduzindo prazos para a contratação de materiais e serviços e de obras.

Também merece destaque a prospecção no mercado internacional de oportunidades de contratação de produtos e insumos que estão sofrendo impacto nos custos e no fornecimento no mercado brasileiro, em especial produtos químicos e hidrômetros, objetivando a redução de custos e a maior disponibilidade de tais produtos e insumos.

6.5. Investimentos em Tecnologia da Informação – TI

No ano de 2022, a Companhia realizou relevantes investimentos relacionados a projetos como a modernização e expansão de seu parque computacional, *outsourcing* de todas as impressoras, aprimoramentos da segurança cibernética e ampliação e melhorias da infraestrutura de TI.

Ademais, a COPASA MG, em 2022, com continuidade em 2023, conduziu projeto de aquisição, customização e implantação da versão mais atual do software de gestão SAP, integrando os processos de gestão empresarial aos processos comerciais da Companhia.

7. Gestão Econômico-Financeira

As informações financeiras constantes nesta Seção 7, exceto quando indicado em contrário, estão em milhares de Reais (R\$ mil) e, tendo em vista a imaterialidade da subsidiária COPANOR, referem-se às Demonstrações Financeiras da Controladora (COPASA MG), salvo indicação ao contrário.

7.1. Receitas

A receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos de 2022 totalizou R\$5,4 bilhões, sendo 3,7% superior ao ano anterior, conforme tabela a seguir:

Receita Líquida	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Receita Líquida - Água	3.561.727	3.355.225	6,2%	3.193.744	5,1%
Receita Líquida - Esgoto	1.807.663	1.824.296	-0,9%	1.819.243	0,3%
Receita Líquida - Resíduos Sólidos	2.099	2.265	-7,3%	2.090	8,4%
Receita Líquida - Água, Esgoto e Resíduos Sólidos	5.371.489	5.181.786	3,7%	5.015.077	3,3%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os principais fatores que influenciaram a receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos nos períodos comparativos:

- ✓ aplicação de novas tarifas pela Companhia, com efeito tarifário médio negativo de 1,52%, conforme autorização da Arsae-MG, a partir de agosto de 2021, decorrente do resultado da 2ª Revisão Tarifária;
- ✓ crescimento no número de economias (unidades consumidoras) de água em 1,0% e de esgoto em 1,9%, no âmbito da Controladora; decorrente de crescimento vegetativo e de novas localidades;
- ✓ aumento de 1,0% no volume medido por economia de água e de 0,6% no volume medido por economia de esgoto; e
- ✓ impactos de migração de faixas e categorias de consumo.

7.2. Custos e Despesas

Os custos e despesas, que correspondem ao somatório dos custos dos serviços vendidos, despesas com vendas e administrativas decorrentes da exploração dos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

totalizaram R\$4,1 bilhões, com redução de 0,3% em relação a 2021. Caso seja desconsiderado o valor referente ao PDVI, contabilizado em 2021, teria havido um aumento de 3,5% no total de custos e despesas, na comparação entre os 2 (dois) períodos. A tabela a seguir mostra os custos e despesas nos períodos comparativos:

Custos e Despesas	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Custos Administráveis	2.720.113	2.710.965	0,3%	2.501.764	8,4%
Pessoal	1.495.462	1.492.208	0,2%	1.413.472	5,6%
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-	152.171	n.m.	-	-
Serviços de Terceiros	605.939	474.963	27,6%	413.953	14,7%
PPP do Rio Manso	96.779	86.058	12,5%	77.792	10,6%
Material	79.957	70.859	12,8%	58.860	20,4%
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	201.935	221.416	-8,8%	369.880	-40,1%
Repasse Tarifário a Municípios	194.281	171.917	13,0%	133.432	28,8%
Custos Operacionais Diversos	45.760	41.373	10,6%	34.375	20,4%
Custos não Administráveis	631.557	635.846	-0,7%	530.516	19,9%
Energia Elétrica	523.234	560.364	-6,6%	452.287	23,9%
Telecomunicações	16.817	13.308	26,4%	12.037	10,6%
Material de Tratamento e de Laboratório	121.103	87.716	38,1%	94.487	-7,2%
Combustíveis e Lubrificantes	39.278	31.942	23,0%	25.089	27,3%
Créditos Tributários	(68.875)	(57.484)	19,8%	(53.384)	7,7%
Custos de Capital	721.131	741.456	-2,7%	641.791	15,5%
Depreciações e Amortizações	721.131	741.456	-2,7%	641.791	15,5%
Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	13.717	12.546	9,3%	21.252	-41,0%
Total dos Custos e Despesas	4.086.518	4.100.813	-0,3%	3.695.323	11,0%
Total dos Custos e Despesas (sem PDVI)	4.086.518	3.948.642	3,5%	3.695.323	6,9%
Total dos Custos e Despesas (sem Depreciações e Amortizações)	3.365.387	3.359.357	0,2%	3.053.532	10,0%

A seguir, a Companhia apresenta os comentários sobre os itens que compõem os custos das vendas e dos serviços prestados, despesas com vendas e administrativas (excluindo-se os custos de construção) que apresentaram variações mais significativas:

7.2.1.Custos Administráveis

Pessoal (sem PDVI)

Os gastos com pessoal apresentaram, em 2022, elevação de 0,2% em relação ao ano de 2021. A redução dos gastos, em função do PDVI, foi compensada pelos reajustes salariais decorrentes dos Acordos Coletivos de Trabalhos - ACTs, sendo de 5,0% em 1º de novembro de 2021 e de 6,46% em 1º de novembro de 2022, conforme variação do INPC.

Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI

Refere-se aos gastos, em 2021, com o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI da COPASA MG, que contou com a adesão de aproximadamente 1,1 mil empregados da Companhia, sendo que o custo total, reconhecido no resultado daquele ano, foi de R\$152,2 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Serviços de Terceiros

Essa conta apresentou aumento de 27,6%. A seguir, os itens que apresentaram variações mais significativas:

- ✓ incremento de R\$73,0 milhões nos gastos com serviços de conservação e manutenção de bens e sistemas, em função, sobretudo de novos contratos para manutenção de unidades e de redes de água e de esgoto, bem como pela aplicação de reajustes previstos contratualmente;
- ✓ elevação de R\$19,9 milhões com serviços técnicos profissionais, como consequência, essencialmente, da contratação de serviços de consultoria estratégica no âmbito regulatório, controladoria e de pareceres jurídicos; e
- ✓ aumento de R\$13,9 milhões nos gastos com informática, em função de novas contratações de serviços dessa natureza, bem como de aplicação de reajustes previstos contratualmente.

PPP do Rio Manso

Esse item apresentou aumento de 12,5%, em função, principalmente, da aplicação do reajuste contratual, conforme variação do IPCA, em maio de 2022.

Materiais

Esse item apresentou elevação de 12,8%, em função, principalmente, de incremento nos gastos com materiais de conservação e manutenção de bens e sistemas, decorrente do aumento do preço desses materiais.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber

Comparando-se o ano de 2022 com o ano de 2021, esse item apresentou queda de 8,8%, reflexo da redução da inadimplência no período - relação entre o saldo de contas a receber vencidas entre 90 e 359 dias e o valor total faturado nos últimos 12 meses. Tal índice passou de 3,50% em dezembro de 2021 para 3,22% em dezembro de 2022, em consequência das ações de cobrança e campanhas de renegociação de débitos.

A seguir, tabela com a Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber líquida, obtida por meio da diferença entre a perda e a recuperação de contas baixadas (contabilizada em Outras Receitas Operacionais):

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Perda por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber	201.935	221.416	-8,8%	369.880	-40,1%
Recuperação de Contas Baixadas	(42.798)	(64.628)	-33,8%	(53.010)	21,9%
Perdas por Redução ao Valor Recuperável de Contas a Receber Líquida	159.137	156.788	1,5%	316.870	-50,5%

Repasse Tarifário a Municípios

O aumento de 13,0% neste item, comparando-se os valores registrados em 2022 com os valores registrados em 2021, ocorreu, principalmente, em função da inclusão de 85 novos fundos municipais de saneamento com direito ao repasse, a partir de agosto de 2021, conforme previsto e autorizado pela Agência Reguladora.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7.2.2.Custos Não Administráveis

Energia Elétrica

A redução de 6,6%, comparando-se os gastos observados no ano de 2022 com os do ano anterior, se deu em função, principalmente, da desoneração tributária, com a redução do ICMS sobre serviço de energia elétrica para o teto de 18%, vigente a partir de 23 de junho de 2022, bem como das diferenças de bandeiras aplicadas nos períodos comparativos, que compensou a elevação do preço dos insumos no 1º (primeiro) semestre de 2022.

Telecomunicações

A elevação de 26,4% observada neste item reflete, principalmente, a ampliação nos gastos com expansão de linhas do Serviço Móvel Pessoal e com novo contrato de Serviço Telefônico Fixo Comutado.

Material de Tratamento

O aumento de 38,1% nesse item, comparando o ano de 2022 com 2021, ocorreu como consequência, principalmente, do incremento nos preços dos produtos químicos utilizados no tratamento da água e de acréscimos no consumo de alguns desses produtos, dadas questões operacionais específicas.

Combustíveis e Lubrificantes

A elevação de 23,0% observada neste item reflete, principalmente, o aumento dos preços dos combustíveis, verificado, sobretudo, nos 3 (três) primeiros trimestres de 2022.

Créditos Tributários

A elevação de 19,8%, nos créditos tributários, comparando-se 2022 com 2021, deveu-se, principalmente, à inclusão de novos insumos com direito ao crédito, a partir de estudos tributários realizados por consultoria contratada pela Companhia.

7.2.3.Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A seguir, tabela com os valores das Outras Receitas (Despesas) Operacionais nos períodos comparativos:

Outras Receitas (Despesas) Operacionais	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Outras Receitas Operacionais	135.017	177.380	-23,9%	171.341	3,5%
Receita de Serviços Técnicos	259	145	78,6%	(63)	n.m.
Reversão de Provisão não Dedutível	62.031	33.650	84,3%	103.076	-67,4%
Recuperação de Contas Baixadas	42.798	64.628	-33,8%	53.010	21,9%
Outras Receitas	29.929	78.957	-62,1%	15.318	415,5%
Outras Despesas Operacionais	(151.312)	(396.632)	-61,9%	(197.261)	101,1%
Provisão de Demandas Judiciais, Líquida	(12.226)	(225.535)	-94,6%	(92.368)	144,2%
Taxa da Arsae-MG	(53.060)	(42.949)	23,5%	(39.408)	9,0%
Despesas com Preservação Ambiental	(20.686)	(26.184)	-21,0%	(22.052)	18,7%
Impostos e Tributos	(15.553)	(8.382)	85,6%	(7.487)	12,0%
Passivo Atuarial	(10.806)	(12.713)	-15,0%	(6.664)	90,8%
Outras Despesas	(38.981)	(80.869)	-51,8%	(29.282)	176,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(16.295)	(219.252)	-92,6%	(25.920)	745,9%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A redução de 92,6% em Outras Receitas (Despesas) Operacionais deu-se, especialmente, em função do impacto, em 2021, no saldo de Outras Despesas Operacionais, decorrente da contabilização dos seguintes itens extraordinários e não-recorrentes:

- ✓ provisionamento, em setembro de 2021, das devoluções determinadas pela Arsae-MG, no âmbito dos Processos Administrativos nos 05/2019 e 28/2021. O valor total dos provisionamentos realizados, referentes a esses processos, totalizou R\$126,8 milhões, dos quais R\$82,6 milhões foram contabilizados em Outras Despesas Operacionais e R\$44,2 milhões em Despesas Financeiras (juros e correção monetária); e
- ✓ complemento, em 31.12.2021, de R\$217,4 milhões na provisão para o processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, dos quais R\$110,3 milhões foram contabilizados como Outras Despesas Operacionais e R\$107,1 milhões foram contabilizados como Despesas Financeiras.

7.2.4.Equivalência Patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial do ano de 2022 é referente à subsidiária integral COPANOR e foi negativo em R\$11,2 milhões (negativo em R\$12,7 milhões em 2021).

Demonstrativo Sintético da Copanor	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	47.292	41.381	14,3%	35.849	15,4%
Receita de Construção	17.040	23.134	-26,3%	18.546	24,7%
Outras Receitas Operacionais	1.851	1.805	2,5%	6.492	-72,2%
Custos e Despesas Operacionais	(62.652)	(55.061)	13,8%	(49.239)	11,8%
Custos de Construção	(17.040)	(23.134)	-26,3%	(18.546)	24,7%
Outras Despesas Operacionais	(2.831)	(3.091)	-8,4%	(1.387)	122,9%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	5.177	2.275	127,6%	898	153,3%
Impairment				(5.200)	
Lucro (Prejuízo) Líquido	(11.163)	(12.691)	-12,0%	(12.587)	0,8%

7.2.5.Resultado Financeiro

A seguir, tabela com o resultado financeiro:

Receitas (Despesas) Financeiras	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Receitas Financeiras	272.601	285.168	-4,4%	145.962	95,4%
Variações Monetárias	18.963	9.835	92,8%	4.298	128,8%
Variações Cambiais	59.895	32.581	83,8%	26.394	23,4%
Juros	47.783	46.507	2,7%	43.270	7,5%
Ganho Real em Aplicações Financeiras	86.368	47.839	80,5%	23.212	106,1%
Capitalização de Ativos Financeiros/Outros	59.592	148.406	-59,8%	48.788	204,2%
Despesas Financeiras	(484.160)	(479.749)	0,9%	(321.935)	49,0%
Variações Monetárias	(125.200)	(142.137)	-11,9%	(57.151)	148,7%
Variações Cambiais	(32.009)	(30.193)	6,0%	(108.356)	-72,1%
Juros sobre Financiamentos	(326.687)	(306.599)	6,6%	(156.084)	96,4%
Diversas	(264)	(820)	-67,8%	(344)	138,4%
Resultado Financeiro	(211.559)	(194.581)	8,7%	(175.973)	10,6%

O Resultado Financeiro líquido de 2022 foi 8,7% superior ao valor registrado em 2021. A seguir os itens que apresentaram variações mais significativas:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ contabilização, no quarto trimestre de 2021, de R\$42,3 milhões referentes a proventos recebidos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A, sendo que, no mesmo período de 2022, esse valor montou a R\$5,0 milhões;
- ✓ maior variação cambial positiva em 2022, dada a apreciação do Real frente ao Euro no ano;
- ✓ incidência, em 2021, de despesas financeiras relacionadas às devoluções de tarifas determinadas pelo órgão regulador e ao processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024 (vide item 7.2.3 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais);
- ✓ aumento nos juros passivos sobre financiamentos, decorrente das maiores taxas de juros da economia; e
- ✓ maior ganho real em aplicações financeiras, decorrente da elevação da taxa SELIC.

7.2.6. Tributos sobre o Lucro

A seguir, tabela com os tributos sobre o lucro:

Tributos sobre o Lucro	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Imposto de Renda e CSLL	(202.592)	(116.862)	73,4%	(288.798)	-59,5%

O incremento de 73,4% nos tributos incidentes sobre o lucro, observado em 2022 comparativamente a 2021, é decorrência, basicamente, do maior lucro tributável verificado no período.

7.3. Lucro Líquido

A Companhia registrou lucro líquido de R\$843,4 milhões em 2022, ante R\$537,6 milhões no ano de 2021, conforme observado na tabela a seguir:

Lucro Líquido e Lucro por Ação	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.257.513	849.031	48,1%	1.281.248	-33,7%
Resultado Financeiro Líquido	(211.559)	(194.582)	8,7%	(175.973)	10,6%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	1.045.954	654.449	59,8%	1.105.275	-40,8%
Tributos sobre o Lucro	(202.592)	(116.862)	73,4%	(288.798)	-59,5%
Lucro Líquido	843.362	537.587	56,9%	816.477	-34,2%
Lucro Líquido por Ação (R\$)	2,22	1,42	56,9%	2,15	-34,2%

7.4. EBITDA Consolidado e Margem EBITDA

O EBITDA consolidado é uma medição não contábil adotada pela COPASA MG, calculada de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022, consistindo, conforme tabela abaixo, no lucro líquido acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro, depreciações e amortizações.

O EBITDA consolidado atingiu R\$2,0 bilhões no ano de 2022. Comparando-se com o EBITDA de 2021 ajustado pelas despesas extraordinárias e não recorrentes (Programa de Desligamento Voluntário Incentivado, Devolução de Tarifas determinada pela Arsae-MG e incremento da Provisão para o Processo Trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024), houve um acréscimo de 2,2%.

A Margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pelo somatório da receita líquida de água e esgoto e das outras receitas operacionais, atingiu 35,7% em 2022. Em 2021, a margem EBITDA ajustada atingiu 35,9%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
Lucro Líquido	843.362	537.587	56,9%	816.477	-34,2%
(+) Tributos sobre o Lucro	202.592	116.862	73,4%	288.798	-59,5%
(+) Resultado Financeiro	211.559	194.582	8,7%	175.973	10,6%
(+) Depreciações e Amortizações	721.131	741.456	-2,7%	641.791	15,5%
(+) Tributos sobre o Lucro, Resultado Financeiro e Depreciações/Amortizações da COPANOR	3.825	4.921	-22,3%	3.527	39,5%
(=) EBITDA	1.982.469	1.595.408	24,3%	1.926.566	-17,2%
Margem EBITDA	35,7%	29,5%	+6,2 p.p.	36,8%	-7,3 p.p.
Ajustes - Itens Não Recorrentes					
(+) Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-	152.171	-	-	-
(+) Devolução - Arsae-MG	-	82.639	-	-	-
(+) Incremento da provisão - Processo Trabalhista	-	110.324	-	-	-
(=) EBITDA Ajustado	1.982.469	1.940.542	2,2%	1.926.566	0,7%
Margem EBITDA (Ajustada)	35,7%	35,9%	-0,2 p.p.	36,8%	-0,9 p.p.

7.5. Endividamento, Covenants e Ratings**7.5.1. Endividamento**

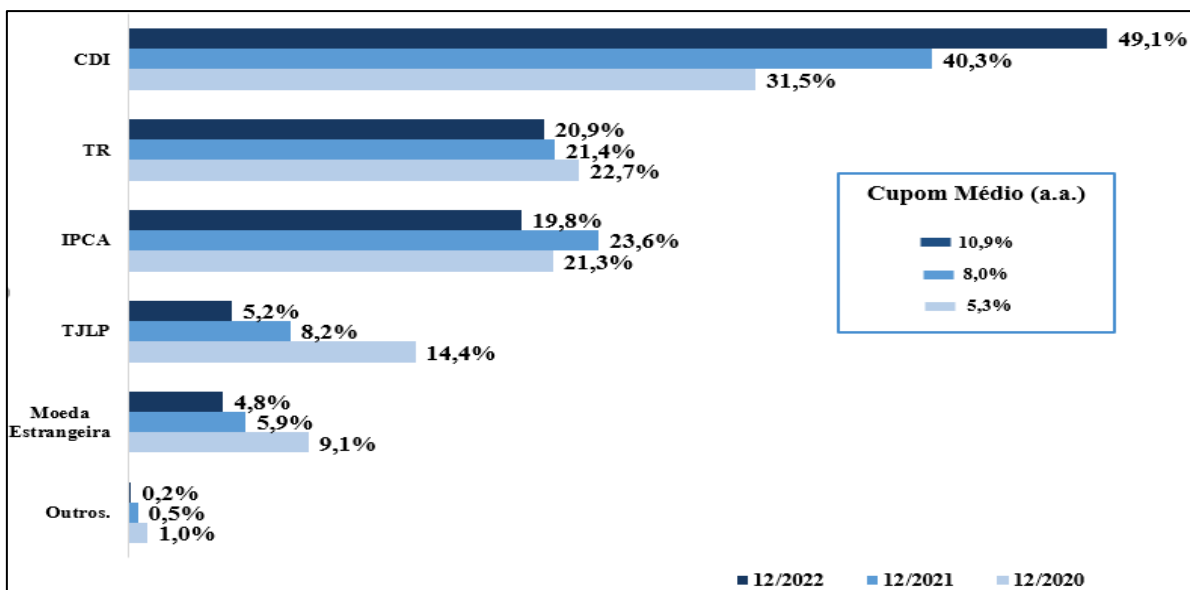
O total dos empréstimos, financiamentos e debêntures atingiu o montante de R\$4,1 bilhões em dezembro de 2022, representando aumento de R\$155 milhões, em comparação com o valor registrado em dezembro de 2021.

A dívida líquida passou de R\$2,7 bilhões em dezembro de 2021 para R\$3,1 bilhões em dezembro de 2022. A seguir, tabela com o endividamento da Companhia.

Endividamento (Dados Consolidados)	2022	2021	2022 X 2021	2020	2021 X 2020
(+) Empréstimos e Financiamentos	976.937	1.068.394	-8,6%	1.273.997	-16,1%
(+) Debêntures	3.162.983	2.916.950	8,4%	2.507.144	16,3%
(+) Outras Obrigações Onerosas (Libertas)	-	-	n.m.	4.669	n.m.
(=) Total Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.139.920	3.985.344	3,9%	3.785.810	5,3%
(+) Passivo de Arrendamento Mercantil	105.916	-	-	-	-
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	1.122.299	1.309.721	-14,3%	805.619	62,6%
(=) Dívida Líquida	3.123.537	2.675.623	16,7%	2.980.191	-10,2%

O endividamento em moeda estrangeira representava 4,8% do total dos empréstimos, financiamentos e debêntures em dezembro de 2022 e se referia à dívida junto ao banco alemão KfW e ao Banco Europeu de Investimento, cujos saldos acrescidos dos juros de curto prazo eram de €25,8 milhões (equivalente a R\$143,7 milhões em dezembro de 2022) e €10,0 milhões (equivalente a R\$55,7 milhões em dezembro de 2022), respectivamente. Para essas operações não havia mecanismo de hedge contratado. A seguir, a Companhia apresenta a evolução do cupom médio e a representatividade da dívida por indexador contratual em dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



O CDI passou a representar 49% da dívida da COPASA MG, sendo que esse aumento pode ser atribuído, principalmente, à captação de recursos por meio da 17ª Emissão de Debêntures, ocorrida em dezembro de 2022, no valor de R\$750,0 milhões. Já a queda observada na representatividade da TJLP refletiu as amortizações de dívidas indexadas à essa taxa, realizadas em 2022.

O Cupom Médio passou para 10,9%, em função da elevação no CDI.

7.5.2. Covenants

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas financeiras e não financeiras (covenants), sendo que, para aqueles covenants relacionados à observância de determinados índices financeiros, a periodicidade de apuração é distinta, conforme estabelecido contratualmente.

Vale ressaltar que no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia constam *covenants* de natureza financeira a serem observados. Tais *covenants* estatutários são os seguintes:

- a) o endividamento líquido consolidado deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização);
- b) as Exigibilidades Totais devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
- c) o EBITDA deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

O Estatuto Social estabelece ainda que esses indicadores poderão ser ultrapassados por motivos conjunturais, mediante justificativa e específica aprovação do Conselho de Administração, até os seguintes limites:

I – o endividamento líquido consolidado poderá atingir, no máximo, 4 vezes o EBITDA da Companhia; e

II – as exigibilidades totais poderão atingir, no máximo, 1,2 vezes o Patrimônio Líquido.

Em 31.12.2022, a Companhia estava dentro dos limites estabelecidos para todos os seus *covenants* financeiros contratuais e estatutários, sendo que esses últimos indicadores apresentavam os seguintes valores nos exercícios findos em 2022, 2021 e 2020:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Covenants Estatutários	2022	2021	2020
Dívida Líquida/EBITDA	1,6	1,7	1,6
EBITDA/Serviço da Dívida	1,7	1,5	3,9
Exigível Total/Patrimônio Líquido	0,8	0,9	0,8

7.5.3. Ratings

Em 27.06.2022, a Agência de *rating* Fitch publicou relatório, afirmando os *ratings* Nacional de Longo Prazo da Companhia e de suas emissões de debêntures quirografárias em AA+(bra), sendo que a Perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

Em 07.10.2022, a Agência de *rating* Moody's publicou relatório, afirmando o *rating* Corporativo em AAA.br para a COPASA MG. A Perspectiva do *rating* corporativo permaneceu estável.

A seguir, tabela com o resumo dos *ratings*:

Agência	Escala Nacional	Perspectiva	Data	Link do Relatório
Fitch Ratings	AA+(bra)	Estável	27.06.2022	Relatório
Moody's América Latina	AAA.br	Estável	07.10.2022	Relatório

7.6. Remuneração aos Acionistas

Em reunião realizada no dia 15.12.2022, o Conselho de Administração aprovou a alteração no percentual de Dividendos Regulares do exercício de 2022, que passou a corresponder a 50% do Lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Referente aos 3 (três) primeiros trimestres de 2022, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$145,7 milhões, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valor Total	Valor por Ação (R\$)	Data do Pagamento
1T22	RCA 17.03.2022	22.03.2022	33.871	0,08932795	16.05.2022
2T22	RCA 15.06.2022	21.06.2022	53.137	0,14013442	12.08.2022
3T22	RCA 15.09.2022	20.09.2022	58.724	0,15486964	14.11.2022
Total Declarado (Jan a Set/2022)			145.732	0,38433202	

Adicionalmente, em 17.03.2023, foram declarados os JCP do 4º trimestre de 2022 no valor de R\$245,4 milhões, conforme tabela a seguir:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valor Total	Valor por Ação (R\$)	Data do Pagamento
4T22	RCA 17.03.2023	22.03.2023	245.373	0,64711426	A ser definida na AGO

Desta forma, o valor dos JCPs de 2022 totalizou R\$391,1 milhões, correspondendo a 50% do lucro líquido ajustado.

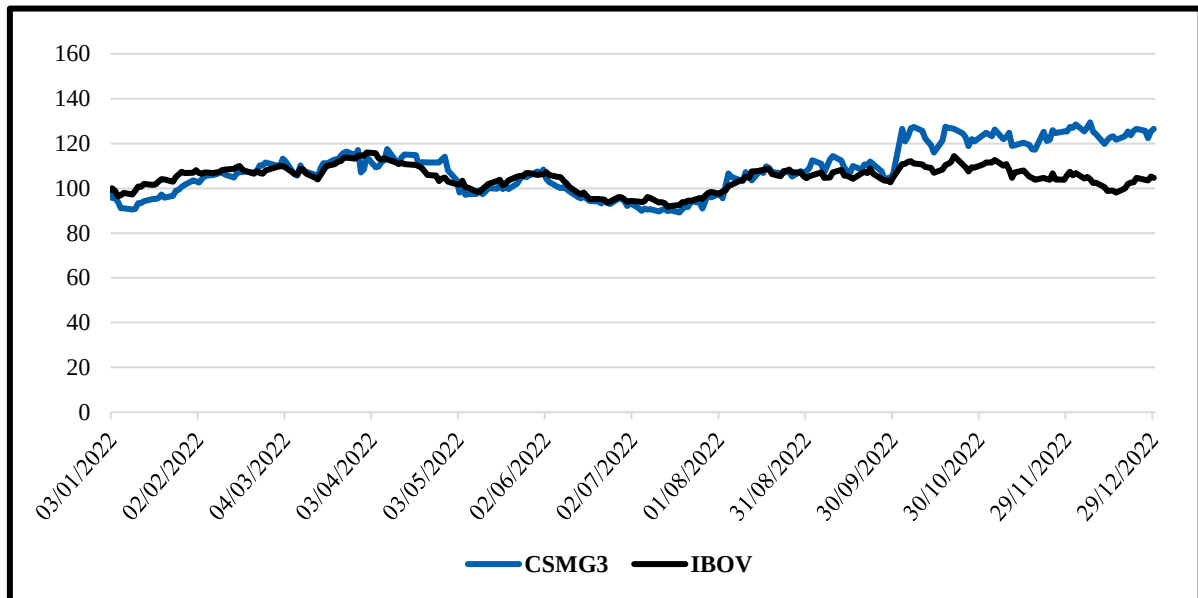
8. Desempenho das Ações

A cotação unitária das ações da COPASA MG (B3:CSMG3), ajustada pelos proventos declarados, apresentou valorização de 26,5% em 2022, com a cotação atingindo R\$15,69 no fechamento do último pregão do referido exercício. No mesmo período, o Ibovespa apresentou elevação de 4,7%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O volume médio diário negociado em 2022 foi de R\$23,8 milhões. O número médio de negócios diários, em 2022, foi 6,3 mil negócios, uma queda de 19% em relação à média de 7,8 mil negócios diários em 2021.

Desempenho das ações da COPASA MG (CSMG3) versus Ibovespa (IBOV) em 2022



A Companhia integrava, no final de 2022, 8 (oito) índices da B3, a saber: Índice Brasil Amplo (IBRA), Índice Dividendos (IDIV), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGCX), Índice de Governança Corporativa Novo Mercado (IGNM), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice Small Cap (SMLL) e Índice Utilidade Pública (UTIL).

9. A temática *Environmental, Social and Governance* – ESG⁵

A COPASA MG é uma companhia comprometida com a sustentabilidade e, dentro desse espírito, construiu sua Agenda ESG integrada ao seu Planejamento Estratégico e alinhada à Agenda 2030 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas.

O objetivo da Agenda ESG é reafirmar o propósito de “cuidar da água e gerar valor para as pessoas”, expresso na Declaração Estratégica da Companhia, e exercer o protagonismo da COPASA MG em sua atuação nos temas: Proteção dos Mananciais; Atendimento ao Cliente; Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes; Ambiente de Trabalho Seguro; Equidade de Gênero e *Compliance*.

Nesse sentido, a Companhia atuou, no decorrer de 2022, em todas as dimensões de sua Agenda ESG, buscando a promoção da qualidade de vida e a preservação do meio ambiente nas áreas onde opera.

9.1. A Dimensão Ambiental (*Environmental*, em inglês)

9.1.1. Investindo em projetos de proteção e recuperação ambiental

Para garantir a qualidade e a quantidade de água dos mananciais utilizados para abastecimento público, a Companhia promove ações de proteção e recuperação ambiental, em prol da conservação dos recursos naturais das bacias hidrográficas sujeitas à exploração com a finalidade de abastecimento público. Abaixo, estão listados os principais programas e projetos da COPASA MG:

⁵ Ambiental, Social e Governança Corporativa – ASG, em português.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Programa Pró-Mananciais:** iniciado em julho de 2017, consiste em ações para proteção e recuperação das micro bacias hidrográficas e áreas de recarga dos aquíferos cujos mananciais são captados pelos sistemas de abastecimento público de água, por meio de ações e do estabelecimento de parcerias que visem à melhoria da qualidade e quantidade das águas, favorecendo a sustentabilidade ambiental, econômica e social desses locais. A cada ano, o Programa tem consolidado suas ações, através de parcerias com instituições diversas, contemplando, em 2022, 275 municípios e 225 Coletivos de Meio Ambiente (COLMEIA).

O Projeto Pró-Mananciais conquistou um troféu na edição 2021 do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), considerado o Oscar do setor no Brasil, sendo o único prêmio em nível nacional a reconhecer a excelência em gestão do saneamento básico. A premiação é um importante reconhecimento da relevância do projeto no âmbito socioambiental.

Os principais números e resultados do Programa Pró-Mananciais são como seguem:

Programa Pró-Mananciais	2022	De 2017 a 2022
Valor investido	R\$14,2 milhões	R\$76,3 milhões
Mudas plantadas	87,1 mil	644,8 mil
Metros de cercas para proteção de APP	232,1 mil	1,96 milhão
Barraginha de infiltração de água pluvial	4,45 mil	21,9 mil
Adequação de estradas (metros)	280,5 mil	1,5 milhão
Terraceamento (metros)	112,8 mil	737,4 mil

- **Manutenção de ambientes naturais em áreas protegidas:** a COPASA MG mantém cerca de 25 mil hectares de áreas protegidas, tendo como principal objetivo a proteção de mananciais. Essas áreas constituem, no todo ou em parte, Áreas de Proteção Especial – APE e/ou Unidades de Conservação estaduais e possuem uma grande diversidade de espécies da fauna e da flora de Mata Atlântica e Cerrado, destacando-se a ocorrência de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Para conservar a biodiversidade e proteger o patrimônio natural encontrado nessas áreas, além da permanente ação de vigilância, desenvolvemos atividades de monitoramento e proteção das áreas dos mananciais superficiais e subterrâneos; coibição da pesca, da caça e da coleta ilegal de espécimes da flora e da fauna; execução e manutenção de aceiros; combate aos incêndios florestais; contratação da elaboração de planos de manejo e atividades de educação ambiental.
- **Sistema de Gestão de Informações de Recursos Hídricos e Ambientais – GERHA:** ferramenta criada com o objetivo de facilitar a gestão dos processos de regularização ambiental dos empreendimentos da Companhia, monitoramento dos mananciais e demais ações ambientais. Permite também o lançamento georreferenciado e controle das ações ambientais desenvolvidas no âmbito do Programa Pró-Mananciais.
- **Chuá SocioAmbiental:** programa de educação ambiental promovido junto à comunidade escolar, composto de atividades de sustentabilidade, alinhadas à conscientização sobre a importância da preservação e recuperação de mananciais para fins de abastecimento. O principal objetivo do programa é disseminar conhecimento e estreitar os laços entre a COPASA MG e a comunidade.

Em 2022, através do programa, foram retomadas as visitas aos sistemas operados pela COPASA MG, promovendo vivências relativas à importância do saneamento básico, envolvendo cerca de 1,9 mil pessoas ligadas aos grupos sociais e escolares de referência socioambiental. Destaca-se, também, a construção de 8 (oito) sistemas de coleta e captação de água de chuva em escolas de municípios integrantes do Pró-Mananciais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- **Programa AmbientalAÇÃO:** tem o objetivo de desenvolver junto aos colaboradores da COPASA MG e a seus prestadores de serviços ações sobre redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo e uso racional da água e diminuição da geração de resíduos e, também, fomentar a coleta seletiva de resíduos gerados pelos próprios colaboradores nas Unidades de Serviço e Gerências Regionais em todo o Estado.

Os principais resultados atingidos, ao longo de 2022, no âmbito do Programa, estão descritos a seguir:

- ✓ Campanha Eu Uso Meu Copo: 8.400 copos reutilizáveis destinados aos colaboradores lotados nas edificações participantes do Programa, com o objetivo de redução do uso de descartáveis;
- ✓ 8 (oito) convênios com Associações/Cooperativas de Catadores de resíduos recicláveis em variados municípios de Belo Horizonte;
- ✓ Termo de Parceria com a Associação Lacre do Bem, que mobiliza internamente a campanha de arrecadação de lacres de alumínio, seguida de doação de cadeiras de rodas. No total, tivemos a doação de 92 cadeiras; e
- ✓ organização de eventos, como a Feira do Desapego, a Feira Verde, a Trilha Ecológica Interpretativa da Sede da COPASA MG, as Blitz de lixeiras e, ainda, o Cine e Debate – Dia Mundial da Reciclagem (evento de diálogo com os colaboradores terceirizados, demonstrando a importância do seu trabalho para o meio ambiente).

9.1.2.Parceria com a UFMG para definição de metodologia para avaliação de risco hídrico nos Sistemas Operados de Água

A vulnerabilidade dos Sistemas de Abastecimento de Água – SAAs está diretamente relacionada à variabilidade climática sazonal natural, aos usos de recursos hídricos disponíveis, ao uso e ocupação do solo, à cobertura vegetal, às mudanças climáticas de causas não naturais e efeitos prolongados, dentre outros.

Dessa forma, a avaliação dos diversos fatores intervenientes e a qualificação dos SAAs quanto à vulnerabilidade e à resiliência contribuem fortemente para o planejamento e para a tomada de decisões operacionais. Nesse contexto, a UFMG está desenvolvendo metodologia para avaliação da vulnerabilidade de SAAs em relação à escassez hídrica, a qual servirá como ferramenta para uma melhor compreensão do cenário operacional da Companhia e, consequentemente, para a tomada de decisão, tendo em vista os desafios e as demandas da fonte de produção de água frente à disponibilidade hídrica, especialmente durante o período seco, que se mostra cada vez mais severo. Além disso, o estudo possibilitará a definição de indicadores, índices e parâmetros balizadores que permitirão o acompanhamento da situação hídrica ao longo do tempo.

9.1.3.Segurança de Barragens

Estão incluídas na Política Nacional de Barragens - Lei Federal nº 12.334/2010 - 8 (oito) unidades da COPASA MG, devido a suas características, categoria de risco e dano potencial associado. Todas possuem Planos de Segurança de Barragem, conforme legislação vigente, são monitoradas e passam por inspeções de segurança regulares anuais.

9.1.4.Gestão de Emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE

As operações da COPASA MG geram e são impactadas pela emissão de Gases de Efeito de Estufa. A nossa principal fonte de emissão de GEE vem dos sistemas de tratamento de esgoto. A operação do

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aterro Sanitário do município de Varginha é a nossa 2ª (segunda) maior emissora de GEE, seguido pelo consumo de energia elétrica.

Em 2014 foi instituído pela Diretoria Executiva o Comitê Clima, com a função de traçar estratégias e metas para o controle das emissões dos GEE e, assim, contribuir para reduzir o aquecimento global, sendo responsável pelo inventário anual de GEE da COPASA MG e pelo reporte das informações ligadas ao tema às mais diversas instituições públicas e privadas interessadas.

Anualmente, o Comitê Clima reporta as ações de mitigação e adaptação desenvolvidas nos nossos processos, os riscos corporativos ligados às mudanças climáticas, as emissões anuais de GEE, dentre outras informações de sustentabilidade na plataforma mundial *Carbon Disclosure Project – CDP*, além de participar da elaboração do Relatório de Sustentabilidade da COPASA MG.

A metodologia usada para construção do inventário de emissões de GEE da COPASA MG é a disponibilizada pela *Greenhouse Gas Protocol – GHG Protocol*.

As emissões do escopo 1 calculadas e reportadas anualmente no inventário de GEE da COPASA MG advêm da operação dos sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário, da operação do aterro sanitário de Varginha/MG e do consumo de combustíveis na frota de veículos e estacionários.

As emissões do escopo 2 calculadas e reportadas anualmente no inventário de GEE da Companhia são originadas pelo consumo de energia elétrica utilizada nos processos administrativos, sistemas de tratamento de água, sistemas de tratamento de esgoto sanitário e operação do aterro sanitário de Varginha/MG.

As emissões indiretas do escopo 3, provenientes das viagens aéreas nacionais e internacionais dos empregados a serviço da COPASA MG, foram calculadas através da metodologia descrita no Volume 2 “*Energy*” – Chapter 3 “*Mobile Combustion*” do “*2006 IPCC Guidelines for National GHG Inventories*”. Os fatores de emissão das viagens dos funcionários da COPASA MG em aviões a serviço da empresa foram obtidos do “*GHG Protocol 2013*”. As viagens aéreas são classificadas conforme a distância percorrida, em curtas, médias e longas, sendo os fatores de emissão diferentes para cada classe. Além do cálculo das emissões de CO₂, foram incorporadas ao cálculo as emissões de CH₄ e NO₂.

O indicador de intensidade usado para o estabelecimento do comparativo anual das emissões foi o kgCO₂/economia, por ser mais abrangente em relação a todos os gases gerados. A métrica utilizada é de natureza física, que compreende o número total de unidades (água e esgoto) de micromedição da Companhia. O índice abrange nossa emissão anual total líquida (emissões totais brutas menos emissões compensadas pelo plantio de mudas nativas do Cerrado e da Mata Atlântica) e inclui os 3 (três) escopos.

Importante mencionar que desde 2013, ano em que a COPASA MG iniciou o reporte de suas informações na plataforma mundial CDP, sua pontuação evoluiu de “E”, a mais baixa naquela data, para “B” em 2022, indicador que significa que a Companhia adota ações coordenadas relativamente a questões ambientais. Essa pontuação de 2022 é superior à da média regional para a América Latina e à do setor das empresas de *utilities* não produtoras de energia elétrica, cuja pontuação é “C”, em ambos os casos.

9.1.5.Conformidade Ambiental

A Declaração Estratégica da COPASA MG estabelece a sustentabilidade como componente da sua cadeia de valor, buscando atuar de acordo com os padrões ambientais, sociais e de governança. A

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Companhia, como signatária, desde 2020, do Pacto Global da ONU, assumiu o compromisso de buscar contribuir com o alcance dos ODS, principalmente buscando a universalização dos serviços de esgoto e a ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água.

Para que esse objetivo seja efetivado, a Companhia estabelece a base legal como prioritária, buscando os atos autorizativos para as intervenções ambientais e em recursos hídricos, bem como o licenciamento ambiental de seus empreendimentos de forma a minimizar os impactos ambientais de suas operações, por meio do cumprimento das medidas mitigadoras e compensatórias, determinadas pelos órgãos ambientais responsáveis.

Em 2022, foram obtidas 251 outorgas de captação de água, 90 licenças, 302 certificados de dispensa de licenciamento e 88 atos autorizativos para intervenção ambiental para obras de água e esgoto. Além disso, a Companhia contratou e elaborou estudos ambientais para avaliar o impacto ambiental de seus empreendimentos.

Referentes aos serviços de abastecimento de água, a Companhia conta com 600 fontes outorgadas para captações superficiais e 973 captações subterrâneas, cuja soma das vazões outorgadas totalizam 63,45 m³/s.

9.1.6. Participação em Comitês de Bacia Federais, Estaduais e Colegiados para discussão das Políticas de Recursos Hídricos

Conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos, a Lei Federal nº 9.433/1997, a água é um bem de domínio público, limitado e sua gestão é descentralizada, devendo-se promover seu uso múltiplo, com a prioridade para consumo humano em situações de escassez. Dessa forma, a COPASA MG participa diretamente de 6 (seis) comitês de bacia federais e de 36 comitês de bacia estaduais, tomando parte de discussões relativas ao tema junto com outros usuários do recurso hídrico, com a sociedade civil e com representantes do Estado, de forma a garantir a utilização da água de forma sustentável.

A Companhia tem participação direta no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e, de forma indireta, através da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento – AESBE, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

9.1.7. Pagamento pelo uso dos recursos hídricos

A cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um instrumento econômico de gestão das águas previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos e na Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Essa cobrança abrange, no âmbito estadual, as seguintes bacias: Rios Piracicaba e Jaguari; Araguari; Velhas; Pará; Piracicaba; Caratinga; Piranga; Suaçuí Grande; Santo Antônio; Manhuaçu, Pomba e Muriaé; Preto e Paraibuna. Na esfera federal, a cobrança engloba as seguintes bacias: Rios Doce; Paraíba do Sul; São Francisco; Piracicaba, Capivari e Jundiá; e Verde Grande.

Em 2022, o valor contabilizado como despesa foi de R\$13,7 milhões e, em 2021, R\$12,5 milhões. Vale mencionar que tal cobrança é repassada, integralmente, ao cliente por meio de rubrica específica na fatura de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

9.1.8. Plano Anual de Melhoria do Desempenho Socioambiental – PAMDA e Sistema de Gestão Ambiental – SGA

Em outubro de 2022, a COPASA MG instituiu grupo de trabalho que tem como objetivo disseminar e consolidar o PAMDA nas diversas Unidades de Negócio da Companhia, de forma a estruturar o processo de identificação dos aspectos e impactos socioambientais, considerando externalidades a

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

partir da análise do ciclo de vida desde os mananciais, operação, serviço aos clientes e descarte final, tanto da Companhia quanto de seus clientes.

O grupo de trabalho, formado por uma equipe multissetorial, está realizando o levantamento de impactos socioambientais dos processos da Companhia e o resultado das ações de mitigação desenvolvidas serão acompanhadas através de indicadores de mitigação de impactos socioambientais.

O PAMDA é um importante componente do SGA da COPASA MG, uma vez que conterà e mitigará, de forma sistematizada, os impactos socioambientais levantados nas áreas operacionais da Companhia.

9.1.9.Segurança Hídrica

Para enfrentar os impactos de eventos extremos de escassez ou de excesso de chuva, a COPASA MG atua em diversas frentes, entre elas as ações descritas no Programa Pró Mananciais, que possibilitam a melhoria ambiental das bacias hidrográficas e consequentemente da quantidade e qualidade de água. Outras iniciativas que destacamos:

- **Monitoramento quali-quantitativo de mananciais superficiais e subterrâneos e rede pluviométrica:** iniciativa que permite o acompanhamento das vazões e identificação dos mananciais com maior risco de falha, subsidiando o planejamento operacional dos sistemas de abastecimento de água.

Para a identificação do impacto das variáveis climáticas e hidrológicas sobre as nossas captações, é realizado monitoramento quantitativo por meio de medições de vazão em mananciais superficiais, instalação de estações de monitoramento fluviométrico convencionais e operação de rede de estações pluviométricas. A rede setorial de monitoramento quantitativo também está sendo ampliada, com a instalação de novas estações fluviométricas convencionais e automáticas com telemetria. Em 2022 foram instaladas 49 estações fluviométricas convencionais e 8 (oito) estações com telemetria, complementando nossa rede, totalizando 352 estações fluviométricas convencionais, 53 linimétricas e 11 telemétricas.

Já o monitoramento qualitativo consiste no estudo e análise das variáveis físico-químicas e biológicas das águas, dos mananciais superficiais e subterrâneos, bem como dos corpos hídricos receptores, para o atendimento de legislações, condicionantes de outorgas e regularização ambiental dos empreendimentos da Companhia. O aumento dos pontos de amostragem acompanha a implantação de novas captações nos sistemas de abastecimento de água e a operação de novos sistemas de esgotamento sanitário. Em 2022, foram monitorados aproximadamente 3,6 mil pontos.

A COPASA MG possui ampla rede para medir dados de precipitação nas bacias hidrográficas onde a empresa possui captações de água, totalizando 589 estações pluviométricas.

- **Monitoramento dos mananciais utilizados**

A COPASA MG possui 8 (oito) reservatórios de acumulação de água exclusivos para abastecimento de água, cujos níveis são acompanhados diariamente, permitindo o planejamento operacional e análise de cenários, de forma a avaliar possíveis impactos no abastecimento de água.

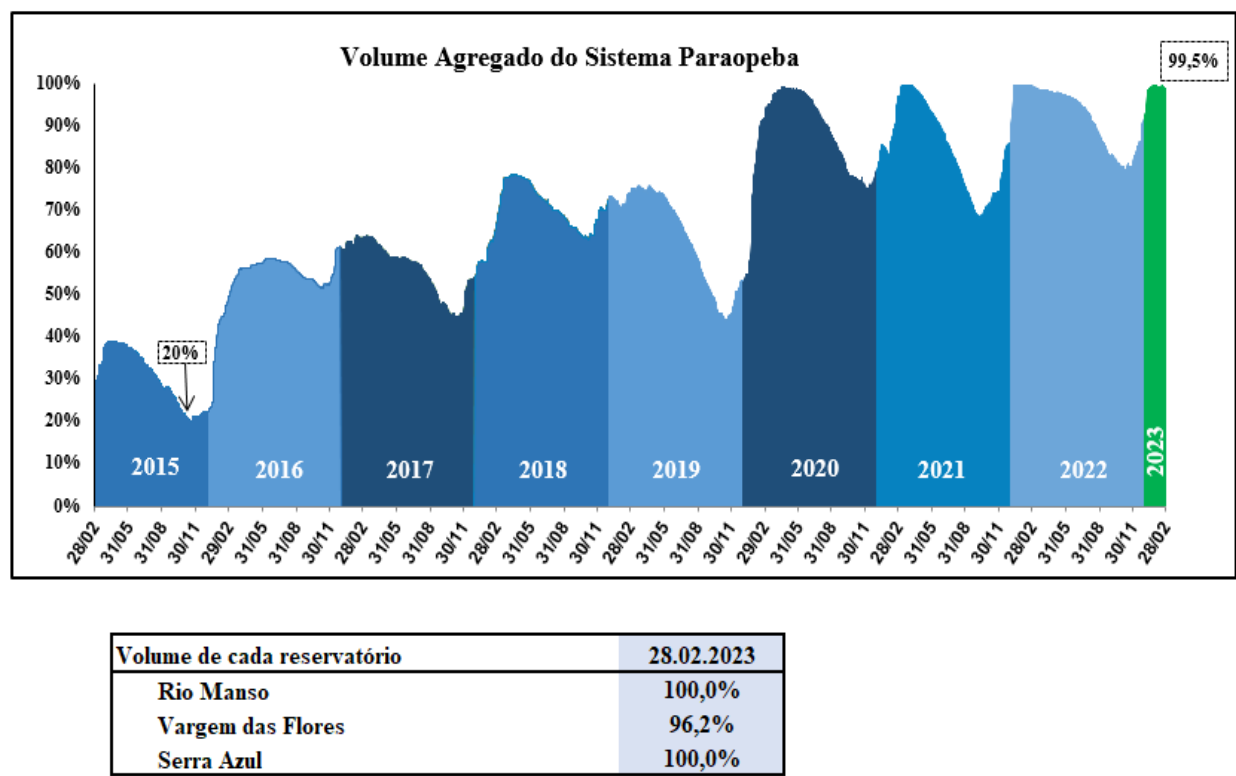
✓ Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH

Referente à RMBH, 90% do abastecimento de água é realizado por meio do Sistema Paraopeba e do Rio das Velhas, conforme detalhado a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sistema Paraopeba (Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul)

Esse Sistema é operado de forma integrada, garantindo maior flexibilidade operacional para a distribuição de água, de forma a equilibrar a demanda e manter níveis seguros de operação. A seguir, evolução dos níveis desses reservatórios do Sistema Paraopeba, que, conjuntamente, são responsáveis por 48% do volume distribuído da RMBH. Em função das chuvas registradas de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023, houve recuperação significativa nos volumes desses reservatórios, que, em 28.02.2023, se encontravam praticamente cheios, conforme demonstrado a seguir:



Visando a aumentar a segurança hídrica na RMBH, foi construído, em 2015, um novo sistema de captação de água, com vazão de 5 m³/s, no Rio Paraopeba para tratamento na Estação de Tratamento de Água do Rio Manso. Em função do rompimento, em 25.01.2019, da barragem Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, operada pela Vale S.A., os órgãos ambientais, sanitários e de fiscalização determinaram a suspensão da captação de água no rio Paraopeba para fins de consumo humano e de abastecimento público. Por essa razão, a Companhia interrompeu, naquela data, essa captação de água e executou ações visando a identificar e mitigar os riscos à sua operação.

Em julho de 2019, foi assinado Termo de Compromisso (TC) entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Vale, tendo como um dos intervenientes a COPASA MG, para construção de novo ponto de captação no Rio Paraopeba, a montante do ponto de rompimento e da congruência do ribeirão Ferro Carvão e rio Paraopeba. Em 18.11.2022, a Vale S.A. apresentou cronograma para finalização das obras da nova captação do Rio Paraopeba ao Ministério Público de Minas Gerais.

Os testes de bombeamento para a ETA Rio Manso iniciaram-se no dia 06.03.2023, com vazões variáveis, desde 1.000 l/s até 5.000 l/s. Durante os testes, é realizado o monitoramento contínuo dos parâmetros de operação das bombas das elevatórias, que apontou a necessidade de ajustes nos sistemas para o seu perfeito funcionamento, ora em execução.

Considerando que os reservatórios estão praticamente cheios, a COPASA MG ressalta que a regularidade no abastecimento de água da população da RMBH está assegurada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rio das Velhas

A captação no Rio das Velhas, responsável por aproximadamente 42% do volume distribuído na RMBH, é realizada a fio d'água, sendo bastante influenciada pela ocorrência de chuvas, tendo em vista sua localização na parte alta da bacia hidrográfica. A seguir, tabela com informações sobre essa captação:

Sistema Rio das Velhas	
Percentual do volume distribuído da RMBH	42%
Outorga de captação	8,7 m³/s
Vazão média do Rio das Velhas dos últimos 15 dias anteriores a 28.02.2023	52,8 m³/s
Vazão média utilizada nos 12 meses de 2022	7,2 m³/s

✓ Interior do Estado de Minas Gerais

As atividades da Companhia no interior do Estado são pulverizadas em vários municípios e bacias hidrográficas distintas. De forma geral, a maioria das localidades onde a Companhia presta seus serviços possui fonte de produção de água local. Assim, eventual restrição hídrica no abastecimento impacta apenas localmente e de forma marginal as receitas totais da Companhia.

Em 28.02.2023, encontravam-se em situação de racionamento o município de Capelinha e a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia), que possuem, de forma conjunta, cerca de 27 mil ligações de água e de esgotamento sanitário, representando 0,35% do total de ligações de água e esgoto da Companhia. Por outro lado, em fevereiro de 2022 encontrava-se em racionamento a localidade de Bom Jesus de Cardosos (município de Urucânia).

Visando a minimizar os impactos da situação hídrica, a Companhia recorre, quando necessário, a meios que contribuem para a regularização do abastecimento nas localidades afetadas, por meio da utilização de caminhões-pipa, perfurações de poços e investimentos em captações alternativas, conforme as opções disponíveis em cada região e o grau de criticidade da escassez em cada caso. Adicionalmente, são intensificadas as campanhas de conscientização quanto ao consumo racional da água.

Especificamente quanto a Montes Claros, maior concessão da Companhia no interior do Estado, foram concluídas, no primeiro semestre de 2022, as obras de implantação de nova captação do Sistema São Francisco com capacidade de 500 l/s, englobando a construção de adutoras, elevatórias, estações de bombeamento, dentre outros, com investimentos da ordem de R\$264 milhões. Essas obras visam a proporcionar segurança hídrica ao Município de Montes Claros, bem como aos municípios de Coração de Jesus e Ibiaí, podendo, também, ser considerado como alternativa para outras localidades da região, beneficiando potencialmente cerca de 430 mil habitantes.

9.2. A Dimensão Social (*Social*, em inglês)

9.2.1.A Política de Responsabilidade Social da Companhia

A Política de Responsabilidade Social da Companhia é norteada pelos princípios da Proteção aos Direitos Humanos, integrada às Agendas locais, bem como harmonizando os interesses das Partes Interessadas, pautada pela ética e transparência.

A promoção do desenvolvimento social integrado, especialmente nas comunidades onde a COPASA MG atua, contribuindo para a licença social primordial e para garantir a perenidade do negócio da Companhia, só é possível a partir da tenacidade de suas diretrizes, que incluem:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ assegurar a prestação de contas e recebimento de *feedback* das ações sociais realizadas, bem como o gerenciamento adequado de crises ou situações de conflitos, promovendo o engajamento das partes interessadas;
- ✓ combater o assédio moral, o assédio sexual, a corrupção, qualquer prática de discriminação, o trabalho infantil e forçado ou compulsório;
- ✓ desenvolver parcerias com agentes públicos e privados visando à promoção do desenvolvimento social sustentável;
- ✓ garantir que as demandas e reclamações formais das partes interessadas sejam respondidas e gerenciadas de forma adequada;
- ✓ identificar e avaliar riscos corporativos, relativos ao relacionamento com a comunidade, com o objetivo de priorizar iniciativas para aperfeiçoar os impactos positivos e para mitigar ou eliminar os impactos negativos das operações da Companhia nos ecossistemas das comunidades em que atua;
- ✓ participar de conselhos, comitês ou similares para debater o desenvolvimento local, regional, nacional ou global;
- ✓ proporcionar o engajamento adequado das partes interessadas, especialmente na gestão dos impactos do negócio e das situações contingenciais, bem como dialogar e manter canais de comunicação, promovendo o envolvimento e desenvolvimento da sociedade e das comunidades localizadas em áreas impactadas pelas atividades da Companhia; e
- ✓ zelar para que o investimento social privado seja planejado em convergência com políticas públicas de desenvolvimento sustentável e assegurar seu monitoramento e avaliação por meio de indicadores que busquem o alcance das metas estabelecidas.

9.2.2. Atuando em Benefício das Comunidades

Na dimensão social, a atuação perene da COPASA MG é pautada na obtenção da licença social para operar, conforme as diretrizes dispostas na Política de Responsabilidade Social e nos compromissos que integram a Agenda ESG da Companhia, elaborada com base na materialidade e nas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Dentre as suas ações de responsabilidade social e, em alinhamento ao ODS nº 06, que trata da disponibilização de água potável e esgotamento sanitário, a Companhia disponibiliza às famílias de baixa renda o benefício da Tarifa Residencial Social.

Para efeitos desse benefício, famílias de baixa renda são aquelas inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal - CadÚnico, que tenham a renda mensal de até ½ (meio) salário mínimo por pessoa e que residam em imóvel residencial, conforme previsão da Arsae-MG.

A Tarifa Residencial Social oferece aos beneficiários redução de até 50% no valor da conta de água e de esgoto, sendo essa redução calculada de acordo com o consumo mensal de cada família, limitado a 20 m³ (20 mil litros).

O número médio mensal de economias beneficiadas com a Tarifa Residencial Social foi, em 2022, de 686,9 mil economias para os serviços de abastecimento de água e 405,5 mil economias para os serviços de esgotamento sanitário, considerando a COPASA MG e a COPANOR, conjuntamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Essa categoria representou, no ano de 2022, 11,3% do total de economias da COPASA MG e 5,6% do seu volume medido.

Na Campanha Dias Azuis, ação da Companhia voltada à negociação de débitos em atraso, como detalhada no item 4.2.3, foram oferecidas condições especiais para os clientes da categoria Residencial Social.

Ainda dentro da dimensão social, a COPASA MG aderiu ao Movimento Mais Água, iniciativa da Rede Brasil do Pacto Global para aceleração da universalização do saneamento e segurança hídrica do Brasil e que tem a ambição de impactar a vida de mais de 100 milhões de pessoas.

O Programa Engajar para Transformar, principal iniciativa na atuação social, caracteriza-se por transformar a realidade local, promover o beneficiamento da comunidade e da empresa. Tal Programa estabelece as diretrizes do relacionamento com a sociedade, de forma a direcionar e otimizar os esforços institucionais para o engajamento das partes envolvidas, para garantir a valorização dos serviços prestados pela Companhia, a adesão aos serviços, a adimplência dos clientes e aprimorar a reputação da Companhia, reforçando a marca COPASA MG como referência empresarial de responsabilidade social.

O Programa foi finalista da Categoria Inovação da Gestão em Saneamento Ambiental – IGS do Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento – PNQS 2022. Isso representa a assertividade da política instituída, sobretudo ao se analisar os resultados alcançados em 2022, quando foram apuradas 12,9 mil adesões pelas comunidades locais, resultando em um incremento de receita estimado em R\$3,9 milhões.

Outro fato importante em 2022 diz respeito ao Programa de Voluntariado Corporativo. A governança do Programa foi instituída por meio da formalização da Rede Gestora e Redes Locais de Voluntariado. Todos os projetos têm como fundamentos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Foi desenvolvido o projeto "Mentoria de Profissões", que contou com a participação de 22 profissionais em 112 horas de voluntariado, impactando mais de 350 estudantes de instituições localizadas em áreas de vulnerabilidade social na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Além disso, a COPASA MG participa de forma ativa, todos os anos, da campanha de apadrinhamento das cartinhas da Ação de Natal do Serviço Social Autônomo - Servas, que, em 2022, beneficiou mais de 390 pessoas, entre crianças, jovens e idosos, consolidando o seu compromisso social por meio da adoção das cartinhas.

O Programa Confia em 6%, voltado para as futuras gerações, estimula os colaboradores da Companhia a exercerem sua cidadania, destinando até 6% do Imposto de Renda devido aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente nas localidades onde a Empresa atua.

Em 2022, a participação de 1.111 colaboradores permitiu a destinação de R\$637 mil a 116 instituições cadastradas, o que permitirá estender o benefício a mais de 30 mil crianças e adolescentes, em todas as regiões do estado de Minas Gerais.

A COPASA MG pode destinar até 0,6% do seu faturamento mensal ao Programa de Concessão de Subvenção, que tem o intuito de promover o fortalecimento das entidades de assistência social. Em 2022, foram disponibilizados R\$16,8 milhões, entre as cerca de 630 entidades filantrópicas beneficiadas, com descontos nas tarifas de água e esgoto até o limite da demanda subvencionada. Para as entidades cadastradas no Programa de Subvenção, o desconto representa 25% nas tarifas e para os hospitais filantrópicos, o desconto é de 50%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ademais, para apoiar os municípios onde atua, a Companhia criou um desconto tarifário para estimular que as prefeituras se mantenham adimplentes quanto ao pagamento pelos serviços de saneamento. Efetuando o pagamento das suas contas de água e esgoto em dia, não deixando que exista qualquer débito, a prefeitura obtém um desconto especial de 50% no valor das tarifas de água e esgoto, sendo que os descontos concedidos totalizaram R\$49,0 milhões no exercício de 2022, permitindo a redução dos custos operacionais das prefeituras, bem como ajudando-as a economizar recursos para investir em obras e projetos de interesse social.

A COPASA MG está sempre cuidando do povo mineiro, de forma direta, com a prestação de serviços de saneamento básico, mas também fomentando a riqueza das artes, cultura, dança, entretenimento, esportes e do patrimônio cultural. Assim, é com grande orgulho que a Companhia patrocina, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, da Lei de Incentivo ao Esporte, do Fundo da Infância e Adolescência e do Fundo Nacional do Idoso diversos projetos para o desenvolvimento econômico e social do estado de Minas Gerais, a saber:

- ✓ 47ª Campanha de Popularização do Teatro e Dança de Minas Gerais: o projeto tem como finalidade a apresentação de mais de 100 espetáculos de dança e de teatro, para um público aproximado de 120 mil espectadores, envolvendo cerca de 2 (dois) mil profissionais;
- ✓ Festival Artes Vertentes: com o tema (IN) DEPENDÊNCIAS, o Festival reuniu na cidade de Tiradentes mais de 350 artistas vindos de 40 países, sendo indicado para premiações internacionais;
- ✓ Companhia Candongas e Outras Firulas: em 2022, a turnê passou por cidades do sul e sudeste de Minas Gerais, Belo Horizonte e outras cidades da região metropolitana, culminando com uma apresentação especial, na tenda do Palácio da Liberdade, em comemoração à Semana do Meio Ambiente. Para 2023, está prevista a circulação de 3 (três) espetáculos em 45 cidades, totalizando cerca de 200 apresentações, além das ações formativas do grupo, com as quais se espera atingir cerca de 60 mil pessoas;
- ✓ Plano Anual Coral das Cidades dos Profetas: visa ao patrocínio de um dos principais corais do país que executa, difunde e perpetua o legado musical do passado brasileiro, além de conduzir cursos de formação musical para pessoas de 12 a 80 anos;
- ✓ Museu de Sant'Ana – Plano Plurianual de Manutenção 2020/2023: propõe-se a garantir a manutenção do espaço expositivo e do acervo público formado por aproximadamente 300 imagens sacras de Sant'Ana;
- ✓ Redescubra Minas: história, patrimônio e experiência: objetiva a publicação de um livro, a partir de um recorte temático, temporal e geográfico, sobre o patrimônio e valorização de 16 municípios de referência na ocupação de Minas Gerais, em função da exploração aurífera;
- ✓ Plano Anual da Fundação Clóvis Salgado: o projeto tem como objetivo garantir a manutenção e execução das atividades formativas e artísticas da Fundação, com foco na Orquestra Sinfônica de Minas Gerais e no Centro de Formação Artística e Tecnológica – CEFART;
- ✓ Patrocínios para projetos de formação continuada de atletas através da Lei de Incentivo ao Esporte, em parceria com o Esporte Clube Ginástico, o Minas Tênis Clube e o Mackenzie Esporte Clube;
- ✓ Formação Profissional Lar dos Meninos São Vicente de Paulo: projeto que visa a apoiar o acolhimento de cerca de 400 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, de regiões de extrema vulnerabilidade social;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ Música e Cidadania Transformando o Futuro: o projeto beneficia 135 crianças/adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, com renda familiar de 01 a 03 salários mínimos, com o aprendizado de instrumentos de cordas, sopros, flauta doce e outros;
- ✓ Educação Lúdica: o projeto atende mais de 490 pessoas de todas as idades com deficiência múltipla e intelectual em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua inclusão e autonomia;
- ✓ Empreendedorismo Turbinado: o projeto tem por objetivo incentivar o empreendedorismo e o envelhecimento ativo entre a população com idade acima de 60 anos, sendo que a iniciativa já capacitou cerca de 12,4 mil pessoas;
- ✓ Semeando Saberes Ancestrais: o projeto promove oficinas, shows, palestras motivacionais e projetos educativos com o propósito de enfatizar o grande potencial da mulher idosa; e
- ✓ Lar Doce Lar: destina-se à aquisição de equipamentos e custeio de especialidades médicas, bem como à reforma e estruturação de espaços para acolhida de longa permanência de cerca de 160 idosos.

9.2.3. Difundindo a Agenda ESG

A disseminação da Agenda ESG da Companhia é uma das medidas de tratamento do Risco Responsabilidade Social, especialmente no que se refere ao fator de risco Sustentabilidade Corporativa. Essa iniciativa objetiva aprimorar o engajamento com a temática, especialmente junto ao público interno, para integrar a cultura corporativa e melhorar nossa performance nos indicadores que subsidiam a gestão ESG.

Nesse sentido, durante o ano de 2022, foram investidos esforços para ampliar a percepção, junto aos colaboradores, acerca dos fundamentos, da metodologia, dos compromissos e da governança da Agenda ESG da Companhia e de sua aderência aos processos e ao modelo de negócio adotado pela COPASA MG. Essas abordagens foram incorporadas em reuniões, eventos, capacitações e programas de desenvolvimento com as principais lideranças da Companhia, sendo que a sua disseminação nos diversos níveis hierárquicos coube aos responsáveis pelas Unidades de Negócio e Serviços. Também foram realizadas divulgações específicas sobre cada compromisso e detalhes da metodologia utilizada, com destaque para a Materialidade, a priorização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS mais impactados pelo saneamento e os Princípios e Compromissos do Pacto Global.

9.3. Gestão de Pessoas

A COPASA MG encerrou o ano de 2022 com 10.185 empregados, uma redução de 4,7% em comparação ao número de 2021. Essa redução deveu-se, sobretudo, à conclusão, em 2022, da totalidade das dispensas decorrentes do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI), implementado no segundo semestre de 2021 e ao fato de que a Companhia vem realizando desligamentos de empregados aposentados após a data de início da vigência da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Em 2022, a COPASA MG conduziu pesquisa de clima organizacional junto a seus colaboradores, para identificar informações sobre o ambiente interno e quais variantes impactam na satisfação, motivação e engajamento dos colaboradores, obtendo Índice de Favorabilidade de aproximadamente 70%. Os resultados obtidos indicaram que ainda existem pontos relevantes a serem aprimorados quanto à percepção da Companhia por seu quadro funcional e foram base para a proposta de ações de melhoria do clima organizacional, que buscassem o fomento e o fortalecimento de uma cultura de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

compartilhamento de boas práticas entre as diversas Unidades de Negócio da COPASA MG e de promoção de saúde e de bem-estar de seus colaboradores.

Em sua Declaração Estratégia, a Companhia estabelece como uma de suas diretrizes a valorização das pessoas e o desenvolvimento de seus talentos. Nesse sentido, a COPASA MG compreende que a capacitação e o treinamento de seus colaboradores são práticas fundamentais que lhes permitem buscar atingir limites superiores de suas capacidades e de seus potenciais, contribuindo para a eficiência e o aprimoramento dos processos da Companhia.

Tendo isso em vista e para maximizar a contribuição da educação corporativa para a melhoria do desempenho e, conseqüentemente, do engajamento de seus empregados, a COPASA MG investiu, ao longo do ano de 2022, no desenvolvimento de diversas iniciativas, com destaque para o incentivo à educação formal, através de cursos técnicos e de pós-graduação externos e *in company*, a ampliação da oferta de conteúdos na plataforma de Ensino a Distância – EAD da Companhia, conhecida como Manancial do Saber, o Programa de Aperfeiçoamento de Engenheiros e o Programa de Desenvolvimento Operacional. Tais ações resultaram, em 2022, no número de 68,0 mil participações em treinamentos e um total de cerca de 532 mil horas, média de 52,2 horas por colaborador.

Visando a contribuir com a formação e com a preparação de estudantes para o mercado de trabalho, a COPASA MG mantém o Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o SENAI-MG e o Programa de Estágio, em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi, que foi responsável pela contratação de 200 estagiários no ano de 2022.

Relativamente ao tema promoção da diversidade e inclusão, a COPASA MG destaca que, em seu Código de Conduta e Integridade, adota como uma de suas diretrizes a equidade de tratamento por parte de todos os colaboradores, sendo vedada qualquer forma de discriminação ou de manifestações preconceituosas, que, em ocorrendo, devem ser imediatamente comunicadas ou denunciadas aos canais competentes. Ademais, em 2022, a Companhia adotou práticas de incentivo à inclusão e à diversidade, entre as quais podemos citar a instituição das Rodas da Diversidade, que são diálogos de Inclusão relacionados a temas diversos. Em 2022, foram realizadas a Roda da Diversidade em comemoração ao Dia da Consciência Negra e uma exposição cultural, com o protagonismo de jovens aprendizes da Companhia, com o tema Letramento Racial. Podemos citar, ainda, a inserção dos temas diversidade e práticas de incentivo à inclusão nas ações da Companhia voltadas para o desenvolvimento de lideranças e a adoção de cotas para público sênior e para pessoas com deficiência no Programa de Estágio. Cabe menção, também, ao fato de que a Companhia está em processo de consolidação de suas práticas antidiscriminação e de incentivo à inclusão em uma Política de Diversidade.

A COPASA MG está imbuída do propósito de oportunizar a equidade de gênero em seus quadros profissionais, como forma de atrair e melhor aproveitar seus talentos, abrindo espaço para novas ideias e valorizando seus colaboradores. Dentro desse espírito, a Companhia promoveu, no ano de 2022, a 2ª (segunda) edição do Programa de Mentoria Feminina, que visa a encorajar o desenvolvimento de empregadas interessadas em potencializar suas competências, mediante o acompanhamento por profissionais, também mulheres, mais experientes, na posição de mentoras. A COPASA MG aderiu, ainda, ao Movimento Elas Lideram 2030, iniciativa do Pacto Global, cujo escopo é aumentar a representatividade de mulheres em cargos de liderança formal. Impende aqui mencionar que a Companhia possui a meta de atingir, até 2025, 37% dos cargos de liderança ocupados por mulheres, sendo que esse percentual, ao fim de 2022, era de 33,1%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para além de uma obrigação legal, promover um ambiente de trabalho saudável e seguro é um valor primordial para a Companhia. Esse compromisso consta, inclusive, em nossa Declaração Estratégica: “Atuamos com Segurança e Respeito à Vida” e é parte da nossa Agenda ESG. Em vista disso, nosso sistema de gestão de saúde e segurança visa a proteger a integridade, a saúde e a capacidade de trabalho dos empregados de modo que, ao final do dia, eles possam retornar para seus lares em segurança.

Referido sistema abrange toda a força de trabalho e é consubstanciado a partir do Programa Acidente Zero, Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Programa de Promoção da Saúde e Bem-Estar.

O tema saúde e segurança no trabalho é patrocinado pela Alta Administração, que investe continuamente para eliminação de condições inseguras, aquisição de equipamentos de proteção (coletivos e individuais), realização de treinamentos, promoção de campanhas de conscientização, entre outros.

Em 2022 as ações de Saúde e Segurança continuaram sendo acompanhadas sistematicamente pela Diretoria Executiva através de reuniões mensais, em que são apresentados os principais indicadores, as medidas adotadas e em andamento, além de propostas de melhoria. Em números absolutos, percebeu-se uma queda de 10,1% nos acidentes com afastamento em 2022, se comparado ao período anterior. A respectiva taxa de frequência finalizou em 5,24 acidentes por milhão de horas trabalhadas.

Diversas ações estruturantes vêm sendo implantadas para alavancar os resultados e entre elas destaca-se a contratação de uma consultoria que é referência mundial, com mais de 215 anos de experiência em operações complexas e de alto risco, com o objetivo de realizar diagnóstico, planejar, executar e acompanhar medidas que proporcionem a evolução da Cultura de Saúde e Segurança do Trabalho da Companhia, em um projeto que terá a duração de 18 meses. Inicialmente, será feito um diagnóstico, que ajudará a COPASA MG a entender como a segurança está presente em seu dia a dia e em sua operação. A partir daí, serão realizadas diversas ações voltadas para a capacitação, a implantação de novas ferramentas, a revisão de processos e a otimização da governança, tudo para melhorar a visão de risco e a cultura em segurança da Companhia.

Ademais, foi firmado aditivo ao convênio de Cooperação Técnica com o COPASS Saúde (Plano de Saúde Autogestão), com vistas a implementar ações de Promoção da Saúde, tais como: ginástica laboral, análises ergonômicas, acolhimento psicológico (saúde mental), entre outros.

A COPASA MG se preocupa em fortalecer os pilares para uma cultura de alta performance, dotando as lideranças de ferramentas de gestão e contribuindo para mudanças positivas de comportamento, de forma a impactar a realização das estratégias definidas para o contexto atual. Nesse sentido, a Companhia possui 2 (dois) programas voltados para o desenvolvimento de seus líderes:

- ✓ o Programa de Desenvolvimento de Liderança – CopaLíder, que irá capacitar cerca de 1.200 empregados em posição de liderança (superintendentes, gerentes e média liderança) e potenciais líderes em temas como visão de negócios, gestão de pessoas, relacionamento com o cliente e gestão por resultados, em um programa com duração de 24 meses; e
- ✓ o Programa de Desenvolvimento de Potenciais Líderes – PDPL, com 4 (quatro) meses de extensão, que visa a identificar e qualificar cerca de 20 potenciais líderes por cada edição, com a inclusão, no Banco de Sucessão para Cargos de Confiança, daqueles participantes que atingirem, no mínimo, 80% de aproveitamento nos conteúdos do Programa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

9.4. A Dimensão de Governança Corporativa (*Governance*, em inglês)

A COPASA MG é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações listadas na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, no segmento do Novo Mercado, que estabelece práticas de governança corporativa adicionais às que são exigidas pela legislação brasileira.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,03% das ações e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria. Em dezembro de 2022, a base acionária era formada por mais de 85 mil acionistas de 31 países distintos.

A seguir, mostramos a composição de nossa base acionária no encerramento de 2022:

Acionistas	Ações	(%)	Número de Acionistas
Estado de Minas Gerais	190.248.304	50,03%	1
Acionistas Nacionais	90.494.715	23,80%	85.069
Acionistas Estrangeiros	98.438.411	25,89%	279
Ações em Tesouraria	1.071.639	0,28%	1
Total	380.253.069	100,00%	85.350

A COPASA MG, além de observar a legislação de regência aplicável às sociedades anônimas e ao mercado de capitais, deve atender aos requisitos diferenciados de transparência e governança corporativa impostos pelo regulamento de seu segmento de listagem na B3 e está sujeita, como empresa estatal, aos controles do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e às determinações da Lei 13.303/2016 – Lei das Estatais, bem como às normas e regulações pertinentes ao setor de saneamento, dentre outras. Assim, por atuar em um ambiente amplamente regulado e por sua constante disposição em estar sempre alinhada às melhores práticas de mercado, a COPASA MG adota sólidos padrões de governança corporativa e de controles internos, que serão brevemente abordados a seguir.

A Administração da Companhia

A COPASA MG é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 membros, sendo que a Assembleia Geral Ordinária – AGO realizada em 29.04.2022 definiu que, para o período de gestão atual, sua composição é de 7 (sete) membros, dos quais 1 (um) é o Presidente. Os membros do Conselho são eleitos para um prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Ao menos 25% dos membros do Conselho de Administração devem ser independentes, que serão assim declarados na Assembleia Geral que os eleger, conforme os critérios de independência definidos no Estatuto Social da Companhia.

O Conselho de Administração é assessorado em suas funções pelo Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI e poderá instituir comitês técnicos e consultivos para seu assessoramento.

A Diretoria Executiva é responsável pela administração dos negócios sociais da Companhia e é composta por 5 (cinco) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração. Os mandatos têm prazo unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não são acumulados pela mesma pessoa. Adicionalmente, nenhum membro da Diretoria Executiva faz parte do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente e atualmente é composto de 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, dos quais um será seu Presidente, eleitos pela AGO. O Conselho Fiscal contará com, no mínimo, 1 (um) membro e o respectivo suplente, indicados pelo Estado de Minas Gerais, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública e com outro como representante dos acionistas minoritários, eleito nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976. É competência desse Órgão fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Comitê de Auditoria Estatutário – COAUDI

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, por ele eleito e é composto, atualmente, por 3 (três) membros, devendo ser, em sua maioria, independentes, nos termos do Estatuto da Companhia, com pelo menos 1 (um) dos membros conselheiro de administração independente. Ademais, ao menos 1 (um) dos membros do COAUDI deve possuir reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e caberá a 1 (um) dos membros exercer a função de coordenador.

Além do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia conta, ainda, com a Superintendência de Compliance e a Auditoria Interna.

Treinamento e Avaliação

É importante destacar que os administradores, conselheiros fiscais e membros do comitê de auditoria participam, na posse e anualmente, de treinamentos específicos sobre legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controle interno, Código de Ética e Integridade, Lei Federal nº 12.846/2013, licitações e contratos.

Anualmente, a COPASA MG conduz o processo de avaliação de desempenho dos administradores e dos demais membros estatutários, que busca mensurar o desempenho coletivo dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como o desempenho individual dos membros que compõem esses Órgãos. O processo de avaliação é coordenado pela Superintendência de Compliance, sendo que os resultados são apresentados aos Conselheiros e servem de subsídio para a busca de oportunidades de melhoria na governança da Companhia.

Ética e Integridade

O compromisso com a ética e a integridade na condução de seus negócios é um valor inegociável para a COPASA MG, tanto que a Companhia estabeleceu em sua Declaração Estratégica, como parte de seu Jeito, que “estamos em *Compliance*: integridade, responsabilidade, ética e transparência”.

Instituído em 2018, o Plano de Integridade da Companhia foi elaborado em alinhamento à sua missão, visão e valores e visa a promover e fortalecer a cultura da ética e da integridade, com ênfase no fortalecimento e aprimoramento da estrutura de governança e da gestão de riscos, na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade, na adoção de medidas de prevenção de atos ilícitos, na transparência e na necessidade de prestação de contas. Referido Plano busca o comprometimento com a integridade por parte de todos os colaboradores da COPASA MG, seus administradores, conselheiros

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

fiscais, membros de comitês e acionistas, bem como de seus fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras e de qualquer outra parte com quem a Companhia mantenha relação contratual.

Já o Código de Conduta e Integridade, delineado em consonância com a Declaração Estratégica e o Plano de Integridade, é o principal instrumento para divulgar os princípios éticos e os valores fundamentais da Companhia e estabelece os direitos, garantias e deveres no ambiente de trabalho, bem como as condutas que não são admitidas pela COPASA MG e a previsão de aplicação de sanções éticas ou de penalidades previstas nas normas e regulamentos da Companhia, em caso de violação de suas disposições. O documento aponta, ainda, outros instrumentos de integridade da Companhia, com destaque para o canal de denúncias.

O Canal de Linha Ética e a Comissão de Ética

A Companhia possui um canal de denúncias, denominado Canal de Linha Ética, com o objetivo de inibir práticas ilícitas e contrárias aos interesses da COPASA MG, como corrupção, fraude, irregularidades, conflito de interesses, dentre outras, bem como favorecer a comunicação, apuração e tratamento dessas práticas. Está disponível no site institucional, acessível a qualquer cidadão, que pode fazer denúncias de forma anônima, com garantia de confidencialidade e de independência nas apurações. O andamento de todo o processo pode ser acompanhado pelo denunciante, por meio de protocolo e senha cadastrados no site. As denúncias também podem ser encaminhadas por e-mail ou por telefone.

A gestão do Canal é de responsabilidade da Auditoria Interna, que, por estar vinculada diretamente ao Conselho de Administração, garante independência no tratamento das denúncias. As apurações das denúncias que apresentam maior criticidade ficam a cargo da Auditoria Interna. As denúncias que envolvem problemas nas relações interpessoais são encaminhadas para tratamento pela Comissão de Ética.

Ao final das apurações, é elaborado relatório com as constatações e providências a serem adotadas, se for o caso, as quais são acompanhadas pela Auditoria Interna até sua conclusão. Tais providências podem envolver a responsabilização de empregados ou de empresas, ou ainda o aprimoramento de procedimentos e controles internos. Os resultados das apurações são encaminhados, pelo Canal de Linha Ética, para conhecimento do Diretor-Presidente e do Diretor da Unidade afeta ao assunto. Por meio do Canal, também é disponibilizada resposta ao denunciante para consulta, via protocolo e senha, conforme informado anteriormente.

No início do exercício de 2022, existiam 175 denúncias com apurações em andamento. De janeiro a dezembro de 2022, foram recebidas pelo Canal de Linha Ética da COPASA MG outras 415 denúncias.

Desse total de 590 denúncias, 25 foram consideradas de maior criticidade e, portanto, a Auditoria Interna ficou responsável por sua apuração, tendo concluído 19 dessas apurações em 2022. As demais 565 denúncias foram encaminhadas para apuração das respectivas Superintendências, de acordo com os assuntos denunciados, das quais 392 tiveram suas apurações concluídas até 31.12.2022.

Dessas 392 denúncias com apurações concluídas, em 174, os fatos denunciados foram considerados procedentes ou parcialmente procedentes, sendo que nas demais não restaram comprovados os fatos denunciados ou esses foram improcedentes.

A Companhia dispõe de Comissão de Ética, vinculada diretamente ao Diretor-Presidente, que também é responsável pela indicação de seus membros, conforme orientações expedidas pelo Conselho de Ética Pública do Estado de Minas Gerais – CONSET MG. Tal Comissão é composta por 6 (seis)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

membros titulares, com mandato de 3 (três) anos, sendo facultada 1 (uma) recondução por igual período.

Admite-se o recebimento de denúncias anônimas, desde que devidamente fundamentadas. Ao final dos processos (denúncias) tratados pela Comissão de Ética, os Relatórios Conclusivos são disponibilizados no Canal de Linha Ética, sendo efetuadas recomendações para conduta futura dos envolvidos e, quando necessário, dentro de sua competência, aplicada sanção ética (advertência ou censura). A Comissão de Ética, dada a gravidade da conduta, pode recomendar a aplicação de medida disciplinar, conforme previsto nas normas internas, elaboradas à luz da legislação trabalhista.

Conforme previsto no Decreto Estadual nº 46.644/2016, a apuração de denúncias ou de outros assuntos que envolvam a Alta Administração da Companhia é competência do CONSET MG.

A Companhia empreendeu algumas ações relevantes ao longo do exercício de 2022 para aprimorar sua governança corporativa, dentre as quais podemos enfatizar:

- ✓ Definição do apetite a riscos: o Conselho de Administração aprovou o apetite a riscos da Companhia, para os riscos identificados na Matriz de Riscos Corporativos, cujo monitoramento é efetuado por meio de indicadores de riscos. Com a definição da Alta Administração quanto ao nível de risco admitido pela Companhia, tem-se insumo para a tomada de decisão, considerando as metas e respectivos limites críticos para os riscos identificados;
- ✓ Elaboração do Mapa de Riscos Corporativos: o mapa de riscos é uma representação gráfica dos riscos, que são identificados por cores correspondentes ao seu nível de criticidade (avaliação de impacto X probabilidade), possibilitando sua visão gráfica, face aos controles internos e às ações de tratamento, considerando os diferentes cenários de risco;
- ✓ Revisão dos planos de resposta aos riscos: traz como benefício o tratamento adequado dos riscos corporativos, considerando as possíveis consequências de sua materialidade para o negócio da COPASA MG, de forma a mantê-los dentro do nível de criticidade aceitável para o negócio, com a consequente redução do impacto e/ou probabilidade de materialização dos riscos.
- ✓ Matriz de Treinamento em *Compliance*: a Companhia implementou uma Matriz de Treinamento em *Compliance*, com o objetivo de promover atividades de capacitação para todos os seus colaboradores e parceiros de negócio. Essa matriz foi desenvolvida de forma estratégica, considerando prioridades definidas na Matriz de Risco Corporativa. Além disso, essas capacitações levam em consideração as unidades nas quais esses colaboradores estão alocados e sua devida exposição aos riscos de *Compliance*.
- ✓ Instituição da Política de Remuneração e revisão das Políticas de Divulgação e Negociação e de Transações com Partes Relacionadas, dentre outras, bem como revisão dos regimentos dos órgão estatutários.

A COPASA MG realizou, ainda, uma série de eventos, no decorrer de 2022, com as temáticas de governança corporativa, *compliance*, gestão de riscos e integridade, com foco no desenvolvimento de seu Plano de Integridade, dentre os quais destacam-se:

- ✓ Workshop Integridade 2022: com o tema “Aquele que semeia valores íntegros, colhe bons frutos”, as lideranças da Companhia foram convidadas a refletir a respeito das mudanças em curso na COPASA MG, na sociedade e no mundo, enfatizando que os valores sempre estarão definindo as escolhas e, se os valores forem éticos, as decisões também serão íntegras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ Workshop Integridade – Instrumentos de Integridade: visando a atualizar os empregados acerca dos instrumentos de integridade da Companhia, foi disponibilizado o Workshop Integridade 2022, em EAD, na plataforma Manancial do Saber. Esse evento abordou o Plano de Integridade da COPASA MG e contou com a participação de 76% dos colaboradores.
- ✓ Campanha interna “Compliance Aqui e Agora”: foram produzidos diversos “lembretes morais” (móbiles, prismas, cartazes, folhetos, wallpapers, e-mails, vídeos, intranet, dentre outros).
- ✓ Campanha “Gotas da Integridade”: semanalmente, durante todo o ano de 2022, foram disponibilizadas na intranet frases de impacto, criadas pelos próprios colaboradores, com a finalidade de promover reflexões no tocante à integridade e ética nas atitudes, visando à promoção de um ambiente corporativo íntegro. Foram contabilizados, ao todo, nessa Campanha, aproximadamente 13 mil visualizações.
- ✓ Caravana da Integridade: o evento, direcionado ao público administrativo, foi realizado em todas as Unidades de Negócio da Companhia, presencialmente, por meio da dinâmica “A Denúncia”, na qual os participantes puderam refletir acerca da importância de uma denúncia fundamentada em fatos em evidência.
- ✓ Dia Internacional Contra a Corrupção: em alusão ao Dia Internacional de Combate à Corrupção, no dia 09 de dezembro, foi realizado um evento que contou com a participação dos gestores, dos líderes de *Compliance* e dos empregados da Superintendência de Compliance. Houve apresentação de um grupo teatral que abordou, de forma lúdica, temáticas de integridade.
- ✓ *Compliance* na Gestão de Contratos: visando a envolver os gestores e fiscais de contratos quanto à importância da aplicação dos instrumentos e normativos de integridade na execução dos contratos, o evento contou com a participação de aproximadamente 400 colaboradores.
- ✓ Introdução à *Compliance* para prestadores de serviços: o evento foi disseminado pelos próprios gestores e fiscais de contrato, com o objetivo de aculturar os fornecedores em *Compliance*.

9.4.1. Gestão de Riscos e Revisão da Matriz de Risco

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades referentes ao processo de gestão de riscos corporativos e orientar as atividades para identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos, a COPASA MG instituiu a Política de Gestão de Riscos Corporativos em 2014.

A Companhia possui uma estrutura de governança com papéis definidos, segundo o conceito das Três Linhas do Instituto de Auditores Internos – IIA. Por meio dessa visão, situa-se na primeira linha a gestão operacional e, na segunda linha, a gestão de riscos, os controles internos e o *compliance*. Todos esses processos prestam contas em relação aos riscos à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, o qual é assessorado tecnicamente pelo Comitê de Auditoria Estatutário. Na terceira linha encontra-se a Auditoria Interna, que se reporta diretamente ao Conselho de Administração.

O processo de gestão de riscos, que é coordenado pela Unidade de Serviço vinculada à Superintendência de Compliance, é submetido também ao Comitê de Compliance e Riscos, o qual possui um Regimento Interno e se reúne mensalmente para participar do processo e da aplicação da metodologia referentes à gestão de riscos.

A COPASA MG possui uma Matriz de Riscos Corporativos, na qual expressa os riscos a que está submetida, bem como a descrição dos respectivos fatores de risco e a identificação dos proprietários com responsabilidade e autoridade para gerir riscos. A referida Matriz apresenta os riscos conforme

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

sua natureza, podendo ser estratégicos, operacionais, financeiros ou de *compliance*. Os riscos identificados na Matriz são monitorados por meio dos indicadores aprovados pelo Conselho de Administração

O Mapa de Riscos sintetiza os riscos de acordo com sua criticidade, sendo que os proprietários desses riscos prestam contas do seu status diretamente ao Conselho de Administração.

Em 2022 a Companhia realizou, com o apoio de uma consultoria externa, a revisão de sua Matriz de Riscos Corporativos, contemplando aspectos relacionados ao contexto do novo marco legal do saneamento, definido na Lei Federal nº 14.026/2020.

10. COPANOR

A subsidiária integral COPANOR foi criada em 2007 para prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas Regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais. Essa região do Estado conta com um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) em Minas Gerais. O seu âmbito de atuação são as localidades com população compreendida entre 200 e 5.000 habitantes.

Abaixo, são mostrados os dados operacionais da COPANOR, sendo que houve crescimento nas principais linhas operacionais da subsidiária, em movimento semelhante ao que já ocorrera no exercício anterior:

			2022		2021
Dados Operacionais	2022	2021	X	2020	X
			2021		2020
Água					
Economias (1.000 unidades)	115	113	1,3%	111	1,8%
População Atendida (1.000 habitantes)	225	223	1,2%	220	1,3%
Volume Distribuído (1.000 m³)	16.951	14.662	15,6%	15.472	-5,2%
Volume Medido (1.000 m³)	9.911	9.757	1,6%	9.151	6,6%
Extensão de Rede (km)	2.751	2.701	1,8%	2.220	21,6%
Esgoto					
Economias (1.000 unidades)	55	54	2,3%	52	3,6%
População Atendida (1.000 habitantes)	107	105	1,9%	102	2,9%
Volume Medido (1.000 m³)	4.671	4.506	3,7%	4.038	11,6%
Extensão de Rede (km)	1.576	1.572	0,2%	1.498	4,9%

As tarifas praticadas pela COPANOR são bem inferiores às tarifas de sua Controladora (COPASA MG), pois sua estrutura de custos não leva em conta a remuneração dos investimentos.

A partir de julho de 2017, foi criado pela Arsae-MG um subsídio tarifário na tarifa da COPASA MG para suportar os investimentos e manutenção da COPANOR, consistindo em um mecanismo de repasse de recursos subsidiados por usuários da COPASA MG para a COPANOR, cujo objetivo é viabilizar os investimentos e manutenção dos ativos de infraestrutura. O valor do subsídio, a preços de 2017, era de R\$40 milhões, sendo que a atualização monetária, naquele ciclo tarifário, era pela variação observada no INCC.

No âmbito da 2ª revisão tarifária da COPASA MG, a Arsae-MG definiu pela continuidade desse repasse. Em 2022, a Controladora realizou 2 (dois) repasses de R\$27,1 milhões cada, sendo um em março e outro em agosto, visando a melhorias na infraestrutura da Subsidiária, conforme definido pela Agência Reguladora. Em 2023, o valor desse subsídio será de R\$47,6 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em novembro de 2022, no escopo da 4ª Revisão Tarifária Periódica da COPANOR, a Arsae-MG autorizou o reposicionamento tarifário da COPANOR, com efeito tarifário médio de 26,99%, conforme Nota Técnica CRE nº 08/2022.

Em 2022, foram investidos R\$39,6 milhões na COPANOR, incluindo as capitalizações. Para o ano de 2023, estão previstos investimentos de R\$49,3 milhões para a subsidiária, que serão empregados em demandas operacionais para permitir a prestação adequada dos serviços.

11. Relacionamento com Auditores Independentes

A COPASA MG e a subsidiária COPANOR informam que a KPMG Auditores Independentes foi contratada em 09 de abril de 2019 e teve o contrato renovado para realização dos serviços de auditoria externas das Demonstrações Financeiras (DFs) da Controladora e sua subsidiária, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Durante o exercício de 2022, os auditores externos, além dos serviços relacionados à auditoria das DFs, prestaram serviço de emissão de relatórios abordando Procedimentos Previamente Acordados (PPA) requeridos pela Agência Reguladora Arsae-MG, bem como a emissão de relatório contendo Conclusão de Asseguração Limitada para atendimento a cláusulas fixadas em contrato de financiamento contraído junto ao banco alemão KfW. Os valores pagos pelos serviços prestados em 2022 totalizaram R\$1,78 milhão.

No processo de contratação dos serviços de Auditoria, compete ao Comitê de Auditoria opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente, bem como supervisionar as atividades e a qualidade dos serviços prestados, avaliando sua independência em relação à Companhia, reportando ao Conselho de Administração.

A COPASA MG respeita os princípios que preservam a independência dos auditores externos quanto a não auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais e não advogar pelo seu cliente, visando a evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2021



Empresa: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG

1 - Base de Cálculo	2022 Valor (mil reais)			2021 Valor (mil reais)		
Receita líquida de água, esgoto e resíduos sólidos (RL) ¹	5.371.489			5.181.786		
Receita líquida total	6.112.523			5.830.194		
Resultado operacional (RO)	1.045.954			654.449		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.457.458			1.611.084		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	209.402	14,37%	3,90%	170.608	10,59%	3,29%
Encargos sociais compulsórios	312.493	21,44%	5,82%	308.989	19,18%	5,96%
Previdência privada	51.024	3,50%	0,95%	55.155	3,42%	1,06%
Saúde	98.711	6,77%	1,84%	99.781	6,19%	1,93%
Segurança e saúde no trabalho	9.067	0,62%	0,17%	9.270	0,58%	0,18%
Educação	3.122	0,21%	0,06%	3.115	0,19%	0,06%
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.140	0,35%	0,10%	2.593	0,16%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	1.420	0,10%	0,03%	1.288	0,08%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	38.004	2,61%	0,71%	33.295	2,07%	0,64%
Outros	10.801	0,74%	0,20%	11.732	0,73%	0,23%
Total - Indicadores sociais internos	739.188	50,72%	13,76%	695.826	43,19%	13,43%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	4.329	0,41%	0,08%	2.686	0,41%	0,05%
Cultura	4.530	0,43%	0,08%	4.032	0,62%	0,08%
Saúde e saneamento	490.100	46,86%	9,12%	437.334	66,82%	8,44%
Esporte	600	0,06%	0,01%	2.835	0,43%	0,05%
Outros	1.687	0,16%	0,03%	689	0,11%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	501.246	47,92%	9,33%	447.576	68,39%	8,64%
Tributos (excluídos encargos sociais)	758.867	72,55%	14,13%	650.325	99,37%	12,55%
Total - Indicadores sociais externos	1.260.113	120,47%	23,46%	1.097.901	167,76%	21,19%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	430.493	41,16%	8,01%	263.298	40,23%	5,08%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	21.053	2,01%	0,39%	28.070	4,29%	0,54%
Total dos investimentos em meio ambiente	451.546	43,17%	8,41%	291.368	44,52%	5,62%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais:	(X) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%					
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2022			2021		
Número de empregados ao final do período	10.186			10.692		
Número de admissões durante o período	396			39		
Número de empregados terceirizados ²	1.120			1.219		
Número de estagiários	171			147		
Número de empregados acima de 45 anos	5.931			5.959		
Número de mulheres que trabalham na empresa	916			951		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	33,12%			33,10%		
Número de pessoas negras que trabalham na empresa	5.576			5.802		
% de cargos de chefia ocupados por negros (pretos + pardos)	26,11%			25,52%		
Número de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	560			532		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			Meta 2023		
Número total de acidentes de trabalho	149			104 ³		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(X) direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa	(X) direção e gerências	() todos os empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a Empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022			Meta 2023		
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na empresa: 1638.567	no procon: 860	na justiça: 2.340	na empresa: 1.093.135	no Procon: 500	na Justiça: 2.000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 46,75%	na empresa: 100%	no Procon: 100%	na Justiça: 70,00%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2022: 3.644.733			Em 2021: 3.348.704		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	24,43% governo 10,73% acionistas 12,41% retido	36,76% colaboradores 15,67% terceiros		23,74% governo 8,44% acionistas 7,61% retido	44,05% colaboradores 16,16% terceiros	
7 - Outras Informações						
CNPJ 17.281.106/0001-03, setor: saneamento. Explicação sobre as informações declaradas: Unidade de Serviço de Desenvolvimento Sustentável, telefone 55 31 3250-1932, e-mail reso@copasa.com.br. A Copasa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo e não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Respeitamos e incluímos as diversidades. 1 - Para o cálculo dos indicadores, está sendo considerado o valor da Receita Líquida proveniente dos serviços prestados pela Copasa. 2 - O número de empregados/as terceirizados/as é estimado considerando a mão de obra alocada nos contratos de serviço, pois a Copasa não contrata terceiros diretamente. 3 - Valor máximo admissível. A empresa tem investido no aprimoramento do tema, especialmente, por meio do Programa Acidente Zero, constituído por um conjunto de projetos e ações voltadas para o desenvolvimento de uma cultura de segurança envolvendo comportamento seguro, disciplina e fiscalização e visando a meta de zero acidente.						

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “COPASA”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”, “Subsidiária”, “Controlada”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Impactos do COVID-19 nas condições financeiras e patrimoniais da Companhia

A COPASA MG, desde o início da pandemia, vem praticando uma série de ações com base nas recomendações do Ministério da Saúde e da Organização Mundial de Saúde com o objetivo de preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, bem como adotando medidas no âmbito comercial e outras ações preventivas para minimizar os impactos da pandemia aos clientes.

Não foram identificados impactos que requeressem ajustes sobre as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de 31 de dezembro de 2022 no tocante à recuperabilidade de seus ativos, valor justo de instrumentos financeiros, provisões para demandas judiciais e reconhecimento da receita.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022, Individuais e Consolidadas, em 17 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Demonstrações financeiras comparativas - 31 de dezembro de 2021

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram elaboradas nas mesmas bases e práticas descritas no parágrafo anterior, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 - “Apresentação das Demonstrações Contábeis” (CPC 26), como explicado a seguir.

Em 31 de dezembro de 2021, devido à falta de cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados indicadores não financeiros (Ver Nota Explicativa 15.c) e em atendimento ao item 74 do CPC 26, a Companhia deveria reclassificar as suas dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante. No entanto, considerando a obtenção do *waiver* (perdão) junto aos credores em março de 2022 (ver Nota Explicativa 15.c) e que essas dívidas da Companhia não se configuram como passivo exigível no

Notas Explicativas

curto prazo, a referida reclassificação conforme o item 74 do CPC 26 consistiria em grave distorção do Balanço Patrimonial da Companhia.

O item 19 do referido CPC 26 menciona que se a Administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações financeiras estabelecido no CPC 00 – “Estrutura Conceitual para relatório financeiro” (CPC 00), a Companhia não deve aplicar esse requisito. A Administração entendeu que a referida reclassificação em 31 de dezembro de 2021 seria uma informação enganosa para os usuários das Demonstrações Financeiras, ferindo a finalidade de representação fidedigna dessas demonstrações, conforme previsto no CPC 00 e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

Em atendimento ao item 20 do referido CPC 26, a Companhia informa que caso tivesse sido cumprido o requisito do item 74 do CPC 26, nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, efetuando a referida reclassificação, o passivo circulante seria aumentado e o passivo não circulante reduzido em R\$1.933.212 na referida data.

A CVM, através de Ofício, solicitou à Companhia manifestação acerca da opinião modificada apontada em relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de setembro de 2022, em novo Ofício, a CVM comunicou que, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, o processo aberto solicitando esta manifestação foi arquivado.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva, que também participa na tomada das decisões estratégicas, em conjunto com o Conselho de Administração. O Grupo possui três segmentos distintos, representados pelos segmentos de serviços de água e de esgoto em concessões públicas, prestados pela Controladora e sua subsidiária, além do segmento resíduos sólidos, no município de Varginha. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa 21.

3.2 Base de consolidação

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida pode ser presumido quando a Companhia mantiver vinte por cento ou mais do poder de voto da investida. Nos demais casos, a existência de controle será determinada se houver influência significativa sobre a investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.2.1 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por

Notas Explicativas

equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativo financeiro

3.4.1.1 Reconhecimento inicial

As contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de concessão são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo pelo Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

3.4.1.2 Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode

Notas Explicativas

designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(a) Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem a política de aplicações financeiras e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas de forma a garantir liquidez, segurança e rentabilidade, respeitando as necessidades de fluxo de caixa da Companhia, a fim de garantir a sustentabilidade do negócio por meio da gestão eficiente e adequada do capital.

(b) Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(c) Desreconhecimento

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia não transfere e não mantém substancialmente todos os riscos e os direitos de receber fluxos de caixa.

3.4.2 Avaliação do valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Visando aprimoramento da metodologia utilizada para cálculo da perda esperada para as contas a receber de clientes, conforme CPC 48 a Companhia realiza estudos de forma a alinhar suas estimativas quanto à expectativa de perda esperada.

A partir do estudo, a perda esperada registrada contabilmente pela Companhia considera a análise dos saldos históricos dos recebimentos para um período de 12 a 36 meses, segregados conforme características de risco de crédito, e divididos em grupos de inadimplência conforme faixas de vencimento, visando determinar de forma mais acurada a taxa pela qual os devedores passam para uma categoria com maior risco de inadimplência ao longo do tempo. Isto permitiu incorporar informações sobre o prazo real de pagamentos das faturas e, determinar, a partir das contas a receber de clientes, as estimativas de perda esperada para cada categoria de inadimplência.

A Companhia revisitou os critérios da estimativa, segregando a base de dados por localização geográfica e categoria de clientes para determinar taxas de perda para cada grupo, com base em novas informações disponíveis e análise da dívida de seus clientes, e integrando projeções razoáveis e suportáveis das condições econômicas futuras.

A Companhia segue analisando o comportamento de seus recebíveis, de forma que os valores provisionados reflitam as expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”. A Companhia considera que esta seja “BBB” - ou superior, conforme padrão divulgado pelas agências de *rating* de crédito *Fitch* e *S&P*.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas normalmente;
- probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Notas Explicativas

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 360 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com riscos insignificantes quanto à mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Aplicação financeira vinculada

Refere-se a recursos financeiros oriundos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), como incentivo, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES). Os recursos são liberados e depositados em conta específica vinculada e a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada desde que cumpridas as metas pactuadas. Tendo em vista cumprimento parcial das metas, esses recursos também são mantidos em seu passivo não circulante, em conta de obrigações diversas. A Companhia não reconhece perda por *impairment*, baseado no fato de que se houver uma obrigação de devolver os recursos há passivo correspondente registrado, conforme descrito na Nota Explicativa 8.

Ativos financeiros - Contratos de concessões

A Companhia não reconhece perda por *impairment* sobre os mesmos, tendo em vista que os contratos de concessão preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela COPASA MG reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O concessionário reconhece um crédito a receber quando possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão desses serviços públicos que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

A Companhia possui contratos de concessão pública que são firmados com os municípios e, de acordo com a Interpretação ICPC 01, representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação definida pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (ARSAE-MG), pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão pela prestação dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário. Em decorrência desse fato, a Companhia reconhece um ativo financeiro referente à parcela que excede o prazo dos contratos, com base na vida útil econômica dos bens componentes da infraestrutura para prestação dos serviços públicos, até a data de término da concessão. O ativo financeiro foi mensurado pelo valor presente das indenizações, descontadas por uma taxa de desconto definida pela Companhia.

Esses ativos financeiros estão registrados inicialmente pelo valor justo (valor presente do direito, calculado com base no valor líquido dos investimentos que serão indenizados pelo poder concedente) e posteriormente ao custo amortizado.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

Notas Explicativas

3.4.3 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis a suas aquisições ou emissões e são classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(a) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificada como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante.

As obrigações são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(b) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

Na eventualidade de ocorrer quebra de acordo contratual (*covenants*) de um empréstimo de longo prazo (indicadores não financeiros, por exemplo) ao término ou antes do término da data do Balanço, a Companhia avalia a necessidade de reclassificação como circulante, considerando a obtenção do direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data. Nesta avaliação considera-se também, a necessidade de representação fidedigna quanto à essência requerida às Demonstrações Contábeis, bem como a finalidade de proporcionar informação fidedigna da posição patrimonial e financeira da Companhia.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Notas Explicativas

3.5 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgotamento sanitário. São demonstrados ao custo que é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando os materiais, exceto os estratégicos, atingem 365 dias sem movimentação. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.6 Ativo intangível

(a) Ativos diretamente ligados a concessões

O concessionário reconhece como um ativo intangível a parcela dos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão de serviços públicos, que serão recebidos via tarifa durante o período de concessão, sendo o seu valor amortizado pelo prazo da concessão, em linha com a Interpretação ICPC 01, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e em decorrência dos contratos de concessão firmados.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo. A Companhia utiliza o método linear que resulta em despesa constante durante todo o período.

O valor justo de construção, reforma e melhoria na infraestrutura é reconhecido como receita, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros, conforme Nota Explicativa 3.14.

(b) Direitos de uso

Direitos de uso referem-se, principalmente, a custos incorridos na renovação ou revisão de concessões e são decorrentes da assunção de compromissos de participar financeiramente de obras de tratamento de fundos de vales, a ser executadas pelas prefeituras, tais como canalização de córregos e avenidas sanitárias. A amortização se dá pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

(c) Licenças de *software*

As licenças de *software* adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

3.7 Imobilizado

Os bens registrados no Imobilizado incluem aqueles que não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as instalações administrativas da Companhia, bem como os sistemas produtores de água e de tratamento de esgotos compartilhados, uma vez que estes são considerados como ativos da Companhia, por não serem vinculados diretamente a uma concessão específica.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é realizada pela vida útil estimada de cada bem, utilizando o método linear que resulta em despesa constante durante a vida útil do ativo. Anualmente, a Companhia avalia a necessidade de mudanças, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 a 40
Máquinas	10 a 15
Veículos	3 a 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 a 8

Notas Explicativas

3.8 Perda do valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação e/ou reversão de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda ou o seu valor em uso.

O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa – UGC a qual o ativo pertença. A utilização do modelo financeiro de fluxo de caixa descontado exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, as quais envolvem julgamentos sobre os resultados futuros do negócio.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em uma UGC, ou seja, no menor grupo possível de ativos que geram entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada.

3.9 Provisões

As provisões tributárias e para demandas judiciais e ambientais são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com razoável segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como outras despesas operacionais. Por se tratarem de discussões legais, quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes dependem dos procedimentos judiciais.

As provisões são reconhecidas e atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas as políticas da Companhia, a natureza de cada ação e apoiadas na opinião de sua área jurídica que leva em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Todos os valores reclassificados são submetidos à aprovação da diretoria executiva mensalmente, estabelecendo-se assim, políticas mais criteriosas para a constituição destas provisões.

As provisões para demandas judiciais são apresentadas nas demonstrações financeiras, líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação.

Notas Explicativas

3.10 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor de distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social.

A parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado ou pago, o que ocorrer primeiro.

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras - maiores detalhes estão descritos na Nota Explicativa 20. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

3.11 Tributação

(a) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os impostos sobre renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiverem relacionados com itens relacionados à combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos consideradas na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados considerando as alíquotas de tributos (e leis) vigentes na data do balanço e que se espera aplicar na data de realização do ativo ou liquidação do passivo.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível de forma que, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

O imposto de renda diferido ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A realização de créditos de impostos diferidos está condicionada a eventos futuros que irão tornar as provisões que lhe deram origem dedutíveis nos termos da legislação fiscal em vigor.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável do ativo de tributos diferidos.

(b) Tributos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para seguridade social	7,60
ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza (*)	Diversas

(*) Não incide sobre serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos.

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado, sendo o PIS/COFINS apurado pelo regime da não cumulatividade.

3.12 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de três planos de Previdência Complementar: Plano RP1- Benefício Definido (BD), Plano Copasa Saldado (BD) e o Copasa Novo Plano - Contribuição Definida (CD). Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos referenciados é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

O valor atual dessas obrigações depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

Notas Explicativas

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de desconto que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos do governo.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa 19.

(b) Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia registra provisões para reconhecer a despesa de participação dos empregados no resultado.

Em 2008, o Conselho de Administração aprovou o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros da empresa, definindo os procedimentos para operacionalização.

O montante de PL a ser distribuído será aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, é equivalente a 25% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, correspondendo, portanto, a 6,25% do lucro líquido do exercício, depois de deduzida a reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, sobre o qual serão aplicados parâmetros de desempenho institucional.

Anualmente, a parcela do lucro não distribuída aos empregados será transferida para o exercício seguinte, sendo adicionada na base de cálculo do valor a ser distribuído.

3.13 Capital social

Capital social é o valor integralizado ou a integralizar correspondente à coparticipação de um titular, sócio ou acionistas para o início ou manutenção da empresa.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda) é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Prestação de serviços

As receitas são reconhecidas num momento específico do tempo, conforme os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário são prestados por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços, na medida em que a obrigação de desempenho é cumprida. As receitas ainda não faturadas representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

A necessidade de estimativa da receita a faturar se baseia no fato de que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais. Desta forma, a Companhia, considerando o montante envolvido, cria estimativas, que incluem informações como média de consumo

Notas Explicativas

obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada consumidor para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, observando o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua competência.

(b) Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final.

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos.

A Companhia estima que a margem é zero, em conformidade com a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão e de Programa, pelos Municípios.

(c) Ativo de contrato

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro.

Quando a Companhia conclui a *performance* por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato.

Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão.

O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.15 Receita financeira

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.16 Arrendamentos

A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

3.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício. Não foram adotadas pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras, entretanto não deverão ter impactos significativos nas suas políticas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Classificação do Passivo como Circulantes ou Não Circulantes (alterações ao CPC26/IAS 1);
- IFRS 17: Contratos de Seguro e alterações à IFRS 17;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

04. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua subsidiária fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão inseridas nas seguintes notas explicativas:

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Consolidação - Nota explicativa 3.2: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida e determinação se a Companhia não tem influência significativa sobre a investida;
- (b) Reclassificação - Nota explicativa 3.4.3(b): determinação se a Companhia deve ou não reclassificar um passivo de não circulante para circulante;
- (c) Prazo do arrendamento - Nota explicativa 3.16: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (a) Reconhecimento de receita de construção – Nota explicativa 3.14(b): Estimativa da margem considerando a Resolução nº 072/2015 da Agência Reguladora que definiu pelo não reconhecimento da margem de construção na indenização de ativos prevista nos contratos de Concessão, pelos Municípios.
- (b) Reconhecimento de receita não faturada – Nota explicativa 3.14(a): Estimativa baseada na média de consumo.

Notas Explicativas

- (c) Provisão para perdas na realização de crédito – Nota explicativa 3.4.2: Mensuração de perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos contratuais.
- (d) Benefícios de planos de previdência complementar – Nota explicativa 3.12(a): Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; definição da taxa.
- (e) Impostos – Nota explicativa 3.11: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- (f) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros - Nota explicativa 3.8: Definição das principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- (g) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais - Nota explicativa 3.9: Definição das principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (h) Instrumentos financeiros mensurados a valor justo - Nota explicativa 3.4.1: Determinação do valor justo dos instrumentos patrimoniais.
- (i) Ativos financeiros e ativos intangíveis vinculados à concessão - Nota explicativa 3.4.2: Definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

A prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário se dá por meio de contratos de concessão e/ou os contratos de programa que são firmados com cada município, e normalmente têm a duração de 30 anos. Esses contratos são bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A área de abrangência da Companhia é o Estado de Minas Gerais.

A Companhia e sua subsidiária COPANOR possuíam 640 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 309 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário em 31 de dezembro de 2022 (640 e 310, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, 19 concessões encontravam-se vencidas e 2 com contratos judicialmente nulos, representando, em conjunto, 3,8% da receita total, cujos serviços continuam sendo prestados e faturados normalmente pela Companhia, atendendo ao princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos essenciais.

Os serviços são remunerados sobre a forma de tarifas. Conforme Lei Federal nº 11.445/2007, as revisões e/ou os reajustes das tarifas devem ser regulados, fiscalizados e autorizados por agência reguladora, no caso de Minas Gerais, a ARSAE-MG. O seu cálculo deve assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessionária e a preservação dos aspectos sociais dos serviços prestados.

O Reajuste Tarifário tem por objetivo compensar os efeitos inflacionários nos custos do prestador, em um determinado período. A Revisão Tarifária Periódica consiste na reavaliação das condições da prestação dos serviços e de mercado, com o estabelecimento de mecanismos tarifários de indução à eficiência e metas de expansão e qualidade dos serviços.

A ARSAE-MG aprovou em 06 de outubro de 2022, a alteração da data-base dos reajustes tarifários anuais da COPASA MG de 1º de agosto para 1º de janeiro, com compensação das perdas financeiras decorrentes dessa alteração, conforme previsto na Lei Estadual nº 18.309/2009.

A ARSAE-MG, através da Resolução ARSAE-MG173/2022, de 24 de novembro de 2022, autorizou a Companhia a aplicar novas tarifas, aos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário prestados, a partir de 01 de janeiro de 2023. O efeito tarifário médio, aplicado sobre as tarifas vigentes é de 15,70% (quinze inteiros e setenta centésimos por cento), por considerar também compensações relativas ao exercício anterior e outros componentes financeiros. A ARSAE MG manteve a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário sem qualquer diferenciação tarifária em razão da existência ou não de tratamento de esgoto coletado para cada usuário.

Notas Explicativas

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2022 o valor de R\$872.921 na controladora (R\$733.328 em 31 de dezembro de 2021) e R\$889.897 no Consolidado (R\$752.253 em 31 de dezembro de 2021) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Ativos financeiros - contratos de concessão de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	733.328	685.561	752.253	709.052
Transferência de (para) o intangível e imobilizado	83.661	(54.069)	81.301	(58.986)
Capitalização	56.624	102.298	57.035	102.649
Baixas	(700)	(509)	(700)	(509)
Outros	8	47	8	47
Saldo final	872.921	733.328	889.897	752.253

O novo Marco Legal

A Lei 14.026, de 15 de julho de 2020, incentivou uma abertura de mercado à medida que com o encerramento dos contratos de concessão e programa, passa-se a ser exigida licitação pelo Poder Concedente. Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033;
- Nacionalização da Regulação - competência para a ANA instituir normas de referência;
- Prestação regionalizada dos serviços.

Deste modo, a Lei 14.026/2020 trouxe uma série de obrigações vinculadas ao atendimento da universalização do saneamento, sob índices específicos, com abertura de mercado e data final de 31 de dezembro de 2033 para todas as companhias de saneamento no país e seus respectivos contratos.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados dentro do prazo final definido pela legislação. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia, conforme exigência do Decreto 10.710/2021.

Nesse sentido, a Administração da Companhia afirma que o Marco Legal não constitui fator de impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em caixa e bancos	19.679	29.789	19.949	30.056
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665
Total	1.091.080	1.279.469	1.122.299	1.309.721

Os recursos próprios da Companhia provenientes de sua atividade são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e debêntures compromissadas, títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 104,65% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (103,35% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

O CDI em 31 de dezembro de 2022 era de 13,65% a.a. (9,15% a.a. em 31 de dezembro de 2021). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 22.1(d)(ii).

Notas Explicativas

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato com prazo original de vencimento inferior a 90 dias e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de janeiro	1.249.680	759.912	1.279.665	778.665
Novas aplicações	4.657.431	5.624.768	4.711.334	5.695.214
Rendimentos	86.368	47.839	90.626	49.279
Resgates	(4.922.078)	(5.182.839)	(4.979.275)	(5.243.493)
Em 31 de dezembro	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665

07. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos até 30 dias	204.338	213.006	206.949	215.626
Vencidos de 31 até 60 dias	88.975	92.251	90.340	93.549
Vencidos de 61 até 90 dias	48.403	55.783	49.196	56.952
Vencidos de 91 até 180 dias	87.408	97.620	88.723	99.337
Vencidos de 181 até 360 dias	131.990	136.266	132.032	136.315
Vencidos acima de 360 dias	11.562	8.464	11.572	8.469
Vencidos - total	572.676	603.390	578.812	610.248
A vencer	312.557	274.905	316.015	277.820
Faturados	885.233	878.295	894.827	888.068
A faturar	408.253	387.246	411.899	390.626
Contas a receber de clientes ⁽¹⁾	1.293.486	1.265.541	1.306.726	1.278.694
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(218.414)	(239.177)	(220.156)	(241.146)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.075.072	1.026.364	1.086.570	1.037.548
Contas a receber de clientes circulante	1.040.394	989.272	1.051.607	1.000.456
Contas a receber de clientes não circulante	34.678	37.092	34.963	37.092

(1) Contempla as contas a receber do Estado de Minas Gerais, conforme detalhamento a seguir.:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Faturados	19.870	20.232
A faturar	11.192	10.248
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	31.062	30.480

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial	239.177	195.999	241.146	197.495
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Contas a receber de clientes baixadas no exercício como incobráveis	(222.698)	(178.238)	(227.205)	(182.502)
Saldo final	218.414	239.177	220.156	241.146

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do exercício como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

Notas Explicativas

A Companhia adota como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2.

A Companhia não reconhece provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais (EMG), acionista controlador, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de Termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. A Administração da Companhia avalia este assunto dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, o repasse dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento fica condicionado à quitação das faturas pela prefeitura cujos recursos também são destinados a esse fundo.

08. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures - não circulante (i)	61.033	65.853
Aplicação financeira vinculada - não circulante (ii)	71.706	77.228

- (i) Refere-se a depósito de valores monetários em fundos de investimentos, ora sob titularidade dos credores, que a Companhia constitui, no âmbito de seus contratos de financiamentos, empréstimos e debêntures. Também é dado em garantia cessão fiduciária de sua arrecadação que se caracteriza pela transferência aos credores da titularidade de parte de sua arrecadação, conforme tabela inserida na Nota Explicativa 22.1(d). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos estão classificados no ativo não circulante.
- (ii) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES. O valor de cada contrato é depositado em conta corrente específica e vinculada a cada contrato, denominada conta de despoluição de bacias hidrográficas, os valores são convertidos em cotas e aplicados no “Fundo de Investimento Caixa Despoluição de Bacias Hidrográficas Renda Fixa Longo Prazo” destinado única e exclusivamente ao objeto de cada contrato. A liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada para a COPASA MG em 12 parcelas trimestrais e sucessivas que poderão, a partir de plena operação e início da certificação da estação de tratamento do esgoto, ser sacadas desde que cumpridas as metas pactuadas na assinatura do contrato. Devido ao cumprimento parcial das metas, a Companhia mantém também esses recursos em seu passivo não circulante, em conta de depósito para obras (ver Nota Explicativa 14).

Já foram liberados recursos referentes aos contratos dos seguintes municípios:

- Carmo do Paranaíba - 03 (três) parcelas até o ano de 2020, totalizando R\$931 e 01 (uma) parcela em junho de 2022 no valor de R\$347, sendo o saldo remanescente de R\$2.923;
- Patos de Minas - 02 (duas) parcelas, em maio de 2021, no valor de R\$1.182 e em fevereiro de 2022, no valor de R\$1.239, sendo o saldo remanescente de R\$12.111; e
- Ibitaré - 01 (uma) parcela em dezembro de 2022, no valor de R\$821, sendo o saldo remanescente de R\$9.006.

Notas Explicativas

09. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos na subsidiária:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
COPANOR	202.181	(11.163)	54.179	245.197
Outros	260	-	-	260
Total	202.441	(11.163)	54.179	245.457
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
COPANOR	165.132	(12.691)	49.740	202.181
Outros	260	-	-	260
Total	165.392	(12.691)	49.740	202.441

- (i) A Controladora realizou integralização no valor de R\$54.179 no exercício de 2022, sendo R\$27.090 no 1º trimestre e R\$27.089 no 3º trimestre (R\$49.740 em 2021, sendo R\$25.945 no 1º trimestre e R\$23.795 no 3º trimestre de 2021), na COPANOR, cujos recursos permitirão realizar investimentos em obras de implantação, ampliação e manutenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Informações financeiras resumidas

	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo líquido
COPANOR							
2022	100%	47.723	216.393	18.476	443	245.197	(11.163)
2021	100%	46.127	184.968	28.168	746	202.181	(12.691)

10. Ativo de Contrato

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Adições	319.996	381.534	199.946	47.860	949.336
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	380	380
Baixas	(4.820)	(8.910)	(5)	-	(13.735)
Juros capitalizados	28.582	26.610	22.435	-	77.627
Transferências para o intangível	(147.614)	(138.421)	(46.537)	-	(332.572)
Transferências para o imobilizado	-	-	(48.471)	-	(48.471)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	701.177	778.910	410.116	167.232	2.057.435
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2022	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995
Adições	324.801	392.818	207.300	52.001	976.920
Reversão de provisão para material de obras	-	-	-	391	391
Baixas	(4.820)	(8.910)	(40)	-	(13.770)
Juros capitalizados	28.582	26.610	22.435	-	77.627
Transferências para o intangível	(153.185)	(157.181)	(47.415)	-	(357.781)
Transferências para o imobilizado	-	-	(48.561)	-	(48.561)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	716.824	802.395	422.146	182.456	2.123.821

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de			Estoque para obras	Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum		
Controladora:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	163.154	338.838	164.889	89.664	756.545
Adições	363.513	249.519	151.150	30.510	794.692
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(1.182)	(12.745)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.156)	(90.047)	(27.961)	-	(148.164)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.371)	-	(9.371)
Saldos em 31 dezembro de 2021	505.033	518.097	282.748	118.992	1.424.870
Consolidado:					
Saldos em 1º de janeiro de 2021	169.035	354.638	165.662	97.898	787.233
Adições	374.284	264.680	156.422	34.398	829.784
Baixas	(2.168)	(7.723)	(1.672)	(2.232)	(13.795)
Juros capitalizados	10.690	27.510	5.713	-	43.913
Transferências para o intangível	(30.395)	(90.047)	(28.303)	-	(148.745)
Transferências para o imobilizado	-	-	(9.395)	-	(9.395)
Saldos em 31 dezembro de 2021	521.446	549.058	288.427	130.064	1.488.995

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as adições, no montante de R\$949.336 na controladora (R\$794.692 em 31 de dezembro de 2021) e R\$976.920 no consolidado (R\$829.784 em 31 de dezembro de 2021) referem-se, principalmente, a obras de implantação dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Juatuba, Montes Claros, Paracatu e Santa Luzia, e implantação dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Conselheiro Lafaiete, Januária, Nova Lima, Ribeirão das Neves, Sabará, Sistema Integrado Coronel Fabriciano/Timóteo, Sarzedo, Três Marias e Ubá.

11. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	4.142.742	(2.661.099)	1.481.643	4.052.841	(2.523.726)	1.529.115
Esgotamento sanitário	6.347.712	(2.977.932)	3.369.780	6.178.869	(2.688.220)	3.490.649
Sistemas de uso comum	1.126.596	(917.516)	209.080	1.028.145	(852.874)	175.271
Direitos de uso	649.105	(317.097)	332.008	610.228	(287.791)	322.437
Outros ativos intangíveis	136.580	(31.773)	104.807	101.996	(26.706)	75.290
Total do intangível	12.402.735	(6.905.417)	5.497.318	11.972.079	(6.379.317)	5.592.762
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	4.196.048	(2.667.334)	1.528.714	4.096.321	(2.527.730)	1.568.591
Esgotamento sanitário	6.423.565	(2.986.089)	3.437.476	6.232.932	(2.693.578)	3.539.354
Sistemas de uso comum	1.144.469	(924.699)	219.770	1.042.101	(857.083)	185.018
Direitos de uso	649.266	(317.232)	332.034	610.377	(287.896)	322.481
Outros ativos intangíveis	137.497	(31.864)	105.633	102.573	(26.750)	75.823
Total do intangível	12.550.845	(6.927.218)	5.623.627	12.084.304	(6.393.037)	5.691.267

Notas Explicativas

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Adições	35.088	60.798	68.666	37.571	933	203.056
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(151.191)	(290.808)	(65.092)	(29.337)	(5.747)	(542.175)
Transferências de (para) ativo financeiro	(39.803)	(28.201)	(13.925)	65	(1.921)	(83.785)
Transferência entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	353	11	(932)	(2.404)
Transferências do ativo de contrato	112.383	137.817	43.921	1.261	37.190	332.572
Outros	2	(2)	(69)	-	(6)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.481.643	3.369.780	209.080	332.008	104.807	5.497.318
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267
Adições	38.360	62.739	71.335	37.583	1.376	211.393
Baixas	(2.588)	-	(45)	-	-	(2.633)
Amortização	(153.422)	(293.606)	(68.071)	(29.367)	(5.793)	(550.259)
Transferências de (para) ativo financeiro	(38.820)	(27.112)	(13.530)	65	(2.028)	(81.425)
Transferências entre intangível e imobilizado	(1.363)	(473)	337	11	(932)	(2.420)
Transferência de ativos de contratos	117.954	156.577	44.796	1.261	37.193	357.781
Outros	2	(3)	(70)	-	(6)	(77)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.528.714	3.437.476	219.770	332.034	105.633	5.623.627

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi a seguinte:

	Sistemas de			Direitos de uso	Outros	Total
	Água	Esgotamento sanitário	Uso comum ⁽¹⁾			
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.626.089	3.646.795	165.590	324.883	104.127	5.867.484
Adições	26.652	49.338	45.353	25.613	1.000	147.956
Baixas	(2.742)	(471)	(117)	-	(15)	(3.345)
Amortização	(181.987)	(309.726)	(57.715)	(28.172)	(8.685)	(586.285)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	34.024	15.873	3.225	40	590	53.752
Transferência entre intangível e imobilizado	(3.732)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.907)
Transferências do ativo de contrato	30.830	89.018	16.578	2	11.736	148.164
Outros	(19)	(2)	(37)	3	(2)	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.529.115	3.490.649	175.271	322.437	75.290	5.592.762
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.664.038	3.692.654	172.738	324.958	104.526	5.958.914
Adições	28.488	50.577	50.115	25.613	1.358	156.151
Baixas	(2.742)	(471)	(147)	-	(15)	(3.375)
Amortização	(184.038)	(312.302)	(59.812)	(28.201)	(8.708)	(593.061)
Transferências do ativo financeiro ⁽²⁾	35.029	20.056	3.157	40	387	58.669
Transferências entre intangível e imobilizado	(3.544)	(176)	2.394	68	(33.461)	(34.719)
Transferência de ativos de contratos	31.380	89.018	16.609	2	11.736	148.745
Outros	(20)	(2)	(36)	1	-	(57)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.568.591	3.539.354	185.018	322.481	75.823	5.691.267

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado "sistemas de uso comum".

⁽²⁾ As transferências do ativo financeiro referem-se basicamente a incorporação de obras finalizadas no exercício.

Notas Explicativas

A amortização foi apropriada ao resultado do exercício, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços prestados	537.440	581.197	545.492	587.943
Despesas com vendas	525	540	525	540
Despesas administrativas	4.210	4.548	4.242	4.578
Total	542.175	586.285	550.259	593.061

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Sistemas de água	4,97%	5,14%	5,17%	5,13%
Esgotamento sanitário	5,08%	5,28%	5,21%	5,27%
Sistemas de uso comum	19,39%	19,32%	21,62%	19,23%
Direitos de uso	5,79%	6,36%	5,82%	6,36%
Outros ativos intangíveis	4,98%	3,80%	5,09%	3,80%

Teste de Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Vida Longa

A Companhia elaborou estudo técnico de teste de *impairment*, com o objetivo de assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso. Esse estudo baseou-se nos dados do ano de 2022, com projeção de todas as variáveis de produção, faturamento, economias atendidas, custos, despesas e investimentos para os próximos 30 anos. O resultado demonstrou que não há necessidade de registro de provisão para perda (*impairment*) de ativos de vida longa.

A Companhia entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), pois seus segmentos são entrelaçados e interdependentes para geração de receita. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados, a serem gerados pelo uso contínuo da UGC.

O EBITDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração as premissas de crescimento do negócio, projetadas conforme Estratégias da Companhia. As principais premissas foram:

- Evolução da receita conforme tarifa atual e volume faturado projetado em função do crescimento de volume consumido decorrente das ações e investimentos planejados para os próximos cinco anos, para atingimento das metas de universalização, conforme preconiza o Novo Marco do Saneamento. Com as premissas adotadas, obteve-se um crescimento médio de 8% ao ano até 2027, principalmente com o reflexo do efeito dos investimentos do período 2022 a 2025 na Base de Ativos Regulatória (BAR) a ser remunerada no próximo ciclo de Revisão Tarifária. Nos demais anos, o crescimento projetado foi apenas em função de crescimento vegetativo para atendimento ao crescimento populacional orgânico dos municípios operados.
- Custos e despesas: custos com material de tratamento e energia elétrica estimados com variação proporcional às taxas de crescimento de economias atendidas para ampliação da cobertura a partir dos investimentos projetados até 2027 e crescimento vegetativo nos demais anos.
- Preços foram mantidos constantes.

Mudanças razoavelmente possíveis, de +10% ou -10% na data do balanço em cada uma das premissas relevantes, não teriam afetado o cálculo e consequentemente não resultaria em *impairment*.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/12/2022				31/12/2021		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	13,84%	684.904	(541.141)	143.763	594.208	(516.287)	77.921
Veículos	24,02%	82.553	(80.223)	2.330	85.009	(78.933)	6.076
Outros	-	31.490	(231)	31.259	31.485	(210)	31.275
		798.947	(621.595)	177.352	710.702	(595.430)	115.272
Terrenos e edificações	4,52%	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852
Total do imobilizado - em operação		4.216.100	(2.748.704)	1.467.396	4.082.619	(2.612.495)	1.470.124
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,72%	689.775	(542.450)	147.325	598.218	(516.972)	81.246
Veículos	24,74%	85.648	(80.453)	5.195	85.104	(78.943)	6.161
Outros	-	31.490	(231)	31.259	31.485	(211)	31.274
		806.913	(623.134)	183.779	714.807	(596.126)	118.681
Terrenos e edificações	4,52%	3.417.153	(2.127.109)	1.290.044	3.371.917	(2.017.065)	1.354.852
Total do imobilizado - em operação		4.224.066	(2.750.243)	1.473.823	4.086.724	(2.613.191)	1.473.533

A movimentação no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Adições	75.086	45	-	-	75.131
Baixas	(315)	(8)	-	-	(323)
Depreciação	(23.534)	(3.793)	-	(101.256)	(128.583)
Transferência do ativo de contratos	12.107	8	5	36.351	48.471
Transferências entre intangível e imobilizado	2.346	-	-	58	2.404
Transferências para Ativo Financeiro	82	-	-	42	124
Outros	70	2	(21)	(3)	48
Saldos em 31 de dezembro de 2022	143.763	2.330	31.259	1.290.044	1.467.396
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533
Adições	75.838	3.044	-	-	78.882
Baixas	(315)	(8)	-	-	(323)
Depreciação	(24.155)	(4.012)	-	(101.256)	(129.423)
Transferência de ativos de contratos	12.197	8	5	36.351	48.561
Transferências entre intangível e imobilizado	2.362	-	-	58	2.420
Transferências para Ativo Financeiro	82	-	-	42	124
Outros	70	2	(20)	(3)	49
Saldos em 31 de dezembro de 2022	147.325	5.195	31.259	1.290.044	1.473.823

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	62.216	9.611	31.186	1.415.966	1.518.979
Adições	28.876	21	-	-	28.897
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.367)	(3.798)	(18)	(97.804)	(121.987)
Transferência do ativo de contratos	6.015	215	107	3.034	9.371
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.532	34.907
Transferências para Ativo Financeiro	243	9	-	65	317
Outros	2	-	-	59	61
Saldos em 31 dezembro de 2021	77.921	6.076	31.275	1.354.852	1.470.124
Consolidado:					
Saldos em 31 dezembro de 2020	63.688	9.618	31.187	1.416.159	1.520.652
Adições	31.080	103	-	-	31.183
Baixas	(395)	(26)	-	-	(421)
Depreciação	(20.742)	(3.802)	(18)	(97.809)	(122.371)
Transferência de ativos de contratos	6.038	215	107	3.035	9.395
Transferências entre intangível e imobilizado	1.331	44	-	33.344	34.719
Transferências para Ativo Financeiro	243	9	-	65	317
Outros	3	-	(2)	58	59
Saldos em 31 dezembro de 2021	81.246	6.161	31.274	1.354.852	1.473.533

A depreciação foi apropriada ao resultado do exercício, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo dos serviços prestados	113.891	108.783	114.719	109.165
Despesas com vendas	4.090	3.603	4.096	3.605
Despesas administrativas	10.602	9.601	10.608	9.601
Total	128.583	121.987	129.423	122.371

13. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram R\$96.779 (R\$86.058 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	260.985	306.226
Atualização	23.737	14.981
Amortização	(25.464)	(54.028)
Juros pagos	(15.655)	(6.194)
Saldo final	243.603	260.985
Passivo circulante	36.792	52.331
Passivo não circulante	206.811	208.654

Notas Explicativas**14. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e obrigações diversas**

(a) Ativo circulante:

Os impostos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPF a compensar	2.463	3.759	3.109	3.943
IRPJ a compensar/saldo negativo	61.041	33.536	61.044	33.538
CSLL a compensar/saldo negativo	20.973	5.505	20.973	5.505
Recuperação de créditos PIS/COFINS	5.707	57.206	5.707	57.302
Outros Tributos a Recuperar	141	562	156	594
Total	90.325	100.568	90.989	100.882

Os impostos a recuperar referem-se ao maior saldo negativo de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2022 ocasionado, principalmente, pela alteração do percentual de distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) em dezembro de 2022 para 50%. Em 2021, essa alteração no percentual foi aprovada em setembro. Além disso, a recuperação de créditos tributários (PIS e COFINS), reconhecida em 2021, foi realizada ao longo de 2022.

(b) Passivo circulante:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais e trabalhistas são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS	27.267	24.236	27.772	24.879
COFINS	25.548	25.241	25.634	26.168
PIS	5.505	5.360	5.522	5.561
IR	28.437	10.454	28.470	10.482
FGTS	5.513	4.680	5.634	4.809
Outros	5.855	5.129	5.944	5.179
Passivo circulante	98.125	75.100	98.976	77.078

As obrigações diversas são assim compostas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações diversas				
Depósito para obras (i)	55.429	60.814	55.429	60.814
Salários a pagar (ii)	1.629	180.170	1.639	180.655
Programa de Desligamento Voluntário				
Incentivado - PDVI (iii)	-	86.705	-	86.705
Devolução de tarifas – ARSAE (iv)	51.567	99.558	51.567	99.558
Outros	54.890	63.242	55.227	63.716
Total	163.515	490.489	163.862	491.448
Passivo circulante	84.001	375.390	84.348	376.349
Passivo não circulante	79.514	115.099	79.514	115.099

(i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES (ver Nota Explicativa 8).

(ii) A variação de salários a pagar apresentada deve-se ao pagamento de valores advindos do Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2019/2022.

(iii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em junho de 2021, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 1.098 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de outubro de 2021, apresentando a seguinte movimentação:

Notas Explicativas

Controladora / Consolidado					
PDVI	Provisão em setembro de 2021	Pagamentos até 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos / estornos em 2022 ⁽¹⁾	Saldo em 31/12/2022
Valor	152.171	65.466	86.705	86.705	-
Quantidade Empregados	1.098	492	606	603	-
Passivo Circulante			86.705		-

⁽¹⁾ Foram pagos R\$80.734, estornados R\$5.971 e canceladas 3 (três) adesões.

(iv) A Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – ARSAE MG, determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos, entendidos pela Administração como de probabilidade de perda provável, e, por este motivo, provisionados:

- Em setembro de 2019, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 005/2019 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente no Município de Belo Horizonte, referentes a Esgoto Dinâmico com Coleta e Tratamento – EDT. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. Em julho de 2021, foi emitida a Decisão ARSAE 066/21, determinando a devolução dos valores aos clientes, conforme Fato Relevante divulgado em 26 de julho de 2021. Em agosto de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida, conforme Comunicado ao Mercado divulgado no dia 8 de setembro de 2021. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$125.817. As devoluções foram iniciadas em setembro de 2021.
- Em 2021, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo 028/21, para apurar possíveis ajustes quanto à sistemática adotada pela COPASA para cálculo de valor faturado, em mês posterior ao faturamento pela média, no período de janeiro a julho de 2020. A COPASA MG apresentou recurso no processo, porém sem êxito. A ARSAE MG deliberou pela devolução de valores aos clientes. A Administração da Companhia autorizou a devolução dos valores apontados, de forma simples e corrigida, no valor total de R\$12.028, cuja devolução iniciou em outubro de 2021.
- Em 2021, a ARSAE MG instaurou o Processo Administrativo nº 041/2021 para a apuração de indícios de valores cobrados indevidamente referente aos serviços de esgotamento sanitário da Bacia do Onça e adjacências, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. A COPASA MG ajuizou recurso no processo acerca da devolução em dobro, acrescida de juros. Em maio de 2021, a Administração da Companhia autorizou o início das devoluções, de forma simples e corrigida. Após a identificação dos usuários com direito à devolução, a Companhia apurou que o valor total das devoluções é de R\$6.153. Foram registrados R\$5.002 a título de principal em “Outras Despesas Operacionais” e R\$1.151 de juros e correção monetária em “Despesas Financeiras”.

A Companhia identificou todos os clientes afetados aos processos mencionados e registrou o valor exato a ser devolvido a cada um, por intermédio de crédito (desconto) nas faturas, sendo que no exercício findo de 31 dezembro de 2022, as devoluções foram de R\$62.030. A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

Notas Explicativas

Controladora / Consolidado						
Processos	Saldo a devolver inicial	Incremento de provisão	Devoluções realizadas			Saldo a devolver final
			Valor principal	Juros e correção	Total devolvido	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022						
005/2019	94.073	7.886	34.380	23.765	58.145	43.814
028/2021	5.485	-	1.417	636	2.053	3.432
041/2021	-	6.153	1.758	74	1.832	4.321
	<u>99.558</u>	<u>14.039</u>	<u>37.555</u>	<u>24.475</u>	<u>62.030</u>	<u>51.567</u>
			Passivo circulante			50.266
			Passivo não circulante			1.301
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021						
005/2019	125.817	-	19.804	11.940	31.744	94.073
028/2021	12.028	-	4.082	2.461	6.543	5.485
	<u>137.845</u>	<u>-</u>	<u>23.886</u>	<u>14.401</u>	<u>38.287</u>	<u>99.558</u>
			Passivo circulante			71.442
			Passivo não circulante			28.116

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$4.139.920 em 31 de dezembro de 2022 (R\$3.985.344 em 31 de dezembro de 2021), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 10,85% ao ano para a Controladora e o Consolidado (8,0% a.a. em 31 de dezembro de 2021 para a Controladora e o Consolidado).

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
Financiamentos - FGTS	43.266	38.120
Empréstimos	41.047	69.601
Finame	4.198	12.500
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	61.817	70.094
Empréstimos bancários e financiamentos	150.328	190.315
Debêntures	790.543	609.822
Total circulante	940.871	800.137
Não circulante		
Financiamentos - FGTS	671.489	648.923
Empréstimos	16.962	57.393
Finame	3.315	7.496
Financiamentos em moeda estrangeira ⁽ⁱ⁾	134.843	164.267
Empréstimos bancários e financiamentos	826.609	878.079
Debêntures	2.372.440	2.307.128
Total não circulante	3.199.049	3.185.207
Total circulante e não circulante	4.139.920	3.985.344

⁽ⁱ⁾ Inclui custo de captação de empréstimos disponibilizado à COPASA MG.

(a) Empréstimos e financiamentos

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Saldo inicial	1.068.394	1.273.997
Ingressos de empréstimos e financiamentos	103.456	145.164
Encargos provisionados	66.383	71.470
Variação monetária e cambial	(15.706)	3.837
Amortização de encargos	(66.565)	(73.001)
Amortização de principal	(179.282)	(353.330)
Amortização do custo de captação	257	257
Saldo final	976.937	1.068.394
Passivo circulante	150.328	190.315
Passivo não circulante	826.609	878.079

Notas Explicativas

Os montantes registrados no passivo não circulante referente a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	154.247
2024	107.258	96.534
2025	96.965	55.789
2026	55.410	53.316
2027 até 2042	569.471	520.945
Custo de captação	(2.495)	(2.752)
Total	826.609	878.079

Em 31 de dezembro de 2022, os valores contábeis dos empréstimos da Companhia em moeda estrangeira totalizam R\$196.660, em euros, excluídos os custos de captação (R\$234.361, em euros, em 31 de dezembro de 2021).

Controladora / Consolidado				
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS	TR + 8,50%	16/01/2043	714.755	687.043
Empréstimo	TJLP + 1,55% a 1,73%	15/05/2025	58.009	126.994
Finame	2,5% a 8,7%	15/01/2025	7.513	19.996
			780.277	834.033
Em moeda Estrangeira (euro):				
Financiamento	2,07%	20/12/2023	-	140.567
Financiamento	1,41%	15/05/2034	143.695	33.588
Financiamento	Euribor + 0,55%	20/09/2033	55.717	63.214
			199.412	237.369
Custo de captação			(2.752)	(3.008)
			196.660	234.361
Empréstimos e financiamentos			976.937	1.068.394

(b) Debêntures

A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado				
Indexador + Juros (a.a.)		Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
Subscrição 4ª emissão				
1ª	TJLP + 1,55%	15/07/2022	-	15.497
2ª	IPCA + 9,05%	15/08/2022	-	54.147
3ª	TJLP + 1,55%	15/07/2022	-	20.519
Total 4ª emissão			-	90.163
Subscrição 5ª emissão				
Série única	TR + 9,00%	01/09/2031	154.146	171.559
Total 5ª emissão			154.146	171.559
Subscrição 8ª emissão				
1ª	TJLP + 1,87%	15/06/2028	45.298	53.125
2ª	IPCA + 8,18%	15/06/2028	27.008	30.154
Total 8ª emissão			72.306	83.279
Subscrição 11ª emissão				
1ª	TJLP + 2,62%	15/01/2031	114.292	110.517
2ª	IPCA + 8,85%	15/01/2031	63.446	59.714
Total 11ª emissão			177.738	170.231
Subscrição 12ª emissão				
1ª	IPCA + 5,06%	15/01/2024	125.126	196.961
2ª	IPCA + 5,27%	15/01/2026	94.289	101.775
Total 12ª emissão			219.415	298.736
Subscrição 13ª emissão				

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil 31/12/2022	Valor contábil 31/12/2021
2ª	110% do CDI	15/07/2023	287.994	557.276
3ª	IPCA + 6,50%	15/07/2025	88.392	83.487
Total 13ª emissão			376.386	640.763
Subscrição 14ª emissão				
1ª	106,15% do CDI	15/06/2024	28.532	47.330
2ª	IPCA + 4,30%	15/06/2026	154.153	166.386
Total 14ª emissão			182.685	213.716
Subscrição 15ª emissão				
Série única	CDI + 1,75%	16/12/2025	464.207	502.295
Total 15ª emissão			464.207	502.295
Subscrição 16ª emissão				
1ª	IPCA + 5,23%	15/09/2031	269.454	253.977
2ª	CDI + 1,30%	15/09/2026	509.315	508.621
Total 16ª emissão			778.769	762.598
Subscrição 17ª emissão				
1ª	CDI + 1,30%	16/12/2029	753.362	-
Total 17ª emissão			753.362	-
Total de debêntures			3.179.014	2.933.340
Custo de captação			(16.031)	(16.390)
Total			3.162.983	2.916.950

A Companhia contratou, em setembro de 2021 e dezembro de 2022, operações de crédito de longo prazo, por meio da 16ª e 17ª Emissão de Debêntures respectivamente, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sob regime de garantia firme com base na Instrução CVM nº 476/2009, no montante de R\$750.000 cada.

A previsão é a de que esses recursos sejam destinados à execução de parte do programa de investimentos da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.916.950	2.507.144
Ingressos de debêntures	772.546	750.000
Encargos provisionados	267.756	148.461
Variação monetária	54.182	81.314
Amortização de encargos	(265.542)	(134.631)
Amortização de principal	(583.268)	(426.264)
Custo de captação	(3.443)	(11.659)
Amortização do custo de captação	3.802	2.585
Saldo final	3.162.983	2.916.950
Passivo circulante	790.543	609.822
Passivo não circulante	2.372.440	2.307.128

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 08, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 22.1(e). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	739.763
2024	544.525	531.327
2025	538.249	483.206
2026	414.071	230.227
2027 até 2031	887.389	335.026
Custo de captação	(11.794)	(12.421)
Total	2.372.440	2.307.128

Notas Explicativas

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distintas, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

A Companhia, vem cumprindo todos os *covenants* estabelecidos, ou obtendo dos credores a necessária autorização para dispensa de cumprimento das cláusulas restritivas previstas nos instrumentos contratuais.

***Covenants* não financeiros - 31 de dezembro de 2021:**

Além das garantias financeiras prestadas aos credores, no âmbito de suas dívidas constituídas, a Companhia vem cumprindo obrigações não financeiras específicas e particulares para cada um dos contratos.

As escrituras de debêntures preveem que constitui um Evento de Inadimplemento, que pode acarretar o vencimento antecipado das obrigações delas decorrentes, a decisão desfavorável de 2º (segundo) grau em processos judiciais cujo valor seja superior a R\$50 milhões para 12ª, 13ª, 14ª e 15ª emissões e R\$75 milhões para a 16ª emissão (*covenants* não financeiros).

Conforme noticiado em Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2021, em função das decisões em relação a processo trabalhista ajuizado em 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia e referente à rescisão de contratos de trabalho em virtude da aplicação de extinta política de desligamentos, a COPASA MG entendeu por rever o valor do provisionamento, tendo aumentado a provisão para esse processo em cerca de R\$217.356 em 31 de dezembro de 2021 (ver Nota Explicativa 16.a.ii).

Para obtenção da renúncia dos credores aos respectivos direitos contratuais, em dezembro de 2021 foi iniciado o processo de pedido de *waiver* junto aos agentes financeiros, apresentando propostas de equacionamento, de modo que a Companhia pudesse seguir implementando seu plano de investimentos, o desenvolvimento empresarial e operacional, bem como o pleno cumprimento dos compromissos dos próximos anos.

Desta forma, a Companhia, em Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas nos dias 10 de março de 2022 para as 13ª, 14ª, 15ª e 16ª emissões e em 21 de março de 2022 para a 12ª emissão, obteve a dispensa do cumprimento do inadimplemento contratual (*waiver*), assumindo o pagamento de prêmio (*waiver fee*) aos debenturistas de 0,10% ao ano, sobre o saldo devedor, calculado na data de pagamento. Considerando as ações tomadas pela Companhia, que resultaram na efetiva obtenção dos *waivers*, as dívidas em 31 de dezembro de 2021 não eram exigíveis no curto prazo, sendo assim as referidas dívidas permaneceram classificadas no passivo não circulante (ver Nota Explicativa 2.1).

16. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controlador:						
Cíveis	120.546	(6.065)	114.481	96.435	(5.710)	90.725
Trabalhistas	297.104	(13.225)	283.879	304.087	(14.045)	290.042
Tributárias	1.848	(3.460)	(1.612)	1.736	(5.140)	(3.404)
Total	419.498	(22.750)	396.748	402.258	(24.895)	377.363

Notas Explicativas

	31/12/2022			31/12/2021		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Cíveis	120.999	(6.065)	114.934	97.164	(5.710)	91.454
Trabalhistas	297.219	(13.301)	283.918	304.152	(14.081)	290.071
Tributárias	1.848	(3.460)	(1.612)	1.736	(5.140)	(3.404)
Total	420.066	(22.826)	397.240	403.052	(24.931)	378.121

A movimentação do exercício de 2022 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021, antes da compensação de depósitos judiciais	402.258	403.052
Adições ⁽ⁱ⁾	55.927	56.532
Atualizações	44.740	44.843
Reversões	(37.420)	(38.102)
Baixas	(46.007)	(46.258)
Total provisões	419.498	420.067
Compensação de depósitos judiciais	(22.750)	(22.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	396.748	397.240

⁽ⁱ⁾ Estão incluídos os juros e variações monetárias sobre as provisões judiciais, no valor de R\$44.397 registrados em despesas financeiras.

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a Companhia e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito do Fórum de Contingências da COPASA MG. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$55.927, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributária, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$11.874, cíveis de R\$44.045 e tributário no valor de R\$8, detalhados os principais processos nos itens (i) Provisões Cíveis e (ii) Provisões Trabalhistas, abaixo.
2. Atualizações de processos no valor de R\$44.740, sendo R\$19.818 trabalhistas, R\$24.818 cíveis e R\$104 tributários.
3. Reversões no valor de R\$37.420, sendo a reversão de R\$27.026 de processos trabalhistas, R\$10.395 de processos cíveis.
4. Baixas no valor de R\$46.007 pulverizadas em ações trabalhistas e cíveis.

A movimentação do exercício de 2021 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020, antes da compensação de depósitos judiciais	150.719	151.281
Adições	265.535	266.028
Atualizações	13.600	13.680
Reversões	(14.532)	(14.862)
Baixas	(13.064)	(13.075)
Total provisões	402.258	403.052
Compensação de depósitos judiciais	(24.895)	(24.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377.363	378.121

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

Notas Explicativas

(i) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicidade. A COPASA MG estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

1. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2005, ação de indenização por danos ambientais causados à Lagoa Central no Município de Lagoa Santa, sendo a COPASA MG condenada a pagar a referida indenização. Foi realizado acordo judicial para pagamento da indenização de forma parcelada e extinção do cumprimento de sentença. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$18.837 (R\$10.923 em 31 de dezembro de 2021).

2. O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a devolução simples aos usuários, dos valores relativos ao reajuste de março de 2003 sob o fundamento de que os referidos valores foram cobrados no mesmo mês em que o reajuste foi autorizado quando deveriam ter sido aplicados 30 dias decorridos do prazo autorizado. A ação teve decisão desfavorável para a COPASA MG e encontra-se em fase de liquidação de sentença, aguardando realização de perícia judicial. A Companhia efetuou provisionamento com vistas à proposição de acordo judicial objetivando a finalização da ação. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.012 (R\$18.883 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Provisões trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa. A Companhia provisiona as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

Há uma ação trabalhista coletiva, movida em 2008 pelo Sindágua, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. O Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais (MPT-MG) ajuizou a ação questionando a legalidade do referido programa.

Em 19 de dezembro de 2008, a ação ajuizada pelo Sindágua foi julgada improcedente em 1ª instância. O MPT-MG opôs embargos de declaração contra essa decisão. No julgamento dos embargos de declaração foi determinada a reunião dos 2 (dois) processos para julgamento e tramitação conjunta e, no mérito, foram rejeitados os embargos de declaração. Sindágua e MPT-MG interpuseram recurso contra essa decisão. O Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) deu parcial provimento aos recursos para condenar a Companhia na obrigação de reintegrar todos os empregados dispensados com base na referida política, bem como a pagar salários vencidos e vincendos, sob pena de multa diária de R\$500,00. A COPASA MG interpôs recurso contra essa decisão que foi rejeitado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Contra essa decisão, a Companhia interpôs o recurso extraordinário, cujo seguimento foi negado pelo TST. Para dar prosseguimento ao recurso extraordinário, interpôs Agravo Interno, cujo seguimento também foi negado.

Em 18 de junho de 2019, a Companhia apresentou Reclamação Constitucional ao Supremo Tribunal Federal (STF), sendo emitida decisão favorável à COPASA MG, em 21 de novembro de 2019. No entanto, o STF reviu sua decisão, resultando na validade do acórdão do TRT-MG, que condenou a COPASA MG. A Companhia interpôs Agravo Regimental na Reclamação, que foi rejeitado, com decisão publicada em 01 de dezembro de 2021.

Em 07 de dezembro de 2021, a Companhia interpôs Embargos de Declaração sobre a decisão, por entendê-la omissa. Sendo assim, o TRT-MG determinou o retorno da ação trabalhista para a 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte para início da fase de execução, em 10 de dezembro de 2021.

Considerando as referidas decisões judiciais, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento, ainda que não tenha sido liquidado o valor da condenação na referida ação. Para tanto, realizou cálculos

Notas Explicativas

preliminares, efetivados sob diretrizes e fundamentos jurídicos postos pelos advogados contratados para a condução do processo, e em atenção às melhores práticas contábeis. No exercício de 2022, o valor provisionado foi aumentado em R\$18.263, sendo registrados R\$1.579 em “outras despesas operacionais” e R\$16.684 de juros de mora e atualização monetária em “despesas financeiras” (R\$217.356 no exercício de 2021, sendo o valor principal de R\$110.324 registrado em “outras despesas operacionais” e de juros de mora e de atualização monetária no valor total de R\$107.032 registrados em “despesas financeiras”).

Em 21 de fevereiro de 2022, com o retorno da ação principal o Juízo da 24ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte iniciou o procedimento de liquidação, determinando a juntada de documentos.

Enquanto isso, no STF, foi negado provimento aos embargos de declaração opostos, com decisão em 03 de março de 2022 pela 2ª Turma do STF; nesta mesma data a Companhia juntou a exceção de pré-executividade nos autos principais e está aguardando o julgamento.

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia ajuizou a ação rescisória visando invalidar o acórdão da 5ª Turma do TRT-MG, com pedido de liminar para suspender a tramitação dos autos principais, até o julgamento do mérito da rescisória. Em 03 de maio de 2022, a 2ª Seção de Dissídios Individuais do TRT-MG deferiu o pedido de liminar da ação rescisória, e determinou a suspensão da tramitação dos autos principais. A execução dos autos principais foi suspensa em 04 de maio de 2022. A ação rescisória está aguardando julgamento.

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A COPASA MG discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cível (i)	483.090	379.276	491.494	386.444
Trabalhista (ii)	58.462	54.255	58.896	54.503
Tributária (iii)	91.371	13.612	91.395	13.611
Ambiental	2.490	1.029	2.490	1.029
Total	635.413	448.172	644.275	455.587

(i) Cível

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser divididas em:

Ações individuais

A Companhia e sua Controlada são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de sua Controlada.

A ação principal individual e com montante relevante é a Ação de Indenização ajuizada por Mecnorte Construções e Empreendimentos Ltda. Em 2021, na qual alega desequilíbrio econômico-financeiro em contratos de empreitada firmados com a COPASA MG, que tinham por objeto a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água e do Sistema de Esgotamento Sanitário de Teófilo Otoni. A ação foi precedida de

Notas Explicativas

perícia técnica que apurou o valor atribuído à causa. Aguarda-se homologação da perícia judicial. O valor da ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$46.467 o prognóstico de perda atual é “possível”.

Ações coletivas

1. A Companhia é parte em ações cíveis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Alpinópolis, Andradas, Araçuaí, Barbacena, Betim, Bom Despacho, Cabo Verde, Campina Verde, Cataguases, Confins, Congonhas, Curvelo, Delfinópolis, Divinópolis, Extrema, Fronteira, Guaxupé, Guidoal, Igaratinga, João Pinheiro, Lagoa Santa, Luz, Mirabela, Mirai, Nanuque, Nova Serrana, Paracatu, Patos de Minas, Pirapetinga, Ribeirão das Neves, Sabará, São Roque de Minas, São Sebastião do Paraíso, Três Marias, Vazante e Visconde do Rio Branco. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.
2. Ação Civil Pública ajuizada pelo Município de Coronel Fabriciano, em 2020, sob o argumento de que não estaria havendo o cumprimento de todas as obrigações contratuais pela Companhia, pois não haveria o tratamento da integralidade do esgoto produzido na sede municipal. Além disso, o não tratamento do esgoto sanitário teria causado dano ambiental. Em razão desses fatos, o Município pretende a condenação da COPASA a não cobrar tarifa de esgoto ou a cobrá-la em valor proporcionalmente reduzido até que a integralidade do esgoto seja tratado; a pagar multa a título indenizatório ao Município de Coronel Fabriciano pelo suposto descumprimento de cláusulas do Contrato de Concessão; a devolver os valores cobrados a título de tarifa de esgoto aos usuários; a implantar a totalidade do tratamento de esgoto no Município; a pagar indenização por dano moral coletivo. A tutela antecipada foi indeferida em razão da ausência de urgência na apreciação dos pedidos e na incidência da jurisprudência dominante acerca da possibilidade de cobrança da tarifa de esgotamento sanitário pelos serviços prestados. Em sede de defesa, a COPASA MG apresentou Contestação, aduzindo, dentro outros argumentos, que não houve descumprimento contratual, pois, o serviço de esgotamento sanitário atende a mais de 108 mil habitantes já estão em execução as obras de interligação ao Sistema Integrado com o Município de Timóteo, sendo que metade da população já é atendida por esse Sistema. O valor da ação em 31 de dezembro de 2022 é de R\$6.110 (R\$5.766 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia tem responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a danos morais e materiais em razão de doença ocupacional ou acidente de trabalho, horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, sobreaviso, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos de demissão por justa causa, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os processos trabalhistas são, inicialmente, classificados como de perda possível e, periodicamente, a classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões proferidas em cada uma das fases do andamento processual.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia é acionada pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

O aumento do valor não provisionado no exercício 2022 foi decorrente do ajuizamento de ações executivas por alguns municípios, pretendendo a cobrança de créditos decorrentes de autos de infração administrativos. Tais processos estão em fase inicial, havendo tese jurídica relevante para a desconstituição do crédito, razão pela qual o prognóstico de perda atual é “possível”.

Notas Explicativas**17. Imposto de Renda e Contribuição Social**

(a) Imposto de renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	1.045.954	654.449	1.045.954	654.449
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(355.624)	(222.513)	(355.624)	(222.513)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões -				
Equivalência patrimonial	(3.795)	(4.315)	-	-
Doações e subvenções	818	402	818	402
Outras (adições) /exclusões	(1.819)	8.898	(5.614)	4.583
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	132.976	76.602	132.976	76.602
Incentivos fiscais	24.852	24.064	24.852	24.064
IRPJ e CSLL	(202.592)	(116.862)	(202.592)	(116.862)
IRPJ e CSLL correntes	(126.952)	(257.505)	(126.952)	(257.505)
IRPJ e CSLL diferidos	(75.640)	140.643	(75.640)	140.643
IRPJ e CSLL	(202.592)	(116.862)	(202.592)	(116.862)
Alíquota efetiva	19,37%	17,86%	19,37%	17,86%

As diferenças temporárias de R\$75.662 (R\$140.599 de créditos em 2021), movimentadas no exercício, referem-se às despesas com IRPJ e CSLL diferidos reconhecidas no resultado, no valor de R\$75.640 (R\$140.643 de créditos em 2021), e aos débitos de IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização da correção monetária sobre ativos corrigidos 96/97 reconhecidos no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, no valor de R\$22 (R\$44 em 2021).

No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo nº 227/2021 expedido pela SUDENE e com o Ato Declaratório Executivo publicado pela Receita Federal do Brasil nº 103/2022 de 26/09/2022, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda no valor de R\$16.577 (R\$ 11.657 no exercício de 2021). (Ver Nota Explicativa 20)

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses impostos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

As bases de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias são as seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2021	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				
Ativo (Passivo)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.320	-	(7.059)	74.261
Provisão para demandas judiciais	136.767	-	5.862	142.629
Provisão para (perdas) ganhos do passivo atuarial - resultados abrangentes	25.150	(22.397)	-	2.753
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	42.943	-	(2.727)	40.216
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	187.373	-	24.806	212.179
Variação cambial sobre empréstimos	15.354	-	(16.006)	(652)
Outras provisões temporárias diversas	89.518	-	(63.277)	26.241
Imposto de renda e contribuição social				
Margem da receita de construção diferida	(29.583)	-	1.802	(27.781)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(126.834)	-	(19.271)	(146.105)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(5.573)	-	122	(5.451)
Custo de captação de empréstimos	(1.023)	-	86	(937)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(6.373)	1.503	-	(4.870)
Total ativo líquido	409.039	(20.894)	(75.662)	312.483
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				
Ativo (Passivo)				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.640	-	14.680	81.320
Provisão para demandas judiciais	50.925	-	85.842	136.767
Provisão para (perdas) ganhos do passivo atuarial - resultados abrangentes	67.256	(42.106)	-	25.150
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	45.670	-	(2.727)	42.943
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	144.947	-	42.426	187.373
Provisão do ISSQN - encontro de contas PBH				
Variação cambial sobre empréstimos	22.759	-	(7.405)	15.354
Outras provisões temporárias diversas	45.718	-	43.800	89.518
Margem da receita de construção diferida	(31.376)	-	1.793	(29.583)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(92.022)	-	(34.812)	(126.834)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(2.488)	-	(3.085)	(5.573)
Custo de captação de empréstimos	(1.110)	-	87	(1.023)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(23.570)	17.197	-	(6.373)
Total ativo líquido	293.349	(24.909)	140.599	409.039

Em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20/05/2022 e Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitem a recuperação de créditos tributários contidos no ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2022. O saldo do ativo diferido bruto registrado na contabilidade em 31 de dezembro de 2022 é R\$497.025 (R\$578.425 em 31 de dezembro de 2021).

Assim, as projeções de resultados demonstram que a empresa deverá obter lucros suficientes para recuperar os tributos pagos conforme a estimativa de realização do ativo fiscal diferido, a seguir:

Expectativa de realização do ativo fiscal diferido	Controladora / Consolidado
Em 2023	33.373
Em 2024	107.613
Em 2025	32.785
Em 2026	32.785
Em 2027	32.785
Em 2028	3.469
Em 2029	3.469
Em 2030	3.469
Em 2031	3.469
Em 2032	3.469
Após 2032	240.339
Total	497.025

Notas Explicativas

18. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	30.170	38.271	30.185	38.289
Ativo não circulante	2.629	5.165	2.629	5.165
	32.799	43.436	32.814	43.454

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de dezembro de 2022						
Recursos estaduais	4.653	(4.287)	366	563.417	(563.035)	381
Recursos federais	174.148	(141.715)	32.433	174.148	(141.715)	32.433
Total	178.801	(146.002)	32.799	737.565	(704.750)	32.814
31 de dezembro de 2021						
Recursos estaduais	4.154	(3.905)	249	562.918	(562.651)	267
Recursos federais	170.527	(127.340)	43.187	170.527	(127.340)	43.187
Total	174.681	(131.245)	43.436	733.445	(689.991)	43.454

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	7.978	1.214
Passivo não circulante	-	1.977
	7.978	3.191

	Controladora / Consolidado		
	Adiantamento	A receber	Líquido
31 de dezembro de 2022			
Recursos estaduais	5.122	-	5.122
Recursos federais	42.519	(39.663)	2.856
Total	47.641	(39.663)	7.978
31 de dezembro de 2021			
Recursos estaduais	521	-	521
Recursos federais	42.333	(39.663)	2.670
Total	42.854	(39.663)	3.191

19. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contribuições normais –circulante	9.627	16.614
Obrigações de longo prazo – não circulante	44.296	112.764
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	53.923	129.378

(Despesas) receitas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(116)	95
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	(10.314)	(15.585)
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(536)	(13)
	(10.966)	(15.503)

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente do exercício	43.476	81.735
Ganhos (perdas) atuariais acumuladas no resultado abrangente até o exercício	(5.343)	(48.820)

Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes são:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Ganho Bruto	Imposto	Ganho Líquido
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(231)	78	(153)
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	66.339	(22.555)	43.784
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(235)	80	(155)
	65.873	(22.397)	43.476
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
Plano RP1 - Benefício Definido (BD)	(744)	253	(491)
Plano COPASA Saldado - Benefício Definido (BD)	125.505	(42.672)	82.833
COPASA Novo Plano - Contribuição Definida (CD)	(920)	313	(607)
	123.841	(42.106)	81.735

	2022	2021
	Ganho Bruto	Ganho Bruto
(Perdas) ganhos atuariais ⁽¹⁾	102.280	235.538
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(35.431)	(100.075)
Mudança no efeito do teto de ativo	(976)	8.660
Mudança no efeito da restrição da obrigação atuarial	-	(20.282)
Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	65.873	123.841

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo).

A Companhia assinou, em 07 de dezembro de 1982, convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVIMINAS, atualmente Fundação Libertas, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida Fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

A partir de 1º de novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o Plano RP1-BD (Benefício Definido) que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos; b) o Plano COPASA Saldado-BD (Benefício Definido), criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o COPASA Novo Plano-CD (Contribuição Definida) que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes.

A estatística descritiva da massa populacional vinculada aos planos RP1-BD, COPASA Saldado-BD e COPASA Novo Plano-CD, em 31 de dezembro de 2022 é:

	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD
Participantes Ativos	74	690	9.063
Participantes Remidos	14	7	-
Participantes Assistidos	158	2.207	1.217
Pensionistas	148	658	73

Os benefícios oferecidos pelo Plano RP1-BD, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio reclusão e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo Plano COPASA Saldado-BD são: a) participantes ativos, autopatrocinados e assistidos: benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido: benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Notas Explicativas

Os benefícios oferecidos pelo COPASA Novo Plano-CD são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; e b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas nos planos de benefícios mantidos pela Companhia são revisadas regularmente e podem apresentar divergências com os resultados reais observados a partir de mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões, na expectativa de vida dos participantes, na volatilidade dos ativos do plano, variação na rentabilidade dos títulos e inflação.

As diretrizes de investimentos para os ativos dos planos são definidas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, com base nas normas legais vigentes.

a) Valores consolidados do passivo

Os valores referentes aos três planos de benefício reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(1.233.610)	(1.292.965)
Valor justo dos ativos do plano	1.251.249	1.235.203
Efeito do teto do ativo	(60.977)	(55.002)
Passivo líquido do plano	(43.338)	(112.764)

A movimentação do valor presente das obrigações financiadas é a seguinte:

	2022				2021
	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	(57.120)	(1.229.434)	(6.411)	(1.292.965)	(1.503.950)
Custo do serviço corrente	(116)	-	(536)	(652)	(113)
Custo financeiro	(5.224)	(112.445)	(582)	(118.251)	(102.589)
Contribuições dos participantes do plano	(356)	-	(771)	(1.127)	(1.205)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	2.727	100.946	(1.393)	102.280	235.538
Benefícios pagos pelo plano	3.208	75.982	130	79.320	80.528
Contribuições extraordinárias ativos	-	(1.173)	-	(1.173)	(264)
Contribuições extraordinárias assistidos	-	(1.041)	-	(1.041)	(910)
Valor presente das obrigações financiadas em 31 de dezembro	(56.881)	(1.167.165)	(9.563)	(1.233.609)	(1.292.965)

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios é a seguinte:

	2022				2021
	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD	Total	Total
Em 1º de janeiro	70.149	1.116.670	48.384	1.235.203	1.316.486
Retorno real sobre os ativos do plano	2.178	67.525	7.803	77.506	(10.594)
Contribuições do empregador	348	-	770	1.118	6.263
Contribuições dos empregados	356	-	771	1.127	1.205
Benefícios pagos	(3.208)	(75.981)	(130)	(79.319)	(80.528)
Contribuições extraordinárias ativos	-	1.173	-	1.173	264
Contribuições extraordinárias assistidos	-	1.041	-	1.041	910
Contribuições extraordinárias patrocinadora	-	13.399	-	13.399	1.197
Valor justo em 31 de dezembro	69.823	1.123.827	57.598	1.251.248	1.235.203

Notas Explicativas

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022				2021
	RP1-BD	COPASA Saldado-BD	COPASA Novo Plano-CD	Total	Total
Custo dos serviços correntes	(116)	-	(536)	(652)	(113)
Custo financeiro	(5.224)	(112.445)	(582)	(118.251)	(102.589)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.415	102.132	4.390	112.937	89.481
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.192)	-	(3.808)	(5.000)	(2.282)
Total	(117)	(10.313)	(536)	(10.966)	(15.503)

b) Valores segregados por Plano de benefício:

1) Plano de benefícios RP1-BD

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(56.881)	(57.120)
Valor justo dos ativos do plano	69.823	70.149
Efeito do teto do ativo	(12.942)	(13.029)
Passivo líquido do plano	-	-

A movimentação na obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(57.120)	(67.483)
Custo do serviço corrente	(116)	(100)
Custo financeiro	(5.224)	(4.856)
Contribuições dos participantes do plano	(356)	(356)
Remensurações atuariais	2.727	12.144
Benefícios pagos pelo plano	3.208	3.531
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(56.881)	(57.120)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	70.149	68.031
Retorno real sobre os ativos do plano	2.178	(36)
Contribuições do empregador	348	5.329
Contribuições dos empregados	356	356
Benefícios pagos	(3.208)	(3.531)
Valor justo em 31 de dezembro	69.823	70.149

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão pós-emprego com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$375.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022	2021
Custo dos serviços correntes	(116)	(100)
Custo financeiro	(5.224)	(4.856)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	6.415	5.091
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(1.192)	(40)
Provisão para plano de benefícios	(117)	95

As despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$117 (R\$95 de receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais” (R\$322 devedor em “despesas financeiras” e R\$417 credor em “outras despesas operacionais” no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 de R\$2.178 (negativo de R\$36 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa anual de desconto	11,68% a.a.	9,15% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,68% a.a.	9,15% a.a.
Aumento anual de salário	1,60% a.a.	1,60% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 Basic M&F	AT 2000 Basic M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de mortalidade de inválidos	MI 2006	MI 2006
Rotatividade	0,00%a.a.	0,00%a.a.

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de mortalidade	AT-2000 Basic M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(67.483)	(56.044)	(57.695)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	13.779	12.128
Variações			
Crescimento salarial	1,60%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(67.483)	(56.971)	(56.793)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	12.852	13.030
Variações			
Taxas de juros real	6,28%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(67.483)	(52.127)	(62.476)
Ativo justo	69.823	69.823	69.823
Superávit (déficit)	2.340	17.696	7.347
Variações	-	12,73%	10,63%

2) Plano COPASA Saldado-BD

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(1.167.165)	(1.229.434)
Valor justo dos ativos do plano	1.123.827	1.116.670
Passivo líquido do plano	(43.338)	(112.764)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(1.229.434)	(1.426.043)
Custo financeiro	(112.445)	(97.105)
Remensurações atuariais ⁽¹⁾	100.946	218.178
Benefícios pagos pelo plano	75.982	76.710
Contribuições extraordinárias ativos	(1.173)	(264)
Contribuições extraordinárias assistidos	(1.041)	(910)
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(1.167.165)	(1.229.434)

⁽¹⁾ O ganho é devido principalmente pela maior taxa de desconto e expectativa de retorno dos ativos para o ano de 2022 em comparação a 2021 (vide premissas atuariais abaixo).

Notas Explicativas

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	1.116.670	1.202.163
Retorno real sobre os ativos do plano	67.525	(11.154)
Benefícios pagos	(75.981)	(76.710)
Contribuições extraordinárias ativos	1.173	264
Contribuições extraordinárias assistidos	1.041	910
Contribuições extraordinárias patrocinadora	13.399	1.197
Valor justo em 31 de dezembro	1.123.827	1.116.670

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$3.289.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022	2021
Custo financeiro	(112.445)	(97.105)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	102.132	81.520
Provisão para plano de benefícios	(10.313)	(15.585)

As despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram de R\$10.313 (R\$15.585 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$67.525 (R\$11.154 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto (nominal)	9,15% a.a.	9,15% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	9,15% a.a.	9,15% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 (M&F)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M	AT 49 M
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb 2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(1.167.165)	(1.147.483)	(1.186.261)
Ativo justo	1.123.827	1.123.827	1.123.827
Superávit (déficit)	(43.338)	(23.656)	(62.434)
Variações			
Taxas de juros real	6,30%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(1.167.165)	(1.071.561)	(1.279.153)
Ativo justo	1.123.827	1.123.827	1.123.827
Superávit (déficit)	(43.338)	52.266	(155.326)
Variações	-	12,75%	10,65%

3) COPASA Novo Plano-CD

	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações financiadas	(9.563)	(6.411)
Valor justo dos ativos do plano	57.598	48.384
Efeito do teto do ativo	(48.035)	(41.973)
Ativo / passivo líquido do plano	-	-

Notas Explicativas

A movimentação na obrigação durante os exercícios é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	(6.411)	(10.424)
Custo do serviço corrente	(536)	(13)
Custo financeiro	(582)	(628)
Contribuições dos empregados	(771)	(849)
(Ganhos) perdas atuariais	(1.393)	5.216
Benefícios pagos pelo plano	130	287
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro	(9.563)	(6.411)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos exercícios apresentados é a seguinte:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	48.384	46.292
Retorno real sobre os ativos do plano	7.803	596
Contribuições do empregador	770	934
Contribuições dos empregados	771	849
Benefícios pagos	(130)	(287)
Valor justo em 31 de dezembro	57.598	48.384

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$1.173.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022	2021
Custo dos serviços correntes	(536)	(13)
Custo financeiro	(582)	(628)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	4.390	2.870
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(3.808)	(2.242)
Provisão para plano de benefícios	(536)	(13)

As despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$536 (R\$13 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.803 (R\$596 em 31 de dezembro de 2021).

As principais premissas atuariais usadas foram:

	Crédito unitário projetado	
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de desconto (nominal)	11,71% a a.	9,07% a.a.
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	11,71% a a.	9,07% a.a.
Taxa de inflação projetada	5,08% a.a.	3,83% a.a.
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSsb 2015 (M&F)	BR-EMSsb 2015 M&F
Tábua de entrada em invalidez	Light fraca D50%	Light fraca D50%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 M (A80%)	AT 49 M (A80%)

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2022.

Notas Explicativas

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

Hipótese de Mortalidade	BR-EMSsb		
	2015 M&F	Idade +1	Idade -1
Obrigação atuarial	(9.563)	(9.077)	(10.004)
Ativo justo	57.599	57.599	57.599
Superávit (déficit)	48.036	48.522	47.595
Variações	-	-0,82%	0,74%
Taxas de juros real	6,30%	0,25%	-0,25%
Obrigação atuarial	(9.563)	(8.937)	(10.266)
Ativo justo	57.599	57.599	57.599
Superávit (déficit)	48.036	48.662	47.333
Variações	-	12,76%	10,66%

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

20. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é de R\$3.402.385, representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações e entidade(s) relacionada(s) ao acionista controlador possuem 0,12% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,56% das ações, e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$5 bilhões, mediante deliberação do Conselho de Administração, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2020.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o seu exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

Notas Explicativas

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

- Subvenções Governamentais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais. No exercício de 2022, foi registrado no resultado, o valor de R\$2.407 (R\$1.182 no exercício de 2021), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abatimento de cargas poluidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 14), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

- Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, atualizada pela Lei nº 13.799 de 3 de janeiro de 2019, estabelece o direito ao incentivo de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração, às pessoas jurídicas que tenham projeto para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores prioritários da economia para o desenvolvimento regional e estejam situadas nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG está presente em 640 municípios mineiros. Dentre os municípios atendidos pela COPASA MG, 168 municípios estão inseridos na área de atuação da SUDENE, conforme estabelece a Lei Complementar nº 125/2007.

Em 23 de dezembro de 2021, através do Laudo constitutivo no 227/2021 e em resposta a pleito da Companhia formalizado durante o exercício de 2021, a SUDENE aprovou o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração. O incentivo foi concedido por 10 anos, com fruição iniciando em 01 de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2030, para as atividades de captação, tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário, enquadrada no setor de Infraestrutura, considerado prioritário para fins do desenvolvimento regional, conforme Decreto 4.213/2002.

Em 29 de dezembro de 2021, atendendo o disposto no art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/2002, a Companhia submeteu à Receita Federal do Brasil (RFB) o pedido de reconhecimento do incentivo correspondente ao Laudo Constitutivo nº 227/2021 e em 26/09/2022 foi publicado, pela Receita Federal do Brasil, no Diário Oficial o Ato Declaratório Executivo nº 103/2022 que declara a redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados, com base no Lucro da Exploração, são registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é destinada à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. No exercício de 2022, a Companhia reconheceu, de acordo com o Laudo Constitutivo expedido pela SUDENE, o direito ao uso do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, no valor de R\$16.577 (R\$ 11.657 no exercício de 2021). Adicionalmente, em 2022, após revisão dos procedimentos adotados em 2021 foi realizado ajuste da reserva de incentivo fiscal SUDENE, no valor de R\$1.696, tendo como contrapartida a Reserva de Incentivos Fiscais, no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$391.149 (R\$215.273 em 2021) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Programa Plurianual de Investimentos”.

O saldo acumulado das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022, exceto reservas de incentivos fiscais, considerando a proposta da administração para a destinação do lucro líquido do referido exercício social, está superior ao capital social. Após a Assembleia Geral Ordinária (AGO), e quando possível, visando enquadrar a Companhia ao limite do artigo 199 da Lei nº 6.404/1976 e às disposições estatutárias, a Administração da Companhia proporá a realização de nova Assembleia Geral para deliberar sobre esse assunto.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

- (i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 19). Em 31 de dezembro de 2022, essa conta totaliza o saldo credor de R\$5.343 (R\$48.820 devedor em 31 de dezembro de 2021).
- (ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo desta conta totaliza zero (R\$2.873 em 31 de dezembro de 2021), tendo ocorrido o encerramento das atividades operacionais da sociedade e iniciado o processo de devolução do capital investido pela Companhia (Nota Explicativa 22.3).
- (iii) Correção monetária sobre ativos 96/97, líquida de IRPJ e CSLL, de R\$9.468 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$9.512 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).
- (d) Remuneração aos acionistas

Política de Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A Política de Dividendos da Companhia, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 07 de maio de 2018, estabelece o que se segue quanto à declaração de Dividendos Regulares.

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na AGO.

Em reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração aprovou a alteração no percentual de Dividendos Regulares do exercício de 2022, que passa a corresponder a 50% (cinquenta por cento) do lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP e/ou dividendos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	843.362	537.587
Reserva legal - (5%)	(42.168)	(26.879)
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	(2.407)	(1.182)
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	(16.577)	(11.657)
Lucro disponível para distribuição	782.210	497.869
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	195.553	124.467

Notas Explicativas

Referente aos 3 (três) primeiros trimestres de 2022, obedecendo aos critérios da Política de Dividendos vigente, foram declarados e pagos R\$145.732, a título de Dividendos Regulares, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 1T22	RCA 17/03/2022	22/03/2022	33.871	16/05/2022
JCP 2T22	RCA 15/06/2022	21/06/2022	53.137	12/08/2022
JCP 3T22	RCA 15/09/2022	20/09/2022	58.724	14/11/2022
Total			145.732	

Adicionalmente, em 17 de março de 2023 foram declarados os JCP do 4º trimestre de 2022 no valor de R\$245.373, conforme tabela a seguir:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento
JCP 4T22	RCA 17/03/2023	22/03/2023	245.373	A ser definida na AGO

Desta forma, o valor dos JCPs de 2022 totalizou R\$391.105, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) do lucro Líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei Federal nº 6.404/1976.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2022	2021
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	265	72.270
Juros sobre o capital próprio propostos	391.105	225.300
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(23.576)	(14.565)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(136.141)	(282.747)
Dividendos propostos	-	57.380
Dividendos pagos	-	(57.373)
Dividendos e JCP a pagar no final do exercício	231.653	265

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192 da Lei 6.404/76 o lucro líquido do exercício será assim destinado:

	Controladora
	2022
Reserva Legal	42.168
Reserva de incentivos fiscais - subvenção governamental	2.407
Reserva de incentivos fiscais - SUDENE	16.577
Realização da correção monetária de ativos	(44)
Remuneração aos Acionistas	391.105
Reserva de Lucros Retidos	391.149
Lucro Líquido	843.362

(f) Lucro por ação

- Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (letra “a” desta Nota Explicativa).

	Controladora/Consolidado	
	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	843.362	537.587
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	2,22	1,42

Notas Explicativas

- Diluído

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

21. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos. A Companhia não possui receitas inter-segmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado			Reconciliação para as Demonstrações Financeiras	Saldo conforme Demonstrações Financeiras
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Resíduos sólidos		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022					
Receita operacional bruta	3.964.647	2.004.617	2.406	758.074	6.729.744
Tributos sobre vendas	(367.014)	(185.568)	(307)	-	(552.889)
Receita operacional líquida	3.597.633	1.819.049	2.099	758.074	6.176.855
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.755.781)	(1.393.389)	-	(758.074)	(4.907.244)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	841.852	425.660	2.099	-	1.269.611
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas					(17.275)
Resultado financeiro, líquido					(206.382)
Lucro operacional antes dos impostos					1.045.954
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021					
Receita operacional bruta	3.732.258	2.021.020	2.581	671.542	6.427.401
Tributos sobre vendas	(345.408)	(186.967)	(316)	-	(532.691)
Receita operacional líquida	3.386.850	1.834.053	2.265	671.542	5.894.710
Custos, despesas com vendas e administrativas	(2.695.955)	(1.459.919)	-	(671.542)	(4.827.416)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	690.895	374.134	2.265	-	1.067.294
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas					(220.538)
Resultado financeiro, líquido					(192.307)
Lucro operacional antes dos impostos					654.449

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Exercício findo em 31 de dezembro de:	Consolidado			
	2022			2021
	Amortização	Depreciação	Total	Total
Serviços de água	153.212	69.869	223.081	255.904
Serviços de esgoto	292.111	27.829	319.940	340.772
Outros imobilizados	155.387	31.725	187.112	151.976
Total	600.710	129.423	730.133	748.652

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as Demonstrações Financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	758.074	671.542
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(758.074)	(671.542)
Margem de construção	-	-

Notas Explicativas

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Intangível:		
Serviços de água	1.490.363	1.568.591
Serviços de esgoto	3.400.753	3.539.354
Outros intangíveis	612.788	583.322
Total do intangível	5.503.904	5.691.267
Imobilizado:		
Serviços de água	928.182	966.461
Serviços de esgoto	251.488	279.287
Outros imobilizados	287.348	227.785
Total do intangível	1.467.018	1.473.533

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

22. Gestão de Risco Financeiro

A Gestão de Riscos Corporativos está alinhada às práticas de Governança Corporativa, bem como ao Planejamento Empresarial, que define a Declaração Estratégica da Companhia.

A Companhia utiliza-se de instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazos com o objetivo de avaliar a gestão dos seus riscos financeiros, e dessa forma, orientar o processo decisório, permitindo que as ações, quando necessárias, possam ser tomadas em tempo hábil. No curto prazo utiliza-se da “programação diária do Fluxo de Caixa” que abrange um período de até 90 dias; no médio prazo (360 dias) utiliza-se do orçamento empresarial; no longo prazo utiliza-se do “Demonstrativo de Resultados” que retrata os seus objetivos estratégicos para um período de 5 anos, complementado por projeção econômico-financeira em um horizonte de tempo 30 anos, e é composto de um demonstrativo econômico e de um demonstrativo financeiro.

22.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia monitora seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia são:

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam vários tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos, financiamentos e debêntures, CDBs, aplicações financeiras e Investimento na Sociedade de Propósito Específico - SPE GS Inima Industrial Jeceaba S/A, contabilizado como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As análises de sensibilidade, conforme tabelas dos itens (b) e (c) seguintes, foram elaboradas pela Companhia com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida, e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras, todos a valores constantes. As análises excluem o impacto das alterações nas variáveis de mercado sobre o valor das obrigações de aposentadoria e pós-emprego, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros.

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(b) Risco de taxa de juros

Os riscos relativos à taxa de juros para a Companhia decorrem das diferentes taxas que remuneram: (i) ativos, como por exemplo, aplicações financeiras e (ii) passivos da Companhia, sobretudo os empréstimos, financiamentos e debêntures. A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros e da variação cambial, com impacto nos empréstimos e financiamentos.

A COPASA MG possuía 95,25% do total do seu endividamento em moeda nacional, cujos saldos devedores são indexados, sobretudo, à variação da TJLP, da TR, do IPCA e do CDI, e 4,75% indexados em moeda estrangeira (euro), em 31 de dezembro de 2022. As operações referentes aos empréstimos, financiamentos, debêntures e suas respectivas taxas de juros estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor	Saldo Devedor (incluindo provisão de juros)	% Saldo Devedor Total
<u>Em Moeda Nacional:</u>							
Financiamentos - FGTS	- ⁽¹⁾	8,50%	TR	16/08/2042	713.095	714.755	17,2%
Empréstimos	15/01/2008	1,55% a 1,73%	TJLP	15/05/2025	57.819	58.009	1,4%
Finame	28/03/2011	2,5% a 8,7%	-	15/01/2025	7.496	7.513	0,2%
Debêntures - 5ª Emissão Série única	20/09/2011	9,00%	TR	01/09/2031	152.741	154.146	3,7%
Debêntures - 8ª Emissão 1ª Série	15/06/2015	1,87%	TJLP	15/06/2028	45.146	45.298	1,1%
2ª Série	15/06/2015	8,18%	IPCA	15/06/2028	26.915	27.008	0,6%
Debêntures 11ª Emissão 1ª Série	15/01/2017	2,62%	TJLP	15/01/2031	113.873	114.292	2,7%
2ª Série	15/01/2017	8,85%	IPCA	15/01/2031	63.212	63.446	1,5%
Debêntures de Mercado - 12ª Emissão 1ª Série	08/02/2018	5,06%	IPCA	15/01/2024	122.312	125.126	3,0%
2ª Série	08/02/2018	5,27%	IPCA	15/01/2026	92.085	94.289	2,3%
Debêntures de Mercado - 13ª Emissão 2ª Série	15/07/2018	110%	CDI	15/07/2023	270.000	287.994	6,9%
3ª Série	15/07/2018	6,50%	IPCA	15/07/2025	85.866	88.392	2,1%
Debêntures de Mercado - 14ª Emissão 1ª Série	15/06/2019	106,15%	CDI	15/06/2024	28.363	28.532	0,7%
2ª Série	15/06/2019	4,30%	IPCA	15/06/2026	153.870	154.153	3,7%
Debêntures de Mercado - 15ª Emissão Série única	16/12/2020	1,75%	CDI	16/12/2025	461.539	464.207	11,2%
Debêntures de Mercado - 16ª Emissão 1ª Série	15/09/2021	5,23%	IPCA	15/09/2031	265.503	269.454	6,5%
2ª Série	15/09/2021	1,3%	CDI	15/09/2026	506.193	509.315	12,2%
Debêntures de Mercado - 17ª Emissão Série única	16/12/2022	1,30%	CDI	16/12/2029	750.000	753.362	18,1%
Total						3.959.291	

⁽¹⁾ Diversas datas.

Dessa forma, são realizadas análises que consideram a possibilidade de refinanciamento, renovação de posições existentes e novos financiamentos, de forma a otimizar o custo de capital da Companhia.

Sensibilidade a taxas de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I Provável (ii)	Cenário II +25%	Cenário III -25%	Cenário IV +50%	Cenário V -50%
TJLP	216.838	6,95%	8,69%	5,21%	10,43%	3,48%
Variação do Principal		15.070	18.838	11.302	22.605	7.535
IPCA	809.763	5,31%	6,64%	3,98%	7,97%	2,66%
Variação do Principal		42.999	53.748	32.249	64.498	21.499
CDI	2.016.095	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%	6,13%
Variação do Principal		246.972	308.714	185.229	370.457	123.486
TR	865.836	1,63%	2,03%	1,22%	2,44%	0,81%
Variação do Principal		14.078	17.598	10.559	21.117	7.039
Spread Fixo - Euribor	55.694	1,67%	2,09%	1,25%	2,51%	0,84%
Variação do Principal		931	1.164	698	1.397	466
Spread Fixo	151.027	-	-	-	-	-
Sem Impacto		-	-	-	-	-
Total	4.115.253	320.050	400.062	240.037	480.074	160.025

(i) Principal em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Fontes dos índices:

TJLP projetada conforme portal Economia em Dia - Bradesco - dezembro de 2022.

IPCA e CDI projetados conforme Boletim Focus do Banco Central do Brasil - 30 de dezembro de 2022.

TR acumulada dos últimos 12 meses conforme Banco Central do Brasil.

Para variação cambial ver item "Sensibilidade à taxa de câmbio" abaixo.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. As operações e suas respectivas taxas de câmbio estão divulgadas abaixo:

Endividamento - Linhas de Financiamento	Início do Contrato	Taxa Contratual (Anual)	Taxa Variável (Anual)	Término do Contrato	Saldo Devedor (Principal)	Saldo Devedor (incluído juros)	%
Financiamento	13/12/2019	0,55%	Euro + Euribor	20/09/2033	55.694	55.717	1,3%
Financiamento	29/11/2011	2,07%	Euro	20/12/2023	61.887	61.923	1,5%
Financiamento	13/12/2018	1,41%	Euro	15/05/2034	81.645	81.772	2,0%
Total					199.226	199.412	

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para as operações com o Banco KfW, banco alemão de fomento, e o Banco Europeu de Investimento, BEI, cujos os saldos devedores de principal eram de €25.772 mil (equivalente a R\$143.532 mil) e €10.000 mil (equivalente a R\$55.694 mil), respectivamente, em 31 de dezembro de 2022, não há mecanismo de *hedge* contratado.

Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro em 31/12/2022

Saldo de principal (em mil euros)

Saldo de principal

Financiamento

€35.772

199.226

Cenários em relação ao saldo devedor

Provável (Projeção)

Queda de 25% no euro

Queda 50% no euro

Acréscimo 25% no euro

Acréscimo 50% no euro

Ganho (perda)

Financiamento

(1.810)

49.807

99.613

(49.807)

(99.613)

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Bradesco 21 de dezembro de 2022.

<https://www.economiaemdia.com.br/SiteEconomiaEmDia/Projecoes/Longo-Prazo>

Notas Explicativas

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos mantidos em instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

(i) Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito à capacidade de pagamento dos usuários, bem como às normas regulatórias e leis que definem regras comerciais e de cobrança. Esse tipo de risco é minimizado devido à pulverização da carteira de clientes. Eventuais perdas por redução ao valor recuperado de contas a receber estão adequadamente cobertas por provisão. O detalhamento do reconhecimento da perda de crédito esperada com clientes está na Nota Explicativa 3.4.2.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito é decorrente da possibilidade da Companhia incorrer em perdas dos depósitos mantidos em instituições financeiras. Para mitigá-lo, foi instituída a política de aplicações financeiras da Companhia, estabelecendo alçadas e critérios para definição das instituições financeiras com as quais a Companhia irá trabalhar.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às últimas classificações de crédito disponíveis ou às informações históricas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo e cauções (agências de risco, Fitch e S&P)				
AAA	885.358	461.937	893.356	462.022
AA	7	478.667	118	478.706
A	318.774	247.274	341.614	265.625
BBB	1	204.870	1	216.381
Total	1.204.140	1.392.748	1.235.089	1.422.734
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificados de depósitos bancários de curto prazo (Nota Explicativa 06 (a))	1.071.401	1.249.680	1.102.350	1.279.665
Aplicação financeira vinculada (Nota Explicativa 08)	71.706	77.228	71.706	77.228
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota Explicativa 08)	61.033	65.853	61.033	65.853

(e) Risco de liquidez

O risco de liquidez para a Companhia advém da dinâmica do seu fluxo de caixa, que é fortemente impactado pela sua receita, pelos investimentos e pelo serviço da dívida. No entanto, a COPASA MG acompanha o risco de escassez de recursos por meio da gestão prudente do fluxo de caixa, assegurando os recursos suficientes para cobrir grande parte dos compromissos financeiros de curto prazo e para assegurar o programa de investimentos da Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Além disso, a Companhia desenvolve a projeção de fluxos de caixa, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e o acompanhamento das questões macroeconômicas e de mercado que suscitem renegociações de preços que alterem significativamente o fluxo de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela correspondem aos fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas

	Faixas de vencimento em 31 de dezembro de 2022			
	Até 01 ano	Entre 01 e 03 anos	Entre 03 e 05 anos	Acima de 05 anos
Amortização	901.915	1.286.997	790.086	1.136.255
Juros	399.978	555.081	309.257	302.197
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.301.893	1.842.078	1.099.343	1.438.452
Parceria Público Privada ⁽¹⁾	36.792	121.433	85.378	-
Obrigações - arrendamento mercantil	35.112	28.352	42.445	-
Fornecedores	289.620	-	-	-

⁽¹⁾ Os valores incluem também a despesa financeira referente ao fluxo de desembolsos futuros da PPP do Rio Manso, atualizados de acordo com o índice definido contratualmente e apurado para o mês de abril, data prevista para os reajustes.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 08).

Receitas Vinculadas em 31 de dezembro de 2022				
	Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Financiamentos e Debêntures	Financiamentos 2007/2008	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos 2007 e 2008.	R\$5.660	setembro-31
	PAC 2009	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.010	novembro-32
	5ª Emissão de Debêntures (R\$288 Milhões)	Vinculação de receita equivalente a no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	R\$7.823	setembro-31
	Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	Vinculação da receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$4.268	junho-35
	Financiamentos 2012 (IN 24)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$558	maio-36
	Financiamentos 2013 (IN 27)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$3.835	outubro-37
	Financiamentos 2014 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.676	fevereiro-38
	Financiamentos 2015 (IN 02)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$1.585	março-39
	Financiamentos 2017 (IN 29)	Vinculação de receita equivalente à 3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	R\$2.895	agosto-41
	Financiamentos (PAC 2007 - R\$48 milhões)/ (PAC 2008 - R\$578 milhões)	Vinculação da receita de R\$26 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA desde mai/2008.	R\$63.181	junho-23
	Financiamentos (R\$181 milhões)	Vinculação da receita de R\$7,0 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abr/2010.	R\$17.226	maio-25
	8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	Vinculação da receita de R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde set/2015.	R\$31.135	junho-28
	11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	Vinculação da receita de R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde abril/2017.	R\$5.500	janeiro-31
	Financiamentos e Debêntures	€ 100 milhões	R\$31.456	dezembro-23
	Parceria Público Privada	PPP do Rio Manso	R\$10.399	dezembro-28
Financiamentos e Debêntures	Finame	Vinculação de 130% da PMT dos contratos.	R\$1.174	janeiro-25
Total de Receita Vinculada			R\$191.381	

22.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra a estrutura do capital de acordo com a sua Política de Endividamento, que estabelece, estatutariamente, que as exigibilidades totais da Companhia sejam iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido. A Companhia monitora ainda os seus indicadores econômico-financeiros em conexão com o definido no Estatuto Social, onde:

- o endividamento líquido consolidado da COPASA MG deve ser igual ou inferior a 3 vezes o EBITDA;

Notas Explicativas

- as Exigibilidades Totais da COPASA MG devem ser iguais ou inferiores ao Patrimônio Líquido; e
- o EBITDA da COPASA MG deve ser superior a 1,2 vezes o Serviço da Dívida.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

22.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos considerando seus prazos de vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo

Refere-se ao saldo de investimento na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A (antiga BRK Ambiental – Jeceaba S/A), mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A tabela abaixo apresenta os ativos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Controladora / Consolidado	
	Ativo	
	31/12/2022	31/12/2021
Investimento GS Inima Industrial Jeceaba S/A	620	26.153

A Companhia, desde 11 de janeiro de 2011, tem participação acionária de 15,5% na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A, posicionados em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$620. Os outros 84,5% são de participação da GS Inima Industrial.

O término da referida Sociedade (SPE) foi previsto para janeiro de 2026, no entanto, a empresa Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil – VSB, em setembro de 2021, exerceu seu direito contratual de compra dos ativos da GS Inima Industrial Jeceaba S/A (resilição imotivada), no valor de R\$448.255.

Assim, a empresa GS Inima Industrial Jeceaba S/A encerrou suas operações e o valor do investimento, em dezembro de 2022, foi ajustado considerando a expectativa de fluxo de caixa futuro. A COPASA MG estuda sua retirada da sociedade e fará o devido reconhecimento em suas demonstrações financeiras quando do efetivo recebimento de sua participação acionária, respeitadas as regras contábeis.

No período de 2011 a 2022, a Companhia recebeu R\$121.699 a título de distribuição de lucros, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram recebidos R\$5.239 (R\$52.614 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021) registrados em “Receitas financeiras” no Resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o valor do investimento foi reduzido por mudança no ativo financeiro a valor justo no montante de R\$4.353, sendo R\$2.873 reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, e R\$1.480 como redução do IRPJ e CSLL diferidos passivos. Adicionalmente, foram recebidos R\$21.180 a título de redução de capital ocorrida na investida, conforme deliberado em outubro de 2022 pela Assembleia Geral da GS Inima Industrial Jeceaba S/A.

(b) Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
Empréstimos e financiamentos	976.937	953.664	1.068.394	1.040.412
Debêntures simples	3.162.983	3.159.675	2.916.950	2.900.441
Total	4.139.920	4.113.339	3.985.344	3.940.853

Notas Explicativas

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Controladora / Consolidado				
Linhas	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	Observações
Financiamento	7,74%	157	8,50%	Cotação da taxa em dezembro de 2022
Financiamento	7,64%	17	8,70%	Cotação da taxa em dezembro de 2022
FINAME	5,53%	25	12,93%	Cotação da taxa FINAME dezembro de 2022
Debêntures simples	12,20%	57	12,58%	Cotação taxas Debêntures dezembro de 2022
Financiamento	1,69%	138	1,41%	Cotação taxa em dezembro de 2022
Financiamento	2,22%	131	2,22%	Cotação taxa em dezembro de 2022

23. Instrumentos Financeiros por Categoria**(a) Ativo**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes	Total
Controladora:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.091.080	-	1.091.080	1.279.469	-	1.279.469
Contas a receber de clientes	1.075.072	-	1.075.072	1.026.364	-	1.026.364
Bancos e aplicações de convênios	11.791	-	11.791	3.273	-	3.273
Aplicações financeiras vinculada	71.706	-	71.706	77.228	-	77.228
Ativos financeiros de concessões	850.980	-	850.980	733.328	-	733.328
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	620	620	-	26.153	26.153
Demais contas a receber	136.153	-	136.153	144.679	-	144.679
Total	3.236.782	620	3.237.402	3.264.341	26.153	3.290.494
Consolidado:						
Caixa e equivalentes de caixa	1.122.299	-	1.122.299	1.309.721	-	1.309.721
Contas a receber de clientes	1.086.570	-	1.086.570	1.037.548	-	1.037.548
Bancos e aplicações de convênios	11.842	-	11.842	3.320	-	3.320
Aplicações financeiras vinculada	71.706	-	71.706	77.228	-	77.228
Ativos financeiros de concessões	866.032	-	866.032	752.253	-	752.253
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	620	620	-	26.153	26.153
Demais contas a receber	131.096	-	131.096	140.897	-	140.897
Total	3.289.545	620	3.290.165	3.320.967	26.153	3.347.120

Notas Explicativas**(b) Passivo**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Passivos Financeiros ao Custo		Passivos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Controladora:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.139.920	4.139.920	3.985.344	3.985.344
Fornecedores	289.620	289.620	287.977	287.977
Arrendamento Mercantil	105.909	105.909	75.639	75.639
Parceria Público Privada	243.603	243.603	260.985	260.985
Total	4.779.052	4.779.052	4.609.945	4.609.945
Consolidado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.139.920	4.139.920	3.985.344	3.985.344
Fornecedores	298.595	298.595	307.967	307.967
Arrendamento Mercantil ⁽¹⁾	105.916	105.916	75.642	75.642
Parceria Público Privada	243.603	243.603	260.985	260.985
Total	4.788.034	4.788.034	4.629.938	4.629.938

⁽¹⁾ Em relação ao arrendamento mercantil consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a amortização e os juros foram de R\$39.856 e R\$9.767, respectivamente (R\$32.699 e R\$4.693 respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). No período de três meses findo em 31 de dezembro de 2022, a amortização e os juros foram de R\$11.445 e R\$2.112, respectivamente (R\$7.313 e R\$1.115 respectivamente, no período de três meses findo em 31 de dezembro de 2021).

24. Transações com Partes Relacionadas**(a) Ativo, passivo e resultado**

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com a sua Subsidiária Integral COPANOR, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora			
	31/12/2022			
	Outras			
	Subsidiária COPANOR	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	19.870	1	12
Valores a faturar	-	11.192	1	6
Convênios	-	366	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	5.342	-	-	-
Total do ativo	5.342	31.428	2	18
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	5.122	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	9.627
Programa de saúde	-	-	11.049	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	44.296
Total do passivo	-	5.122	11.049	53.923

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/12/2022			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	155.468	8	196
Programa de seguridade	-	-	-	(51.025)
Programa de saúde	-	-	(101.555)	-
	Controladora			
	31/12/2021			
	Subsidiária COPANOR	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo				
Circulante				
Contas a receber de clientes:				
Valores faturados	-	20.232	1	14
Valores a faturar	-	10.248	1	7
Convênios	-	249	-	-
Adiantamento e outros:				
Créditos com controlada	4.067	-	-	-
Total do ativo	4.067	30.729	2	21
Passivo				
Circulante				
Convênios	-	521	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	16.614
Programa de saúde	-	-	10.479	-
Não circulante				
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	112.764
Total do passivo	-	521	10.479	129.378
Resultado				
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	-	122.306	6	158
Programa de seguridade	-	-	-	(55.155)
Programa de saúde	-	-	(103.747)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	2022	2021
Remuneração	5.944	6.017
Benefícios:		
Alimentação	87	75
Saúde	85	92
Benefício pós-emprego	303	281
Total	6.419	6.465

24.1 Natureza das operações com partes relacionadas

• **Estado de Minas Gerais**

- (a) Prestação de serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário para o Estado e demais sociedades a ele relacionadas

Na prestação desses serviços são aplicadas as tarifas definidas pela ARSAE-MG.

Notas Explicativas

(b) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

A Companhia destinou ao Estado de Minas Gerais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$196.183 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) (R\$113.055 referente a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e R\$28.794 de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

(c) Garantia em contratos da Companhia com a União

O contrato abaixo relacionado descreve garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União.

Por meio do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito em Contragarantia de 29 de novembro de 2011, firmado entre a União, o Estado de Minas Gerais e a COPASA MG, o Estado cedeu como contragarantia à União, em caso de inadimplência da Companhia perante o Banco KfW, seus créditos sobre impostos previstos nos artigos 155, 157 e 159 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos previstos na cláusula III do referido Contrato, ou seja, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto desse contrato é de R\$143.685 (R\$174.155 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Convênios de cooperação técnica

Trata-se de convênios firmados entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, nos quais este último repassa recursos oriundos do Orçamento Geral da União, a fundo perdido, ou seja, sem custos financeiros e sem necessidade de garantias. A contrapartida exigida é a execução de obras de infraestrutura nos prazos de vigência dos convênios.

(e) Contratos de prestação de serviços com a PRODEMGE

A Companhia possui contratos firmados com a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – PRODEMGE, cujo acionista controlador é o EMG, para a prestação de serviços de Integração à Rede IP Multisserviços com suporte a transmissão de dados voz e vídeo com qualidade de serviço, baseada na tecnologia IP - *Internet Protocol*, pela qual é possível o compartilhamento de serviços de tecnologia de informação e infraestrutura de telecomunicações, bem como fornecimento de certificado digital de assinatura para pessoa física ou jurídica no padrão ICP Brasil. Possibilita, ainda, o fornecimento de certificado de Servidor Web/Sítio Multi-domínio - Hierarquia Internacional.

(f) Lei nº 23.830/2021

A Companhia, no dia 14 de julho de 2021, divulgou Fato Relevante comunicando que recebeu do seu acionista controlador, Estado de Minas Gerais, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), naquela data, Ofício informando da aprovação de Projeto de Lei pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – posteriormente sancionado, tornando-se a Lei Estadual nº 23.830/21 de 28 de julho de 2021 –, autorizando suplementação orçamentária e inversão de capital nessa Companhia, no montante de R\$2,05 bilhões, para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, proveniente do Acordo firmado judicialmente entre o Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S.A. A este respeito, vide Nota Explicativa 34(c) - Eventos Subsequentes.

• COPANOR

Referem-se aos gastos com os empregados cedidos pela Controladora.

• Fundação Libertas

Contribuição pela Patrocinadora referente aos empregados participantes de um dos três planos de Previdência Complementar: benefício definido, benefício de fundo salgado e de contribuição definida, administrados pela Fundação Libertas (Nota Explicativa 19).

Notas Explicativas

A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

As taxas de administração e demais preços foram definidos pelo corpo administrativo da entidade de maneira colegiada, contando com a participação dos assistidos, constituindo, portanto, condições comutativas adequadas.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

Em 2019, foi celebrado acordo de cooperação visando a cessão de 01 empregado do quadro da Companhia para exercer o cargo de diretor administrativo junto à Diretoria Executiva da Fundação Libertas, sendo que em outubro de 2021 o referido empregado foi desligado da COPASA, pelo Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, não havendo gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$291 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

• COPASS Saúde

Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

A transação observa condições comutativas adequadas, pois o plano é cadastrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e regulado por aquela Agência, devendo cumprir as mesmas normas às quais demais planos de saúde e odontológicos corporativos devem se sujeitar.

(i) Acordo de Cooperação para cessão de pessoal

A Companhia, por intermédio de acordos de cooperação celebrados em 23 de março de 2022 e 20 de julho de 2022 realiza a cessão de 02 empregados para exercerem, respectivamente, os cargos de Superintendente Executivo e Gerente Administrativo e Financeiro junto à Copass Saúde. Os gastos para a COPASA MG referente a esta cessão, no exercício de 2022 foram de R\$ 1.355 (R\$ 1.304 em 2021).

25. Compromissos

A Companhia possui contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores compromissados com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de dezembro de 2022, estão demonstrados a seguir:

	Valor	Prazo médio contratado em meses
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	436.621	15
Obrigações Contratuais – Contratos de Leasing fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	5.959	13

26. Seguros

A Companhia e sua Subsidiária contrataram apólice de seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e/ou administradores de sociedades comerciais, com abrangência no território nacional, para os membros dos Conselhos e da Diretoria Executiva, referente a eventuais acordos judiciais e extrajudiciais, sentenças proferidas por tribunais arbitrais, condenações judiciais transitadas em julgado, incluindo honorários advocatícios e despesas processuais, durante o andamento dos processos, fundados em responsabilidade civil por atos de gestão praticados pelas referidas pessoas no exercício de suas funções.

Em 04 de agosto de 2022, a Companhia contratou seguro para a cobertura para danos causados em suas edificações ou instalações, nos locais denominados Regional, Cercadinho, Mutuca e Barreiro.

Notas Explicativas**27. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa**

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia e sua subsidiária realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros capitalizados (Nota Explicativa 10)	77.627	43.913	77.627	43.913
Adições de arrendamento mercantil	41.854	40.018	41.936	40.053

28. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de prestação de serviço de água	3.925.082	3.697.410	3.964.647	3.732.258
Receita de prestação de serviço de esgoto	1.992.070	2.010.268	2.004.617	2.021.020
Resíduos sólidos	2.406	2.581	2.406	2.581
Receita de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Total receita bruta	6.660.592	6.358.667	6.729.744	6.427.401
Tributos sobre vendas	(548.069)	(528.473)	(552.889)	(532.691)
Receita líquida	6.112.523	5.830.194	6.176.855	5.894.710
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	3.473.639	3.276.054	3.508.496	3.306.865
Receita direta de esgoto	1.800.694	1.815.534	1.812.079	1.825.291
Resíduos sólidos	2.099	2.265	2.099	2.265
Total receita direta	5.276.432	5.093.853	5.322.674	5.134.421
Receita indireta de água	88.088	79.171	89.137	79.985
Receita indireta de esgoto	6.969	8.762	6.970	8.762
Total receita indireta	95.057	87.933	96.107	88.747
Receita de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Total da receita líquida	6.112.523	5.830.194	6.176.855	5.894.710

29. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custos operacionais				
Pessoal	784.853	873.523	801.287	887.934
Custos previdenciários	169.572	165.181	172.702	168.394
Custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Materiais gerais	114.937	98.391	120.138	101.744
Materiais de tratamento	114.667	82.308	117.969	84.079
Serviços de terceiros	544.068	428.413	548.186	431.870
Energia elétrica	517.971	554.521	528.952	566.533
Despesas gerais	219.305	191.518	220.927	192.425
Depreciação e amortização	653.960	692.599	662.918	699.762
(-) Créditos tributários	(68.875)	(57.484)	(69.733)	(58.792)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	-	-	(81)	-
	3.791.492	3.677.378	3.861.339	3.745.491

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas com vendas				
Pessoal	183.212	164.715	183.593	164.987
Custos previdenciários	34.044	27.662	34.115	27.719
Materiais gerais	4.895	4.830	4.908	4.843
Materiais de tratamento	30	43	30	43
Serviços de terceiros	28.685	20.655	30.168	22.061
Energia elétrica	2.214	2.361	2.214	2.361
Despesas gerais	727	1.293	750	1.300
Depreciação e amortização	6.944	6.654	6.950	6.656
	260.751	228.213	262.728	229.970
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Despesas administrativas				
Pessoal	280.773	362.294	281.772	363.190
Custos previdenciários	43.008	51.004	43.185	51.092
Materiais gerais	5.774	4.875	5.987	4.915
Materiais de tratamento	35	70	35	70
Serviços de terceiros	146.782	125.261	148.528	127.306
Energia elétrica	3.049	3.482	3.284	3.716
Despesas gerais	34.129	31.481	34.302	31.662
Depreciação e amortização	60.227	42.203	60.265	42.234
Provisão para perdas de materiais obsoletos	(403)	1.544	(396)	1.617
	573.374	622.214	576.962	625.802
Custos e despesas				
Pessoal (Nota 30)	1.248.838	1.400.532	1.266.652	1.416.111
Custos previdenciários (Nota 30)	246.624	243.847	250.002	247.205
Custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542
Materiais gerais	125.606	108.096	131.033	111.502
Materiais de tratamento	114.732	82.421	118.034	84.192
Serviços de terceiros	719.535	574.329	726.882	581.237
Energia elétrica	523.234	560.364	534.450	572.610
Despesas gerais	254.161	224.292	255.979	225.387
Depreciação e amortização	721.131	741.456	730.133	748.652
(-) Créditos tributários	(68.875)	(57.484)	(69.733)	(58.792)
Provisão para perdas de materiais obsoletos	(403)	1.544	(477)	1.617
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	201.935	221.416	206.215	226.153
Total	4.827.552	4.749.221	4.907.244	4.827.416
Detalhamento dos custos de construção:				
Salários e encargos	40.624	43.697	40.624	43.697
Materiais	52.657	69.949	54.705	71.375
Equipamentos	21.538	16.072	23.947	24.810
Serviços de terceiros	568.514	479.846	581.096	492.816
Custos de financiamentos	55.170	38.134	55.171	38.134
Outros	2.531	710	2.531	710
Total dos custos de construção	741.034	648.408	758.074	671.542

Notas Explicativas**30. Gastos com Pessoal**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários	781.724	784.873	793.955	796.412
Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-	152.171	-	152.171
Custos previdenciários	246.624	243.847	250.002	247.205
FGTS	65.869	65.142	66.703	65.974
Contribuição para plano de pensão	51.025	55.155	51.025	55.155
Programa de alimentação	186.397	184.337	190.121	186.678
Programa de saúde	101.555	103.747	102.385	104.452
Participação dos empregados nos lucros	38.003	33.295	38.004	33.295
Outros benefícios	24.265	21.812	24.459	21.974
Total (Nota 29)	1.495.462	1.644.379	1.516.654	1.663.316
Pessoal (Nota 29)	1.248.838	1.400.532	1.266.652	1.416.111
Custos previdenciários (Nota 29)	246.624	243.847	250.002	247.205

31. Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais auferidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reversão de provisão não dedutível	62.031	33.650	62.031	34.097
Recuperação de contas baixadas	42.798	64.628	44.582	65.854
Alienação bens imobilizados	4.481	5.006	4.481	5.006
Outras receitas	25.707	74.096	25.774	74.228
Total outras receitas operacionais	135.017	177.380	136.868	179.185

As outras despesas operacionais da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de demandas judiciais (Nota Explicativa 16)	12.226	287.245	11.054	288.191
Taxa da ARSAE	53.060	42.949	54.019	43.725
Despesas com preservação ambiental	20.686	26.184	20.686	26.184
Impostos e tributos	15.553	8.382	15.781	9.551
Passivo atuarial	10.806	12.713	10.806	12.713
Outras	38.981	19.158	41.797	19.359
Total outras despesas operacionais	151.312	396.631	154.143	399.723

Notas Explicativas

32. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumariadas:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Juros ativos	47.783	46.507	48.423	47.128
Rendimentos com aplicações financeiras	86.368	47.839	90.626	49.279
Receita de variação monetária e cambial	78.858	42.416	78.915	42.459
Receita de ativos financeiros/outros	67.201	157.890	67.757	158.283
Tributos sobre receita financeira	(7.609)	(9.485)	(7.846)	(9.596)
Total de receita	272.601	285.167	277.875	287.553
Encargos sobre financiamentos e provisões judiciais ⁽¹⁾	(326.687)	(306.599)	(326.761)	(306.600)
Despesa de variação monetária e cambial ⁽²⁾	(157.209)	(172.330)	(157.209)	(172.330)
Outras despesas	(264)	(820)	(287)	(930)
Total de despesa	(484.160)	(479.749)	(484.257)	(479.860)
Resultado financeiro	(211.559)	(194.582)	(206.382)	(192.307)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2022 não houve encargos sobre financiamento da Libertas (R\$122 em 31 de dezembro de 2021).
Estão incluídos juros sobre processos judiciais no valor de R\$16.684.

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2022 não há despesas de variação monetária da Libertas (R\$200 em 31 de dezembro de 2021).
Está incluída variação monetária sobre processos judiciais trabalhistas, conforme Nota Explicativa 16 (a) ii.

33. Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo

Em atendimento ao disposto no inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 13.303/16 e no inciso VI do art. 13 do Decreto Estadual nº 47.154/17, a COPASA MG comunica que os dados operacionais e financeiros das atividades relacionadas à consecução dos fins de interesse coletivo estão no Relatório da Administração.

34. Eventos Subsequentes

a) Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 e 885, a respeito do limite da coisa julgada em âmbito tributário na hipótese de o contribuinte ter, em seu favor, decisão transitada em julgado que declare a inexistência de relação jurídico-tributária. Na ocasião, o Plenário do STF concluiu, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva “coisa julgada” perdem seus efeitos se, posteriormente, o STF conceber entendimento diverso sobre o tema.

A Administração da Companhia avaliou o conteúdo e os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a mesma não resulta em impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022. Não há procedimentos de recolhimentos de tributos em desconformidade com a Lei, tampouco processos tributários correlatos em andamento. Portanto, a Companhia não é afetada pelo julgado do STF.

b) Revisão da Política de Dividendos

Em 24 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela alteração na Política de Dividendos da Companhia, que será submetida à apreciação de Assembleia Geral Extraordinária, a ser oportunamente convocada.

Para os Dividendos Regulares a proposta é pela manutenção da forma de distribuição atualmente praticada, conforme segue:

- Os Dividendos Regulares serão sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio (JCP).
- Os JCP declarados serão considerados como dividendo mínimo legal obrigatório.
- O percentual do Lucro Líquido Ajustado (Lucro Líquido após diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei Federal n.º 6.404/1976) a ser distribuído sob

Notas Explicativas

a forma de Dividendos Regulares será definido quando da aprovação, pelo Conselho de Administração, do orçamento empresarial do exercício social, sempre observando os seguintes parâmetros: i) o mínimo legal obrigatório; ii) o limite máximo de 50% (cinquenta por cento).

- A declaração de Dividendos Regulares, cuja competência é do Conselho de Administração, deverá ocorrer trimestralmente, sendo que o pagamento será realizado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da declaração, exceto os valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprovar as Demonstrações Financeiras do exercício.

Para os Dividendos Extraordinários, poderá haver distribuições destes, conforme análise do Conselho de Administração, e observado o seguinte:

- As diretrizes gerais compreendendo (i) a observância ao interesse público que justificou a criação da COPASA MG; e (ii) a garantia de recursos, em seu Plano de Investimentos, para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 11.445/2007 e na Lei Federal n.º 14.026/2020, em especial, quanto à universalização dos serviços de saneamento básico e as demais metas qualitativas e quantitativas estabelecidas.
- As restrições legais, regulatórias, estatutárias, financeiras, bem como os *covenants*.

c) Repasse de valor para execução de obras – resiliência hídrica

Em 28 de fevereiro de 2023, conforme Fato Relevante divulgado, e em continuidade a Fato Relevante divulgado em 14 de julho de 2021, a Companhia comunicou que recebeu na referida data, do seu acionista controlador Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, ofício informando que, no tocante às obras previstas para realização de intervenções e obras que potencializarão a resiliência hídrica das Bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas, contidas na Lei Estadual nº 23.830 de 28 de julho de 2021, foi deliberado pelo acionista controlador que o repasse dos valores destinados à execução das obras se dará de forma não onerosa e, consequentemente, não será realizado aporte de capital na Companhia.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

1. Projeções

Visando acompanhar a dinâmica do setor de saneamento e o desempenho da economia brasileira, a Companhia revisa periodicamente seu planejamento e metas, compreendendo inclusive os planos de investimentos.

1.1. Programa de Investimentos

1.1.1 Programa de Investimentos de 2022

Os investimentos previstos para água, esgoto e desenvolvimento operacional da Controladora (COPASA MG), referente ao exercício de 2022, totalizaram R\$1.165 milhões.

Já os investimentos realizados, nesse mesmo ano, foram de R\$579,4 milhões para água, R\$449,3 milhões para esgoto, e R\$100,8 milhões para desenvolvimento empresarial e operacional. Adicionalmente, os investimentos em capitalizações foram de R\$176,1 milhões, conforme tabela a seguir:

Investimentos Realizados (R\$ milhões)	2022
Água	579,4
Esgoto	449,3
Desenvolvimento Empresarial e Operacional	100,8
Subtotal	1.129,50
Capitalizações ⁽¹⁾	176,1
Total - Controladora	1.305,60

(1) Capitalizações referentes a juros e a gastos de pessoal, materiais e outros.

Referente à subsidiária COPANOR, o valor aprovado, no plano de investimento, foi de R\$47,5 milhões para 2022. Os investimentos realizados totalizaram R\$39,6 milhões, considerando as capitalizações.

1.1.2 Programa de Investimentos – 2023 a 2027

A seguir, os valores do Programa Plurianual de Investimentos projetados da COPASA MG para o período de 2023 a 2027:

Valor Projetado (R\$ milhões)	2023	2024	2025	2026	2027
Água, Esgoto e Desenvolvimento Empresarial	1.597	1.650	1.628	1.628	1.628
Capitalizações	160	185	294	371	382
Total	1.757	1.835	1.922	1.999	2.010

Proposta de Orçamento de Capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções para o crescimento dos negócios em 2023, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, tratamento de resíduos e implantação de sistemas. Serão investidos também recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes, dentre outros.

Além disso, ocorrerão investimentos em desenvolvimento operacional e empresarial voltados para informática, eficiência energética em ações ambientais e controle de qualidade de água, dentre outros.

Para 2023, os investimentos previstos pela COPASA em água, esgoto e desenvolvimento empresarial e operacional, para deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, totalizam R\$1.597 milhões. Está prevista, ainda, a capitalização de R\$160 milhões no exercício de 2023.

Adicionalmente, será submetido à mesma AGO proposta de investimentos de R\$49,3 milhões, com objetivo de melhorar as condições de infraestrutura da prestação de serviços na área de atuação da COPANOR, tendo como fonte de recursos o subsídio oriundo de valor adicional cobrado na tarifa dos clientes da Companhia, conforme estabelecido na Revisão Tarifária da COPASA.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 e nº 15(c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em dezembro de 2021 a Companhia quebrou acordos contratuais (“covenants”) dos seus contratos de debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor. Conforme divulgado na nota explicativa nº 2 (2.1), nos dias 10 e 21 de março de 2022 os credores concordaram em não exigir o pagamento antecipado. Conforme parágrafo 74 do CPC 26 (IAS1), quando a entidade quebrar um acordo contratual (“covenant”) de um empréstimo de longo prazo ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do “covenant”. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses em 31 de dezembro de 2021. A Companhia não atendeu ao item citado e manteve o passivo classificado no não circulante. Portanto, em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante, individual e consolidado, está apresentado a menor e o passivo não circulante, individual e consolidado, a maior em R\$1.933.212 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins das IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Receita de prestação de serviço de água e esgoto a faturar

Veja as notas 3.14, 4 (b) e 28 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. Assim, ao reconhecimento da receita é necessário um ambiente de tecnologia da informação com estrutura robusta capaz de suportar o número de transações relacionadas ao faturamento desde a leitura do consumo e processamento até a emissão da nota.

O reconhecimento da receita de prestação de serviços de água e esgoto inclui a estimativa de volumes consumidos e ainda não faturados, calculada a partir da última data de leitura de consumo até o fim de cada período.

Portanto, existe o risco significativo que a receita a faturar esteja reconhecida sem que sejam atendidos todos os critérios mínimos necessários para seu reconhecimento ou sem que haja um racional ou justificativa condizente com o curso normal dos negócios da Companhia.

Devido à complexidade, aos riscos inerentes e ao ambiente de tecnologia da informação associado ao alto nível de dependência do processo de receitas e contas a receber, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nosso procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relevantes existentes relacionados ao processo de faturamento e contas a receber; e

- Com o auxílio dos nossos especialistas em tecnologia da informação, efetuamos o entendimento e testes dos controles gerais do ambiente de tecnologia relacionados, principalmente, aos aspectos de segurança, mudança em sistemas e monitoramento dos processamentos que suportam o sistema de faturamento da Companhia.

Nossos testes revelaram deficiências no desenho e efetividade operacional de certos controles internos relacionados aos controles gerais do ambiente de tecnologia. Em função disso, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada:

- Realizamos teste de conciliação dos saldos contábeis das receitas de prestação de serviços de água e esgoto com os relatórios auxiliares e, em base amostral, inspecionamos faturas e recebimentos subsequentes, bem como realizamos teste de recebimento subsequente de faturas selecionadas no contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2022;

- Adicionalmente, realizamos teste de conferência das matrículas de clientes ativas e inativas e se as mesmas possuíam faturamento no ano de 2022 e avaliamos as exceções identificadas, se existentes; e

- Para a estimativa da receita a faturar de volumes consumidos, avaliamos os dados e critérios adotados pela Companhia, bem como a uniformidade dos critérios em relação ao adotado no ano anterior e realizamos o recálculo da receita a faturar em 31 de dezembro de 2022, levando em consideração o número de dias não faturados em relação a data de fechamento do mês, bem como realizamos teste de inspeção documental, por meio de base amostral, para exame da fatura e da liquidação subsequente da receita a faturar avaliando a competência de cada registro.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as receitas a faturar são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Gastos com ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro

Veja as notas 3.4, 3.6, 05, 10 e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 nas rubricas de ativo de contrato, ativo intangível e ativo financeiro das concessões, os montantes individuais de R\$2.182.844 mil, R\$5.400.644 mil e R\$850.980 mil, respectivamente, e consolidados de R\$2.274.214 mil, R\$5.503.904 mil e R\$866.032 mil, respectivamente. O negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão com os Poderes Concedentes requerem que a Companhia efetue investimentos relevantes na

infraestrutura de suas concessões, os quais são classificados como, ativo de contrato, ativo intangível ou ativo financeiro da concessão.

Devido ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados como ativo de contrato, que são os gastos com obras em andamento vinculados a concessão; (ii) custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; (iii) custos capitalizados ao ativo financeiro da concessão, quando há o direito incondicional de receber caixa no fim da concessão a título de indenização e referem-se à parcela que não é recuperada via tarifa e (iv) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício; e, ao fato de que qualquer alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos podem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nosso procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

- Avaliamos o desenho e implementação dos controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e despesas de manutenção, controles de conclusão dos projetos e do processo de determinação do início do registro da amortização;

- Com base em amostragem, para adições ocorridas durante o exercício, avaliamos a natureza desses investimentos e consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato da concessão, ativo intangível, ativo financeiro da concessão e gastos com manutenção, esse último a ser reconhecido no resultado do exercício. Adicionalmente, avaliamos o processo de transferência dos custos em ativo de contrato para as contas definitivas para determinar o início do registro da amortização por meio de base amostral; e

- Por fim, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia e sua controlada sobre as suas políticas de capitalização e transferência.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o ativo de contrato, ativo intangível e o ativo financeiro das concessões, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas relativos ao exercício de 2022.

Com base nos exames efetuados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelo Comitê de Auditoria Estatutário durante todo o exercício social e à vista do Relatório da KPMG Auditores Independentes, com ressalva para fins comparativos relativa exclusivamente a 2021, emitido em 17 de março de 2023, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como as propostas de destinação do lucro líquido e do orçamento de capital, estão em condições de serem submetidos à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da COPASA MG.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.

Kathleen Garcia Nascimento
Presidente do Conselho

Thales Almeida Pereira Fernandes
Vice-Presidente do Conselho

Juliano Fisicaro Borges
Conselheiro

Sérgio Tuffy Sayeg
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Artemio Bertholini, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até junho de 2024, Brenda Felícia Vieira da Silva, com mandato até julho de 2025, e Marcelo Souza Monteiro, Membro representante do Conselho de Administração, com mandato até abril de 2024. O Sr. Artemio Bertholini atua como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17.

O COAUDI é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e da auditoria externa.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A KPMG foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2022 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetuou avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

Pandemia - COVID 19

O COAUDI manteve, no transcorrer de 2022, o acompanhamento dos principais desdobramentos da pandemia aplicáveis ao ambiente interno e externo de atuação da Companhia. Diversas reuniões ocorreram com os seus executivos, onde foram discutidos potenciais efeitos e consequências relacionados com:

- ? Impactos no relacionamento com os funcionários e colaboradores e seus efeitos distintos, entre aqueles que continuaram a atuar presencialmente na operação e aqueles envolvidos com atividades administrativas e de suporte, passíveis de atuação remota;
- ? Potenciais desdobramentos nas receitas e nos níveis de inadimplência; e
- ? Acompanhamento do amplo processo de comunicação e de divulgação de dados e informações junto ao mercado de capitais, aos clientes e fornecedores, consultores e auditores externos, agentes reguladores etc., envolvendo as medidas tomadas e outras ações preventivas para preservação da marca, imagem e reputação da Companhia.

Segurança Hídrica

O acidente ocorrido com a barragem Mina Córrego do Feijão, da companhia Vale, em Brumadinho, gerou diversos desdobramentos no processo operacional de captação de água da COPASA MG, principalmente nos complexos relacionados com as bacias do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, que consistem nos principais provedores para suprimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os esforços desenvolvidos em várias frentes para superar os problemas inerentes a este acidente foram colimados com um acordo geral pactuado em 4 de fevereiro de 2021, entre a Vale, Governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública de MG e mediação do Tribunal de Justiça de MG. A COPASA MG integra a frente de Segurança Hídrica, envolvendo a integração dos Sistemas Paraopeba e das Velhas e de universalização do saneamento básico nos municípios atingidos e em outras ações de compensação ambiental.

Dado a significativa importância deste assunto para as operações da Companhia, o COAUDI manteve estreito acompanhamento das tratativas entre a Administração da COPASA MG e seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais, as quais culminaram com a recente formalização, através do Ofício SEDE/SUBINVEST nº 9/2023, de 27 de fevereiro de 2023, o qual também foi objeto da edição de Fato Relevante ao mercado.

Consoante tais entendimentos, os valores a serem repassados para execução das obras que potencializarão a resiliência hídrica das bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas serão feitos de forma não onerosa para a COPASA MG, não resultando, consequentemente, em aumento de seu capital.

Outros assuntos recorrentes - O COAUDI deu sequência, no transcorrer do exercício, de um intenso processo para aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2022 foram mantidos encontros mensais com diversos Administradores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI também se reuniu com o Conselho de Administração.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS Saúde, com a controlada COPANOR e com os responsáveis técnicos da KPMG Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, dentre outros, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Outras atividades desenvolvidas pelo COAUDI consistiram no acompanhamento dos requisitos de elegibilidade dos administradores, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17 e no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada COPANOR, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade. No transcorrer de 2022 foi implementado um plano de trabalho voltado ao aprimoramento da capacitação funcional e na estrutura operacional da área.

Com relação à Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o COAUDI reitera sua discordância quanto à opinião com ressalva contida em seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis relativas a 31 de dezembro de 2021, e que se repetem no relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as seguintes e principais razões:

- Conforme comentado nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu complementar a provisão para fazer face às contingências de natureza trabalhista, anteriormente consideradas como de desfecho negativo “possível”, as quais passaram a ser tratadas como “provável”. Como decorrência desta situação, alguns covenants de determinadas séries de debêntures foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos com exigibilidade originalmente prevista para longo prazo;
- No transcorrer do corrente mês de março ocorreram diversas assembleias dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo (passivo não circulante), ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das debêntures;
- A despeito da situação se encontrar, nesta data, totalmente normalizada, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o “passivo a longo prazo” (passivo não circulante) com referidas debêntures, deveria ser reclassificado como passivo circulante (portanto exigível dentro de um ano), no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento CPC 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado, nestas circunstâncias;
- A Administração da Companhia manifestou sua interpretação de que os artigos 19 e 20 do mesmo Pronunciamento CPC 26, contemplam tratamento distinto, plenamente coadunado com outros dispositivos normativos que permeiam a Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, decidindo, portanto, pela manutenção da classificação das referidas debêntures como “passivo não circulante”. Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto;
- O COAUDI, ao amparo do que estabelece a Lei 13.303/2016, em seu Art. 24, VII, manifesta seu entendimento de que a reclassificação de “passivo não circulante” para “passivo circulante”, como requerido pela KPMG Auditores Independentes, não atende aos preceitos pétreos da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, a qual preconiza que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas seguindo o conceito de “visão verdadeira e justa” (conceito de true and fair override que permeia as normas internacionais emitidas pelo IASB - os IFRS - que são seguidos pelo Brasil através dos CPCs). Ou seja, a classificação como “passivo circulante”, como requerido pelos auditores independentes representaria, por parte da Administração, uma representação falsa quanto à posição financeira da Companhia naquela data base, dado que a dívida, definitivamente, não será exigida em curto prazo. Concluindo, o COAUDI manifestou, em seu relatório datado de 24 de março de 2022, sua concordância com a postura da Administração e discordância quanto ao posicionamento da KPMG Auditores Independentes em ressaltar a prática contábil adotada. No transcorrer do exercício de 2022, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários solicitou esclarecimentos à Administração da COPASA

MG sobre o assunto e aceitou os argumentos da Companhia para o tratamento adotado;

Mantendo coerência com o procedimento anterior, o COAUDI reitera sua discordância quanto à forma e manutenção da ressalva, por parte da KPMG, nas demonstrações contábeis sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração, ressaltando sua discordância quanto a opinião com ressalva manifestada pelos auditores independentes.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.

Artemio Bertholini
Coordenador do COAUDI

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Marcelo Souza Monteiro
Membro do COAUDI

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Aos Conselheiros de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG:

Introdução

O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUDI da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG foi instituído na reunião do Conselho de Administração - RCA de 21 de março de 2018. A composição, disciplina e funcionamento do COAUDI estão contemplados em Regimento Interno próprio, constante do site oficial da Companhia.

O COAUDI atual é integrado por 3 membros: Artemio Bertholini, na qualidade de Coordenador do COAUDI, com mandato até junho de 2024, Brenda Felícia Vieira da Silva, com mandato até julho de 2025, e Marcelo Souza Monteiro, Membro representante do Conselho de Administração, com mandato até abril de 2024. O Sr. Artemio Bertholini atua como Membro especialista em contabilidade societária, em atendimento ao Art. 25 da Lei nº 13.303/2016 e Art. 37 do Decreto Estadual nº 47.154/17.

O COAUDI é um órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, com atuação permanente e independente, tendo como principais atribuições a avaliação e acompanhamento dos processos de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, dos processos de gestão de riscos e controles internos, da efetividade de atuação da auditoria interna e da auditoria externa.

Adicionalmente, também avalia a razoabilidade dos parâmetros que fundamentam os cálculos e resultados atuariais dos planos de benefícios mantidos pela Companhia e o monitoramento, em conjunto com a Administração, das transações com suas partes relacionadas.

Os Administradores são responsáveis pela elaboração e integridade das demonstrações financeiras, pela gestão dos riscos, pela manutenção e efetividade dos sistemas de controles internos e pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela revisão e avaliação periódica dos controles relacionados com as principais áreas de risco, atuando com independência na verificação de sua efetividade e adequação dos critérios de governança aplicáveis.

A KPMG foi a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2022 e pela revisão especial de suas informações trimestrais. Como parte normal de suas atribuições, também efetuou avaliações quanto à qualidade e adequação dos sistemas de controles internos e pelo cumprimento de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis.

Principais atividades do COAUDI no exercício

Pandemia - COVID 19

O COAUDI manteve, no transcorrer de 2022, o acompanhamento dos principais desdobramentos da pandemia aplicáveis ao ambiente interno e externo de atuação da Companhia. Diversas reuniões ocorreram com os seus executivos, onde foram discutidos potenciais efeitos e consequências relacionados com:

- ? Impactos no relacionamento com os funcionários e colaboradores e seus efeitos distintos, entre aqueles que continuaram a atuar presencialmente na operação e aqueles envolvidos com atividades administrativas e de suporte, passíveis de atuação remota;
- ? Potenciais desdobramentos nas receitas e nos níveis de inadimplência; e
- ? Acompanhamento do amplo processo de comunicação e de divulgação de dados e informações junto ao mercado de capitais, aos clientes e fornecedores, consultores e auditores externos, agentes reguladores etc., envolvendo as medidas tomadas e outras ações preventivas para preservação da marca, imagem e reputação da Companhia.

Segurança Hídrica

O acidente ocorrido com a barragem Mina Córrego do Feijão, da companhia Vale, em Brumadinho, gerou diversos desdobramentos no processo operacional de captação de água da COPASA MG, principalmente nos complexos relacionados com as bacias do Rio das Velhas e do Rio Paraopeba, que consistem nos principais provedores para suprimento de água da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os esforços desenvolvidos em várias frentes para superar os problemas inerentes a este acidente foram colimados com um acordo geral pactuado em 4 de fevereiro de 2021, entre a Vale, Governo de Minas Gerais, Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, Ministério Público Federal - MPF, Defensoria Pública de MG e mediação do Tribunal de Justiça de MG. A COPASA MG integra a frente de Segurança Hídrica, envolvendo a integração dos Sistemas Paraopeba e das Velhas e de universalização do saneamento básico nos municípios atingidos e em outras ações de compensação ambiental.

Dado a significativa importância deste assunto para as operações da Companhia, o COAUDI manteve estreito acompanhamento das tratativas entre a Administração da COPASA MG e seu acionista controlador, o Governo do Estado de Minas Gerais, as quais culminaram com a recente formalização, através do Ofício SEDE/SUBINVEST nº 9/2023, de 27 de fevereiro de 2023, o qual também foi objeto da edição de Fato Relevante ao mercado.

Consoante tais entendimentos, os valores a serem repassados para execução das obras que potencializarão a resiliência hídrica das bacias do Paraopeba e do Rio das Velhas serão feitos de forma não onerosa para a COPASA MG, não resultando, consequentemente, em aumento de seu capital.

Outros assuntos recorrentes - O COAUDI deu sequência, no transcorrer do exercício, de um intenso processo para aprofundamento do conhecimento dos negócios da Companhia e de familiarização com suas principais áreas de risco, políticas, mecanismos de controle e suporte de governança. Nesse sentido, ao longo do exercício de 2022 foram mantidos encontros mensais com diversos Administradores da Companhia, em especial com os responsáveis pelas áreas de Governança, Controladoria e Contabilidade, Auditoria Interna e de Gestão de Riscos. Adicionalmente, o COAUDI também se reuniu com o Conselho de Administração.

Também foram conduzidas reuniões com os Administradores da Fundação Libertas e seus auditores externos, com a COPASS Saúde, com a controlada COPANOR e com os responsáveis técnicos da KPMG Auditores Independentes.

Nessas reuniões foram abordados, dentre outros, assuntos relacionados com as demonstrações financeiras, processos contábeis e fisco-tributários, gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas.

Outras atividades desenvolvidas pelo COAUDI consistiram no acompanhamento dos requisitos de elegibilidade dos administradores, conforme disposto no artigo 36, parágrafo 1º, incisos IX e X, do Decreto Estadual nº 47.154/17 e no acompanhamento da adequação da Companhia às exigências da Lei nº 13.709/2019 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Nos diálogos dos Membros do COAUDI com as auditorias interna e externa foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações. As revisões das Demonstrações Contábeis trimestrais, bem como a anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2022 foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes.

Conclusões

As opiniões e julgamentos do COAUDI repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial nas áreas Contábil, Jurídica, Gestão de Riscos e Auditoria Interna), de sua controlada COPANOR, da Fundação Libertas, da COPASS Saúde e Auditoria Externa.

Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o COAUDI considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade. No transcorrer de 2022 foi implementado um plano de trabalho voltado ao aprimoramento da capacitação funcional e na estrutura operacional da área.

Com relação à Auditoria Externa, KPMG Auditores Independentes, o COAUDI reitera sua discordância quanto à opinião com ressalva contida em seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis relativas a 31 de dezembro de 2021, e que se repetem no relatório de auditoria de 31 de dezembro de 2022, tendo como base as seguintes e principais razões:

- Conforme comentado nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras para o ano findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia decidiu complementar a provisão para fazer face às contingências de natureza trabalhista, anteriormente consideradas como de desfecho negativo “possível”, as quais passaram a ser tratadas como “provável”. Como decorrência desta situação, alguns covenants de determinadas séries de debêntures foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos com exigibilidade originalmente prevista para longo prazo;
- No transcorrer do corrente mês de março ocorreram diversas assembleias dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo (passivo não circulante), ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das debêntures;
- A despeito da situação se encontrar, nesta data, totalmente normalizada, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o “passivo a longo prazo” (passivo não circulante) com referidas debêntures, deveria ser reclassificado como passivo circulante (portanto exigível dentro de um ano), no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento CPC 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado, nestas circunstâncias;
- A Administração da Companhia manifestou sua interpretação de que os artigos 19 e 20 do mesmo Pronunciamento CPC 26, contemplam tratamento distinto, plenamente coadunado com outros dispositivos normativos que permeiam a Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, decidindo, portanto, pela manutenção da classificação das referidas debêntures como “passivo não circulante”. Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto;
- O COAUDI, ao amparo do que estabelece a Lei 13.303/2016, em seu Art. 24, VII, manifesta seu entendimento de que a reclassificação de “passivo não circulante” para “passivo circulante”, como requerido pela KPMG Auditores Independentes, não atende aos preceitos pétreos da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, a qual preconiza que as demonstrações contábeis devem ser elaboradas seguindo o conceito de “visão verdadeira e justa” (conceito de true and fair override que permeia as normas internacionais emitidas pelo IASB - os IFRS - que são seguidos pelo Brasil através dos CPCs). Ou seja, a classificação como “passivo circulante”, como requerido pelos auditores independentes representaria, por parte da Administração, uma representação falsa quanto à posição financeira da Companhia naquela data base, dado que a dívida, definitivamente, não será exigida em curto prazo. Concluindo, o COAUDI manifestou, em seu relatório datado de 24 de março de 2022, sua concordância com a postura da Administração e discordância quanto ao posicionamento da KPMG Auditores Independentes em ressaltar a prática contábil adotada. No transcorrer do exercício de 2022, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários solicitou esclarecimentos à Administração da COPASA

MG sobre o assunto e aceitou os argumentos da Companhia para o tratamento adotado;

Mantendo coerência com o procedimento anterior, o COAUDI reitera sua discordância quanto à forma e manutenção da ressalva, por parte da KPMG, nas demonstrações contábeis sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Guardadas as limitações e peculiaridades de seu âmbito de atuação, o COAUDI considera que todos os assuntos relevantes e pertinentes foram apropriadamente cobertos em suas diligências e discussões junto à Administração da Companhia, permitindo-lhe concluir que se encontram adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Nesse sentido, não tem qualquer restrição quanto à sua aprovação pelo Conselho de Administração, ressaltando sua discordância quanto a opinião com ressalva manifestada pelos auditores independentes.

Belo Horizonte, 17 de março de 2023.

Artemio Bertholini
Coordenador do COAUDI

Brenda Felícia Vieira da Silveira
Membro do COAUDI

Marcelo Souza Monteiro
Membro do COAUDI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (doravante "Diretoria Executiva"), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

1. Reviram e discutiram as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria Executiva declara sua discordância quanto ao posicionamento dos auditores independentes expresso na forma de Ressalva contida em seu parecer, onde relatam a necessidade de reclassificação de dívidas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins comparativos, no montante de R\$1.933 milhões, do passivo não circulante para o Passivo Circulante, assunto então divulgado pela Companhia no item 12.2 do Relatório da Administração e nas Notas Explicativas nº 2 e 16(c) das referidas Demonstrações Financeiras, cabendo aqui esclarecimento em relação aos fatos, e fundamentação de nossa posição.

Em 27 de dezembro de 2021 a Companhia divulgou Fato Relevante descrevendo os desdobramentos do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado no ano de 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquele momento, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. Desta forma, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento e aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217,5 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Como decorrência desta situação, alguns covenants (cláusulas restritivas) de determinadas séries de debêntures emitidas foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos cuja exigibilidade originalmente estava prevista para longo prazo.

No transcorrer do mês de março de 2022, após os devidos trâmites junto aos credores envolvidos, ocorreram as diversas assembleias gerais dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers (anistia) necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo - passivo não circulante -, ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das referidas debêntures;

Apesar do fato de terem sido concedidos os waivers por parte dos credores envolvidos, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o passivo não circulante correspondente ao montante das referidas debêntures deveria ser reclassificado como passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado nestas circunstâncias.

Em relação à reclassificação proposta, cabe-nos ressaltar que a posição dos técnicos e da Administração da Companhia é que a apresentação da dívida como devida a curto prazo não corresponderia à realidade do cronograma dos pagamentos da dívida e consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial. Considerando que obtivemos todos os waivers antes da emissão e aprovação das Demonstrações Financeiras daquele exercício (e, por decorrência, antes da data da emissão do relatório dos auditores), a Administração entende que a citada reclassificação resultaria numa informação enganosa nas nossas Demonstrações Financeiras, notadamente no Balanço Patrimonial, induzindo o leitor a uma interpretação incorreta da posição patrimonial e financeira da COPASA MG de 31 de dezembro de 2021, principalmente no que se refere à sua solvência e capacidade de geração de caixa e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

O próprio Pronunciamento CPC 26, nos seus itens 19 e 20 (extrato abaixo), indica como a administração deverá tratar a aplicação de determinada regra contábil quando, em seu julgamento, tal aplicação conduz a uma apresentação enganosa – caso em que entra, consequentemente, em conflito com o Pronunciamento CPC 00:

“19. Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido no CPC 00, a entidade não deve aplicar esse requisito e deve seguir o disposto no item 20, a não ser que esse procedimento seja terminantemente vedado do ponto de vista legal e regulatório.

20. Quando a entidade não aplicar um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC ou de acordo com o item 19, deve divulgar:

(a) que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;

(b) que aplicou os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação de requisito específico com o propósito de obter representação apropriada;

(c) o título do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC que a entidade não aplicou, a natureza dessa exceção, incluindo o tratamento que o Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC exigiria; a razão pela qual esse tratamento seria tão enganoso que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, estabelecido no CPC 00; e o tratamento efetivamente adotado; e

(d) para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do

CPC vigente em cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado, caso tivesse sido cumprido o requisito não aplicado.”

Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto, contida em seu Parecer Técnico emitido em 23 de março de 2022.

A CVM, através de Ofício, solicitou à Companhia manifestação acerca da opinião modificada apontada em relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de setembro de 2022, em novo Ofício, a CVM comunicou que, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, o processo aberto solicitando essa manifestação foi arquivado.

2. A Diretoria Executiva declara ainda que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em Belo Horizonte-MG, 17 de março de 2023.

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Diretor-Presidente

Carlos Augusto Botrel Berto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Relacionamento com o Cliente e Regulação

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operação

Márcia Fragoso Soares
Diretora de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (doravante "Diretoria Executiva"), sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

1. Reviram e discutiram as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativamente às Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria Executiva declara sua discordância quanto ao posicionamento dos auditores independentes expresso na forma de Ressalva contida em seu parecer, onde relatam a necessidade de reclassificação de dívidas no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins comparativos, no montante de R\$1.933 milhões, do passivo não circulante para o Passivo Circulante, assunto então divulgado pela Companhia no item 12.2 do Relatório da Administração e nas Notas Explicativas nº 2 e 16(c) das referidas Demonstrações Financeiras, cabendo aqui esclarecimento em relação aos fatos, e fundamentação de nossa posição.

Em 27 de dezembro de 2021 a Companhia divulgou Fato Relevante descrevendo os desdobramentos do processo trabalhista nº 102100-74.2008.5.03.0024, processo esse ajuizado no ano de 2008 pelo principal sindicato dos empregados da Companhia, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquele momento, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho. Desta forma, a Companhia entendeu por rever o valor do provisionamento e aumentou a provisão para esse processo em cerca de R\$217,5 milhões, cuja contabilização ocorreu em 31 de dezembro de 2021.

Como decorrência desta situação, alguns covenants (cláusulas restritivas) de determinadas séries de debêntures emitidas foram afetados, o que poderia resultar em exigibilidade imediata para os passivos cuja exigibilidade originalmente estava prevista para longo prazo.

No transcorrer do mês de março de 2022, após os devidos trâmites junto aos credores envolvidos, ocorreram as diversas assembleias gerais dos debenturistas cujas séries tiveram seus covenants afetados, mediante as quais foram obtidos os waivers (anistia) necessários para manutenção dos prazos de vencimento originais no longo prazo - passivo não circulante -, ou seja, restabelecendo as condições contempladas quando da emissão das referidas debêntures;

Apesar do fato de terem sido concedidos os waivers por parte dos credores envolvidos, a KPMG Auditores Independentes manifestou seu entendimento de que o passivo não circulante correspondente ao montante das referidas debêntures deveria ser reclassificado como passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021, sob a alegação de haver previsão expressa no Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 26, em seu artigo 74, de que este seria o tratamento a ser adotado nestas circunstâncias.

Em relação à reclassificação proposta, cabe-nos ressaltar que a posição dos técnicos e da Administração da Companhia é que a apresentação da dívida como devida a curto prazo não corresponderia à realidade do cronograma dos pagamentos da dívida e consistiria grave distorção do Balanço Patrimonial. Considerando que obtivemos todos os waivers antes da emissão e aprovação das Demonstrações Financeiras daquele exercício (e, por decorrência, antes da data da emissão do relatório dos auditores), a Administração entende que a citada reclassificação resultaria numa informação enganosa nas nossas Demonstrações Financeiras, notadamente no Balanço Patrimonial, induzindo o leitor a uma interpretação incorreta da posição patrimonial e financeira da COPASA MG de 31 de dezembro de 2021, principalmente no que se refere à sua solvência e capacidade de geração de caixa e, desta forma, não efetuou a referida reclassificação.

O próprio Pronunciamento CPC 26, nos seus itens 19 e 20 (extrato abaixo), indica como a administração deverá tratar a aplicação de determinada regra contábil quando, em seu julgamento, tal aplicação conduz a uma apresentação enganosa – caso em que entra, consequentemente, em conflito com o Pronunciamento CPC 00:

“19. Em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração vier a concluir que a conformidade com um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC conduziria a uma apresentação tão enganosa que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis estabelecido no CPC 00, a entidade não deve aplicar esse requisito e deve seguir o disposto no item 20, a não ser que esse procedimento seja terminantemente vedado do ponto de vista legal e regulatório.

20. Quando a entidade não aplicar um requisito de pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC ou de acordo com o item 19, deve divulgar:

(a) que a administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;

(b) que aplicou os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação de requisito específico com o propósito de obter representação apropriada;

(c) o título do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC que a entidade não aplicou, a natureza dessa exceção, incluindo o tratamento que o Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC exigiria; a razão pela qual esse tratamento seria tão enganoso que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, estabelecido no CPC 00; e o tratamento efetivamente adotado; e

(d) para cada período apresentado, o impacto financeiro da não aplicação do pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do

CPC vigente em cada item nas demonstrações contábeis que teria sido informado, caso tivesse sido cumprido o requisito não aplicado.”

Este entendimento da Administração guarda plena aderência com a opinião do Prof. Jorge Andrade Costa, parecerista independente com notório saber sobre o assunto, contida em seu Parecer Técnico emitido em 23 de março de 2022.

A CVM, através de Ofício, solicitou à Companhia manifestação acerca da opinião modificada apontada em relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de setembro de 2022, em novo Ofício, a CVM comunicou que, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, o processo aberto solicitando essa manifestação foi arquivado.

2. A Diretoria Executiva declara ainda que reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em Belo Horizonte-MG, 17 de março de 2023.

Guilherme Augusto Duarte de Faria
Diretor-Presidente

Carlos Augusto Botrel Berto
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Relacionamento com o Cliente e Regulação

Guilherme Frasson Neto
Diretor de Operação

Márcia Fragoso Soares
Diretora de Desenvolvimento Tecnológico, Meio Ambiente e Empreendimentos